CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

BRANQUITUDE E PSICOLOGIA:
O ESTADO DA ARTE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
(2003-2018)

Marcia Ribeiro Ramos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do certificado de Mestre em Relações Étnico-Raciais. Orientadora: Tânia Mara Pedroso Müller

Rio de Janeiro

Maio/2021

Branquitude e Psicologia:

O Estado da Arte e Relações Étnico-raciais (2003-2018)

RAMOS, Marcia Ribeiro. Branquitude e Psicologia: O Estado da Arte e Relações Étnico-raciais (2003-2018). 2020. 137 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título/certificado em Relações étnico-raciais.

Marcia Ribeiro Ramos

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professora Dra. Tânia Mara Pedroso Muller (CEFET/RJ)

(orientadora)

_____

Professora Dra. Rosana Batista Monteiro (UFSCAR – Sorocaba)

_____

Professora Dra. Nara Maria de Carlos Santana (CEFET/RJ)

SUPLENTES

_____

Professor Dr. Carlos Henrique Martins (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Rosane Cristina de Oliveira (Unigranrio/RJ)

Rio de Janeiro

Maio/2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

R175 Ramos, Marcia Ribeiro
Branquitude e psicologia: o estado da arte e relações étnico-raciais (2003-2018) / Marcia Ribeiro Ramos — 2021.
131f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2021.
Bibliografia : f. 118-131
Orientadora: Tânia Mara Pedroso Müller

1. Relações etnicorraciais. 2. Psicologia. 3. Brancos. 4. Banco de dados – Pesquisa. 5. Políticas públicas. I. Müller, Tânia Mara Pedroso (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas racializadas dizimadas pela branquitude, em especial aos mais de 450 mil mortos na sindemia da covid-19 no Brasil e a seus familiares.

Às que sofrem racismo e às gerações futuras: que possam experimentar uma vida livre do racismo.

Por e para Matheus

AGRADECIMENTOS

A todos os funcionários do CEFET/RJ, terceirizados, concursados, auxiliares de limpeza, manutenção e administração, principalmente aos do PPRER, por me propiciarem um ambiente digno, confortável e acolhedor para estudar.

Aos professores coordenadores que passaram pelo programa nesse período, pela tarefa árdua: Eneida, Samuel, Roberto, e em especial à Talita de Oliveira, com sua disponibilidade, orientação e acolhimento, sem os quais esse trabalho não seria possível.

Aos colegas de turma de 2018, em especial, de disciplina dos anos de 2017 a 2019 e ouvintes de diversos programas pelas trocas, debates e experiências em sala de aula.

Aos colegas que ficaram pelo caminho, por diversos motivos, especialmente ao Carlos Alberto Pereira dos Santos e ao Alan Silva Gomes, in memoriam, que não conseguiram concluir suas jornadas acadêmicas tendo suas vidas interrompidas prematuramente.

Aos docentes do PPRER e de convênios que possibilitaram tantas trocas e em especial àqueles com os quais eu consegui cursar as disciplinas que me propiciaram os ensinamentos ao longo de dois anos.

À minha orientadora, Tânia Muller, que me aceitou como orientanda, pelos ensinamentos e pela apresentação da metodologia o Estado da Arte, mesmo passando por muitos percalços, pessoais e profissionais durante esses anos.

À professora Rosana Monteiro Batista, que além da leitura atenta, me ofereceu acolhimento em seu grupo de estudos ETNS, da UFscar.

Ao Professor Carlos Henrique Martins, por ter assumido o desafio de ler com carinho, atenção e dedicação o trabalho.

Às autoras dos trabalhos selecionados, em especial às seis psicólogas: Lúcio Oliveira, Lia Schucman, Gabriela Balaguer, Monica Capelasso, Georgia Marcinik e Luciana Henriques que ousaram enfrentar um tema tão árduo, quanto a branquitude brasileira e deixaram um precioso legado para os estudos críticos da branquitude no Brasil.

Aos colegas do Laboratório de Vivências e Saberes Indígenas Universidade Aldeia Maracanã, em especial ao professor Nadson, do CEFET/RJ, à professora Mônica Lima, da UERJ e aos colegas Dilmar Puri e Júlia Vidal pelas trocas no grupo de pesquisa.

Às minhas clientes, que confiaram em dividir suas histórias de vida comigo, principalmente as mulheres, mães, mães solo e às mulheres negras que me ensinam

todos os dias com suas extraordinárias trajetórias de resistência e superação do racismo cotidiano em suas vidas.

Agradeço a todas as terapeutas que já tive na vida e, em especial, à minha terapeuta atual, Letícia Lantz, pela escuta paciente e pelas intervenções contundentes.

À Professora Liandra Lima Carvalho pela dedicação e disponibilidade.

À Professora Nara Santana pela dedicação, disponibilidade e contribuições generosas, tanto na qualificação quanto no aceite da defesa.

À Professora Nivea Andrade pela disponibilidade e colocações na qualificação.

Ao Professor Álvaro Senra pela disponibilidade como suplente na qualificação.

À Professora Rosane Cristina de Oliveira, pela disponibilidade como suplente na defesa.

Às minhas irmãs Mônica e Maíra, que sempre me auxiliaram física e financeiramente.

Às colegas da UERJ, onde cursei uma disciplina externa, como ouvinte e em especial à colega Cláudia Ferreira Pinto, que me incentivou a apresentar meu trabalho na UERJ.

A CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual não teria realizado essa pesquisa.

Talvez não tenha sido capaz de lembrar de todos que atravessaram meu caminho, porque todo ser humano é falho, mas agradeço a compreensão e ao aprendizado que os erros me proporcionam.

RESUMO

Branquitude e Psicologia:
O Estado da Arte e Relações Étnico-raciais (2003-2018)

O presente trabalho trata do Estado da Arte do conceito branquitude na produção acadêmica de psicólogas brasileiras no Brasil nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado produzidas no período de 2003 a 2018, disponibilizadas nos bancos de dados da Capes, da BDTD, do Domínio Público e do Google Acadêmico. A pesquisa é qualitativa e constituída de análises e procedimentos de natureza quantitativa. Realizamos um levantamento bibliográfico das obras e sua seleção, conjugando informações, organização e classificação dos resultados com bases nas técnicas definidas para os estudos de revisão do tipo "Estado da Arte ou do Conhecimento". O levantamento histórico da Produção Acadêmica no campo da Psicologia é importante para entender como se encontram as pesquisas de psicólogos(as) brasileiros(as) sobre o branco brasileiro após a implementação das políticas públicas de ações afirmativas sócio-raciais no referido período. Entender como os(as) Psicólogos(as) trabalham o conceito branquitude sob a perspectiva de um país onde 54% da população se declara negra e a academia não corresponde a essa realidade étnico-racial é fundamental para as práticas psicológicas. Como as políticas públicas de ações afirmativas a partir dos anos 2000 têm influenciado tais pesquisadores e que potências têm para influenciar os ambientes acadêmicos psicológicas. Que contribuições tais pesquisadores podem trazer sobre o tema das relações étnico-raciais e que mudanças acionaram, apontando as tendências, as lacunas, as recorrências e perspectivas futuras, possibilitando a continuidade do tema por outros pesquisadores. A investigação permitiu evidenciar: o quantitativo de trabalhos ao longo do período selecionado; a frequência regional, territorial e de instituições; áreas de conhecimento em que ocorreu; procedência do universo e dos objetivos; principais abordagens metodológicas; e uma síntese com a sistematização das implicações, conclusões e propostas apontadas nos trabalhos. A produção das pesquisas acadêmicas nas pós-graduações é importante para pensarmos uma branquitude forjada a partir da escravização dos negros, da teoria eugênica e da tentativa de branqueamento da população brasileira, bem como a posterior assimilação da mestiçagem como projeto de apagamento dos racismos à brasileira por meio da crença no mito da democracia racial. A construção do racismo estrutural e institucional brasileiro como corolário ao conceito de branquitude brasileira.

Palavras-chave: Branquitude; Psicologia; Estado da Arte e Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

Whiteness and Psychology:
The State of the Art and Ethnic-Racial Relations (2003-2018)

The present work deals with the State of the Art of the concepts of whiteness in the academic production of Brazilian psychologists in Brazil in the Master's Dissertations and Doctoral Theses produced in the period from 2003 to 2018, available in the Capes databases, BDTD, Public Domain and Google Scholar. The research is qualitative and consists of quantitative analyzes and procedures. We carry out a bibliographical survey of the works and their selection, combining information, organization and classification of results based on the techniques defined for the review studies of the type “State of the Art or Knowledge”. The historical survey of Academic Production in the field of Psychology is important to understand how the research of Brazilian psychologists on Brazilian white is found after the implementation of public policies of affirmative socio-racial actions in that period. Understanding how psychologists work the concepts of whiteness / whiteness from the perspective of a country where 54% of the population declares themselves black and the academy does not correspond to this ethnic-racial reality is fundamental for psychology practices. How public policies of affirmative actions since the 2000s have influenced such researchers and what powers they have to influence the psychology academic environments. What contributions can such researchers make on the theme of ethnic-racial relations and what changes have they triggered, pointing out trends, gaps, recurrences and future perspectives, enabling other researchers to continue the theme. The investigation show: the number of works over the selected period; the regional, territorial and institutional frequency; areas of knowledge in which it occurred; origin of the universe and objectives; main methodological approaches; and a synthesis with the systematization of the implications, conclusions and proposals pointed out in the works. The production of academic research in graduate studies is important to think of a whiteness forged from the enslavement of blacks, eugenic theory and the attempt to whiten the Brazilian population, as well as the subsequent assimilation of miscegenation as a project to erase racism from the Brazilian one. through belief in the myth of racial democracy. The construction of Brazilian structural and institutional racism as a corollary to the concept of Brazilian whiteness.

Key-words: Whiteness; Psychology; Ethnic-Racial Relations; State of the Art.

Lista de tabelas

Tabela I	Quadro total das trinta Teses e Dissertações sobre Branquitude/Branquidade:	p. 80
Tabela II	Distribuição das seis pesquisas sobre branquitude/branquidade e Psicologia segundo as palavras-chave:	p. 89
Tabela III	Produção científica da Psicologia sobre branquitude, de 2003 a 2016	p. 91

Lista de gráficos

Gráfico I	Presença das Categorias (palavras-chave) nas pesquisas analisadas	p. 86
Gráfico II	Número de teses e dissertações sobre a temática publicadas por ano	p. 89
Gráfico III	Gênero dos/as autores/as das teses e dissertações selecionadas e analisadas	p. 90

Lista de abreviaturas e siglas

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CRP – Conselho Regional de Psicologia
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NEAB - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros
NEABI - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PPRER – Programa de Pós Graduação em Relações Étnico Raciais
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RJ – Rio de Janeiro
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SINAPIR – Sistema Nacional de Igualdade Racial
SP – São Paulo
STF - Supremo Tribunal Federal
TEN – Teatro Experimental do Negro
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFOP – Universidade Federal de Ouro Petro
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução 13

1. Branquitude e Psicologia 34

1.1. Universidades Brasileiras, lugar de fala e letramento racial 34

1.2. A construção étnico-racial brasileira: Negritude, Branquitude e a ideologia do branqueamento 38

1.2.1 Branquitude Brasileira 40

1.3. As Políticas Públicas de Ações Afirmativas Sócio-raciais Brasileiras 51

1.4. Psicologia e Estado da Arte 56

2. Procedimentos da Metodologia 61

2.1. O Estado da Arte e a Análise do discurso 61

2.2. O Estado da Arte: a trajetória de um conceito 66

2.3. O Percurso da pesquisa 69

2.3.1. As Plataformas de Pesquisa acadêmicas: Sucupira, BDTD, Portal Domínio 72

2.4. Análise Preliminar 74

3. **Análise dos Trabalhos sobre Branquitude Brasileira** 79

3.1. Os trinta trabalhos sobre Branquitude/Branquidade Brasileira 79

3.2. Análise quantitativa dos seis Trabalhos sobre Branquitude brasileira em Psicologia 91

3.2.1. Análise qualitativa dos seis trabalhos Branquitude à brasileira em Psicologia 96

Considerações Finais 112

Referências 118

Introdução

“A ignorância e a indiferença são privilégios dos poderosos.”
(Achille Mbembe)

O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano e o segundo país no mundo com a maior quantidade de negros, só perdendo para a Nigéria, país mais populoso do continente (MARQUESE, 2006). Estima-se, que, em 1500, o país possuía uma população indígena de cerca de 5 milhões de habitantes, que hoje reduziu-se a cerca de 900 mil, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando menos de 0,5% da população. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, 56,2% é o percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil. Dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se declaram pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos.

Dos cerca de 10,7 milhões de africanos escravizados em todo o mundo, 5,8 milhões de africanos foram traficados para o Brasil, em barcos com a bandeira de Portugal, só perdendo para o Reino Unido, com 3,3 milhões. Calcula-se que 20% morria durante a travessia de cerca de 35 dias (MARQUESE, 2006).

A expansão marítima e comercial europeia realizou a triangulação entre Europa, África e América, por meio do sistema colonial do século XVI ao XIX. A história da humanidade foi marcada pela busca do enriquecimento dos Europeus, tendo sido os portugueses os pioneiros a controlarem africanos e americanos. O Brasil foi o último no mundo a abolir a escravidão legalmente em 1888 e o primeiro a ter um movimento eugenista organizado.

Cerca de 400 anos de colonização no Brasil alteraram drasticamente o perfil populacional, o índice demográfico e a condição de vida dos povos originários, tradicionais e escravizados. O país permanece com uma política de exclusão e extermínio, pós-abolição, deixando os afrodescendentes entregues à própria sorte, sem políticas públicas de inclusão ou reparação histórica (BERNARDINO, 2002).

No início do século XIX surgiu a teoria da eugenia, uma tentativa de branqueamento da população por meio ao incentivo governamental a imigração de brancos, principalmente europeus, visando a redução das populações racializadas pela política do “assimilacionismo”, embranquecendo interracialmente ou incorporando a cultura branca hegemônica (GOES, 2015).

Na década de 1930 prevaleceu a exaltação da mestiçagem e do mito da democracia racial, enquanto nos anos 1950, com o projeto UNESCO, desvelou-se o racismo brasileiro e questionou-se o mito da democracia racial sem, contudo, apontar a identidade racial do branco, bem como seus privilégios materiais e simbólicos (DOMINGUES, 2008).

A Psicologia no Brasil, como saber hegemônico, reflete e reproduz a ideologia do branqueamento, privilegiando os saberes e epistemologias anglo-americanos em detrimentos das epistemologias nacionais, pindorâmicas.

Corroborando com Schucman, “O racismo particular do brasileiro é a ideologia do branqueamento marcado por uma sociedade hierárquica de desigualdades sociais e racistas no que diz respeito aos negros e aos índios” (2012, p. 12).

A dissertação questiona: Como as psicólogas[1] brasileiras trabalham a racialização do branco brasileiro em suas pesquisas acadêmicas?

O recorte foi a análise de pesquisas de pós-graduação stricto sensu em psicologia, defendidas por psicólogas brasileiras no Brasil sobre branquitude, de 2003 a 2018, visto que em 2003 foi promulgada a Lei 10.639/2003[2], que incluiu no currículo oficial das redes de ensino fundamental e médio, públicas e particulares, a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Afro-Brasileira, História da África e dos Africanos.

Avalio tal como Schucman que,

> Apesar das preocupações e da luta contra a discriminação racial serem fundamentais para uma sociedade mais justa e humana, a psicologia pouco se debruçou sobre a questão das relações raciais no Brasil. Nas grades curriculares das faculdades de psicologia brasileiras raramente encontramos qualquer menção ao tema da raça e do racismo nas disciplinas obrigatórias. A formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados. Assim como as categorias de classe e gênero são fundamentais na constituição do psiquismo humano, a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade (2012, p. 15).

Portanto, pensar relações étnico-raciais em psicologia é compreender que as diferenças constitutivas das subjetividades humanas perpassam interseccionalidades de gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, geração, etc. Uma sociedade mais justa requer um olhar diferenciado para a questão racial, como cerne da estruturação

[1] Como a maioria das profissionais de psicologia são mulheres, e por trabalhar com a questão de gênero, optei por me referir a essas profissionais no feminino. Segundo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) as mulheres representam 89% do contingente profissional. É possível também complementar essa informação com os dados do ENADE de 2012 em que 83,4% das estudantes são do sexo feminino. (INEP, 2012).

[2] Legislação que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

da sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito a ideia da psicologia da humanidade como universal e de um psiquismo humano igual para todos, especialmente no que tange ao privilégio branco.

Para tal, a definição de branquitude adotada foi a de Cardoso e Muller: “resultado da relação colonial, que legou determinada configuração à subjetividade e orientou lugares sociais para brancos e não brancos” (2017, p. 23). Este conceito é importante porque relaciona as práticas racistas com a questão colonial, ou seja, como categoria histórica, não dissociada dos demais construtos raciais. Para abordarmos as características específicas do racismo à brasileira e, consequentemente, da branquitude brasileira é essencial pensarmos nas variáveis étnico-raciais que construíram a nossa sociedade.

Espinha (2017), em sua tese de doutorado, analisou os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em psicologia do país, concluiu que ao longo das décadas pouco mudou sobre essa realidade. Observou que a maior parte dos cursos eram desenvolvidos com base em currículos generalistas e de cunho hegemônico para a prática de uma psicologia clínica tradicional, individual e psicanalítica, cujo sujeito naturalizado se apresenta fora do contexto histórico e social.

> A naturalização das desigualdades raciais tende a ser mantida no curso de Psicologia e o espaço educativo, apesar de se configurar como um lugar privilegiado para discussões, revela suas contradições quando se alia ao sistema de produção. Isso viabiliza a formação de técnicas que se preocupam em tratar indivíduos desajustados. Há a prevalência de um modelo de homem e de pensamento (individualista, advindo da própria clínica tradicional) naturalizado no âmbito da Psicologia, que não permite a compreensão e o enfrentamento de problemáticas que ocorrem no âmbito social como é o caso do racismo. A Psicologia, durante muito tempo, portanto, eximiu-se de discutir questões ligadas às tensões das relações raciais existentes no Brasil e optou pela neutralidade em relação a esse assunto (2017, p. 21).

Espinha (2017) como Schucman afirma que na psicologia permanece “A ideia da compreensão de um sujeito descolado de seu contexto histórico e social, pois acredita-se que suas mazelas se restrinjam à esfera psicológica, e que o psicológico se restringe ao individual e ao familiar” (2012, p. 21). Demonstrando que das influências clássicas do início da psicologia à formação psicológica brasileira, de Lia Schucman (2012) a Tatiana Espinha (2017) pouco mudou.

Nogueira contribuiu para esse debate salientando que “As patologias psicológicas decorrentes de um mundo branco produzido como único e verdadeiro acabam por impor transtornos de outra ordem às pessoas negras” (2020, p. 10). O autor destaca o racismo epidérmico nomeado por Fanon, onde o fator individual

psicanalítico não é suficiente para explicar o trauma negro, mas sim a perspectiva sociogênica[3].

Esse trauma colonial se reatualiza constantemente produzindo subjetividades. A Psicologia, pelo viés sociogênico, permite vislumbrar a perspectiva sócio-histórica das produções das subjetividades, ao invés de enxergá-la com uma subjetividade única e verdadeira.

A branquitude serve a essa naturalização do ser humano como único, universal e perene, condizente com a teoria darwiniana social que propõe tratar os desajustados, ou reféns da seleção natural das espécies "mais aptas". De acordo com Nogueira "A toxidade da colonização é uma política enraizada no psiquismo" (2020, p. 19), portanto a violência colonial ultrapassa as barreiras econômicas e sociais para entranhar as subjetividades dos colonizados.

A teoria da seleção natural das espécies, aplicada à natureza, foi criada por Charles Darwin, naturalista, biólogo e geólogo britânico, e serviu de inspiração para outros autores formularem as teorias eugênicas e o Darwinismo Social em humanos. Fundamento da teoria eugênica no fim do século XIX[4] (GOES, 2015).

Em 1931, foi fundada, no Brasil, a Frente Negra Brasileira (FNB) um movimento negro reconhecido como partido político em 1936, vigendo até o golpe de 1937, quando todos os partidos políticos foram extintos. O Estado Novo integralista, sem eleição, vigorou até 1945, sendo considerado o prenúncio do golpe militar de 1964. Com a ascensão do Estado Novo, todas as organizações políticas foram colocadas na ilegalidade: tanto os grupos com inspiração nazistas quanto a Frente Negra Brasileira. O partido político, Frente Negra Brasileira, foi declarado ilegal, sobrevivendo sob o nome União Negra Brasileira até maio de 1938, quando foi

[3] Segundo a perspectiva sociogênica, o racismo integra um complexo sócio-histórico que está na base da formação da subjetividade, no núcleo da cisão colônia que determina quem está fora e quem está dentro. A colonização divide o mundo em duas partes: em uma, vive o colonizador, a régua, o cânone, a imagem da humanidade, o branco, em outro, o inverso, o negativo" (NOGUEIRA, 2020, p. 17).

[4] Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma guerra centrada na Europa, mas que envolveu grandes potências de todo o mundo, a política de migração de brancos europeus para o Brasil foi facilmente incentivada. A crise do pós-guerra na Europa, juntou-se à política eugenista e ao fato do Brasil possuir vastas terras a serem ocupadas e culminou, nas décadas de 1920 e 1930, com a vinda de milhares de alemães que imigraram para o Brasil. O nacionalismo emergente na Alemanha de Hitler, por meio da Organização do Partido Nazista no Exterior, organizou uma série de instalações internacionais a fim de propagandear os ideais nazifascistas pelo globo, propiciando a formação dos primeiros grupos nazistas no Brasil. (GOES, 2015).A comunidade alemã no Brasil possuía vários membros da Seção Brasileira do Partido Nazista da Alemanha, constituindo a segunda maior célula de adeptos fora da Alemanha e caracterizava-se pela disseminação de propagandas políticas e a influência direta do Partido Nazista Alemão. De 1928 a 1938 essa organização funcionou no Brasil, mas seu período de influência foi maior, de 1920 a 1945, coincidindo com o fim da Segunda Guerra. As décadas de 1930/40 no Brasil foram marcadas pela Era Vargas, golpe político ocorrido em 1937 e, que culminou com a ditadura do Estado Novo (1937 a 1945). (GOES, 2015). Torna-se importante ressaltar que a década de 1940, marca a disseminação da teoria eugênica, na Alemanha e no mundo, por meio do nazismo, período também da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a aplicação do nazismo marcou a tentativa do extermínio de vários povos, principalmente o povo judeu, nos campos de concentração do holocausto.

fechado por Getúlio Vargas, durante a Era Vargas ou Estado Novo (DOMINGUES, 2008).

Até a abolição da escravidão, a formação de quilombos era considerada crime, após, as culturas afro-brasileiras como religiões de matriz africanas, capoeira, samba, etc, foram criminalizadas e a partir da década de 1930, no Estado Novo, foram permitidas apenas em ambientes fechados (SILVEIRA et. All. 2017).

Gilberto Freyre positivou a mestiçagem, romantizando-a, nos anos 1930, por meio da sua versão da formação da sociedade brasileira, no clássico mundialmente conhecido Casa Grande e senzala, de 1933 (MENEZES, 2000).

Durante o período republicano entre 1945 a 1963, houve uma abertura maior, contudo, em 1964, com o golpe militar de Estado, as liberdades foram duramente reprimidas novamente. Após vinte anos iniciamos um novo período de redemocratização novamente, com a inserção do crime de racismo na constituição federal de 1988, considerada uma ação afirmativa repressiva[5], contudo, até a inserção da questão racial pelo Estado só ocorreu na década de 1990 (GOES, 2015).

Os fatos históricos reverberam até hoje, atualizando o racismo com a herança do trabalho escravo nos subalternizados e a mentalidade escravocrata na elite branca brasileira. O Brasil é o país com o maior número de empregadas domésticas no mundo, segundo a OIT, em 2017, eram 6 milhões e 400 mil, que só tiveram seus direitos trabalhistas reconhecidos a partir de 2015, conforme Lei nº 150, de 1º de junho de 2015[6].

O período escravocrata no Brasil, também deixou como marcas a dificuldade de acesso a bens e serviços, obstáculos para o exercício da cidadania, a grande parte da população: a taxa de analfabetismo é maior dentre a população negra, como também o índice de desemprego; tal população também possui a renda mais baixa em comparação a população não-negra[7]. Os dados acima demonstram a necessidade e a relevância do estudo das relações étnico-raciais para a compreensão das

[5] As pesquisadoras Luciana de Barros Jaccoud e Nathalie Beghin (2002), descrevem pelos menos três tipos de políticas ou ações de combate ao racismo e às desigualdades raciais no Brasil: a) ações repressivas; b) ações valorizativas; e c) ações afirmativas. As ações afirmativas e as políticas repressivas são entendidas como aquelas que se orientam contra comportamento e conduta. As políticas repressivas visam combater o ato discriminatório (proibição e punição) – a discriminação direta usando a legislação criminal existente. As ações afirmativas procuram combater não ao ato discriminatório, mas a discriminação indireta, ou seja, o resultado da discriminação ou o processo de exclusão social de grupos raciais. São medidas temporárias, que dispensam tratamento diferenciado e favorável aos grupos discriminados que garantam acesso, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social, visando reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. Já as ações valorizativas possuem caráter permanente e difuso, atingindo toda a população, visando combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo. Tais ações têm como objetivo reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e a contribuição histórica e contemporânea da comunidade negra para a formação nacional.

[6] O GLOBO, 2013 e SILVA et. all., 2017.

[7] Fonte: IBGE e A Folha de São Paulo.

desigualdades raciais no país. Especialmente o estudo do conceito de branquitude, como forma de poder e gestão nacional das elites brancas, intelectuais e econômicas. Mais especificamente do conceito de branquitude na área de psicologia, como formadora e reprodutora das identidades e subjetividades nacionais.

A psicologia brasileira, como saber produtor e reprodutor de subjetividades hegemônicas, possui uma função social na construção racial do país: qual a contribuição da psicologia brasileira no combate às desigualdades raciais e na luta antirracista?

A seguir proponho uma retrospectiva das relações étnico-raciais no Brasil, bem como sua correlação com a branquitude à brasileira, visando apontar em que circunstâncias foi introduzido o conceito de branquitude neste território e há quanto tempo o imaginário nacional vem sendo forjado pelo mito da democracia racial (BERNARDINO, 2002). A negação do racismo à brasileira e dos conflitos étnico-raciais que subjazem no cotidiano de desigualdades raciais, formam a cortina de fumaça capaz de invisibilizar o poder da branquitude à brasileira com seus privilégios materiais e simbólicos.

De acordo com Guerreiro Ramos, dos estudos dos homens brancos, até então, sobre as relações étnico-raciais (negro tema), partiu-se para a investigação dos estudos dos autores negros, como protagonistas da questão racial. Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), sociólogo e político baiano foi um dos precursores dos estudos sobre o branco no Brasil, sendo o primeiro teórico a expor a questão racial, no Brasil, a partir do branco, em seu livro Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, de 1955, no capítulo intitulado Patologia social do “branco” brasileiro.

> Há o negro tema e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protéico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (RAMOS, 1995, p. 171).

Ramos (1995) demarca o complexo de inferioridade do branco brasileiro que o faz se aproximar de seu arquétipo estético, que é o europeu. O autor chama de protesto racial a reação de uma minoria interiormente inferiorizada. Cita os socioantropólogos como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico, professor,

antropólogo e etnólogo e Arthur Ramos (1903-1949), médico psiquiatra e psicólogo social como os arautos desse pensamento. Arthur Ramos desenvolve e cunha o termo “democracia racial” no intuito de explicar a identidade brasileira e o negro no Brasil, embora tal termo tenha sido atribuído a Florestan Fernandes. O protesto racial pretende um contraponto a uma superioridade fictícia, que podemos considerar como os primórdios do conceito de branquitude no Brasil. Guerreiro utiliza o termo branco sempre entre aspas, pois considera que os mestiços brasileiros mais claros buscam sustentar suas atitudes arianizantes em premissas de superioridade racial ultrapassada. Sustenta que o ideal de brancura do brasileiro impede o seu processo de maturidade psicológica.

De acordo com Guerreiro Ramos, a imaturidade psicológica do branco brasileiro não conseguiu ou não se permitiu acompanhar o processo de uma maturação e atualização permanente das identidades e formação cultural negra, visto que “a afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação” (1995, p. 175).

Portanto, o conceito de branquitude, como lugar de privilégios materiais e simbólicos, permite compreender o desejo compartilhado por todos aqueles considerados o “modelo de ser humano” e se aproximar o máximo possível da identidade fenotípica e cultural branca. No caso dos brasileiros, como povo latino e miscigenado, torna-se difícil o seu reconhecimento no mundo atual, referindo-se a um passado de ancestralidade europeia para justificar a sua origem branca. A maturidade psicológica requer a transformação da visão pejorativa do brasileiro como povo racializado. Esse posicionamento, para o negro, se iniciou com o conceito de negritude.

As décadas de 1950 a 1960 foram marcadas internacionalmente pelo movimento pelos direitos civis dos negros (1955-1968). O movimento *Black Power* ou movimento pela libertação negra (DAVIS, 2018), para além dos direitos legais, reivindicou direitos concretos como emprego, moradia, saúde, educação, etc. Este movimento influenciou muito a visão dos negros brasileiros. Tanto negritude quanto branquitude, foram conceitos importados dos EUA. Negritude nas décadas de 1950/1960, como movimento *Black Power* e branquitude por meio de Ruth Frankenberg nos anos 1990. Para a autora negritude visava afirmar as populações negras mundiais como autoafirmação identitárias, enquanto branquitude nasceu da necessidade de racializar o branco e, ao mesmo tempo, desvelar um sistema de poder totalitário e dominante, fundado em hierarquias raciais. O reforço da ascensão das negritudes foi marcado, nas décadas de 1960/70, pelas independências dos países do continente africano.

No mesmo período, no Brasil, ocorreu a Ditadura Militar (1964-1985), que durou 21 anos. Na ocasião muitos brasileiros, fugindo do regime, buscaram exílio em países africanos que, paralelo ao movimento por direitos civis americanos, deu início ao processo de estreitar laços com os países do continente Africano, iniciando uma troca de experiência cultural entre os brasileiros negros e os países africanos. A multiplicidade dos movimentos sociais de libertação internacional fomentou discussões e trocas em estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil.

No final da década de 1970 o livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, de Carlos Hasenbalg (1942-2014), sociólogo argentino, radicado no Brasil no período, demonstra, por meio de estatísticas produzidas pelo IBGE, as desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros no Brasil. A análise de dados estatísticos produz a mudança de paradigma nos estudos das relações étnico-raciais brasileiras, demonstrando que as desigualdades raciais inerentes ao período, não são fruto apenas do passado escravagista ou da questão de classe social, mas de diferenças de oportunidades de vida e forma de tratamento social diferenciado em função do pertencimento racial, complementando o trabalho iniciado durante a década de 1950 pelo projeto Unesco.

De acordo com Amilcar Pereira (2010) as características fundamentais do movimento negro contemporâneo que se constitui na década de 1970 no Brasil são: o combate à discriminação racial e a denúncia do mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que se busca a afirmação de uma identidade racial negra positivada[8]. O autor destaca a raça ou a "consciência da negritude" como elemento de mobilização e de reivindicação política, como elemento aglutinador para a formação das organizações de negros, desde a Frente Negra Brasileira.

Os movimentos negros ocupam as ruas, as discussões acadêmicas e os espaços políticos partidários protagonizando as lutas do povo negro brasileiro.

> Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta anti-escravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século, sobretudo nas organizações de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas (NASCIMENTO, 2000, p. 204).

[8] O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em 18 de junho 1978, em plena ditadura militar, em São Paulo, em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robison Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira. A manifestação reuniu representantes de vários grupos e cerca de duas mil pessoas. O MNU, ao longo da sua história, vem combatendo todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias praticadas contra africanos em África e na diáspora, como luta para a libertação do povo negro e possui o maior número de militantes no Rio de Janeiro. (CAMPOS, 2018).

O final dos anos 1980 foi de abertura e transição para a democracia que culminou com a formação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. A constituinte possuía uma bancada negra, a Frente Negra Parlamentar, que tentou inserir diversos pontos de combate ao racismo na carta magna de 1988, ano no qual se comemorou os 100 anos da abolição da escravidão legal no Brasil[9].

O processo de redemocratização do Estado brasileiro não poderia ocorrer sem que o Governo Federal assumisse o racismo à brasileira. E um dos elementos para dar visibilidade aos negros brasileiros, como fruto da reivindicação dos movimentos negros, foi a Lei nº 10.639/2003, que alterou a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), visando a inclusão no currículo oficial da rede de ensino oficial e particular, do ensino fundamental ao médio, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", que constituiu um importante instrumento para que a real história de violência, opressão, lutas e conquistas étnico-raciais, que envolveram a construção sócio histórica brasileira, desvelasse o racismo na sociedade[10].

Outra legislação estruturante foi o Estatuto da Igualdade Racial, criado através da Lei Federal 12.288/2010, este demorou 20 anos para ser aprovado e completou dez anos em 2020, visa ser uma bússola para políticas de promoção da igualdade racial brasileira. O Estatuto constitui um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias, que visa garantir direitos básicos dos artigos V e VI da Constituição Federal à população negra, como: liberdade de consciência, saúde, educação, terra, moradia, trabalho, entre outros[11] (CAMPOS, 2018).

Segundo Santos (2015), as políticas públicas em geral, afim de que sejam verdadeiramente efetivadas, ao ponto de alcançarem êxito, precisam surgir como reivindicação de seus beneficiários. Os governos costumam praticar tais políticas

---

[9] Dentre seus deputados estava Abdias do Nascimento, que tentou implementar o projeto de lei, o nº 1332, que dispunha sobre ações compensatórias voltadas para as populações negras como: reservas de vagas para negros em concursos públicos, bolsas de estudos, trabalho e inclusão da família afro-brasileira em instituições privadas, no sistema de ensino e inclusão, no conteúdo escolar, da história das civilizações e afro-brasileira. (CAMPOS, 2018).

[10] Bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNRER) instituídas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE por meio da resolução nº 1/2004, em especial de formação inicial e continuada de professores para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, com o parecer CNE/CP 3/2004, nas Instituições de Ensino Superior na busca da consolidação da democracia brasileira (CAMPOS, 2018).

[11] O Estatuto previu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), por meio do fortalecimento da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Cultural Palmares, da lei de cotas nas universidades (Lei 12.711/2012), da implantação da Lei 10.639/03, da Lei de cotas no serviço público federal (Lei 12.990/2014) e inclusive da Lei das domésticas (Lei complementar nº 150/2015) e do Fundo Nacional de Combate ao Racismo (PEC nº 33/2016). O Estatuto é a lei que orienta todas as propostas de lei até hoje no país.(PAIM, 2020)

públicas de forma vertical ou impositiva, ou seja, sem ouvir as bases, de cima para baixo. No caso das políticas afirmativas sócio-raciais o movimento negro organizado já vinha reivindicando tal conduta do Estado brasileiro desde a constituinte de 1946, por meio da Convenção política do Negro e da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em 1945/46.

Com a retomada da democracia brasileira, em 1984, foi formada a Assembleia Nacional Constituinte, e foram realizadas as eleições diretas para Presidente da República. Fernando Collor de Mello foi eleito, em 1989, contudo, logo em seguida, em 1992, sofreu um impeachment e o seu vice Itamar Franco assumiu o mandato.

Nas eleições seguintes, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e professor universitário, foi eleito. Apesar de ter participado de pesquisas sobre a questão racial, ter escrito dois livros sobre o assunto: um com Florestan Fernandes e outro com Otavio Ianni, e ter governado o Brasil de 1995 a 2003, não criou nenhuma política pública afirmativa durante o seu governo.

A Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, em 1995, organizada pelo MNU, por ocasião dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, levou mais de 30 mil pessoas à Brasília e pressionou o governo FHC a se posicionar contra o racismo. Em 1997 foi a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro declarou publicamente e oficialmente que havia preconceito e discriminação racial no país (ALMEIDA et. all., 2013; DUARTE, 2008).

Desejei investigar como a produção científica da psicologia vem tratando a questão racial no Brasil, no que diz respeito ao conceito de branquitude, apontando a importância de combate ao racismo por meio de práticas profissionais e pessoais antirracistas. Liv Sovick (2009) lembra que, embora o mito da democracia racial esteja teoricamente desmascarado, a ideia de mestiçagem, como base de uma convivência nacional pacífica, não foi substituída por outra que leve em conta as hierarquias raciais. As marcas das hierarquias raciais brasileiras precisam ser desveladas e dissecadas para que possamos contribuir com a redução das desigualdades raciais cotidianas. O conceito de branquitude vem coroar tal premência e mudar o panorama da pesquisa étnico-racial no Brasil a partir dos anos 1990, quando Edith Piza (1998/1999) inaugura uma nova concepção de estudos raciais.

Nos anos 1990, surge o conceito propriamente de branquitude nos EUA, com Ruth Frankenberg, em 1995 e Janet Helms (1990). De 1992 a 1996, Iray Carone e Maria Aparecida Bento (2017) desenvolveram, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, a pesquisa intitulada “A formação psicológica do legado social do branqueamento – Um estudo sobre a negritude em São Paulo” e em 1997 perceberam que até 1994 só haviam utilizado literatura escrita por brancos a

respeito de negros no Brasil[12]. Foi a pesquisadora Edith Piza quem mudou os rumos dessa pesquisa, iniciando seminários sobre os estudos da branquitude, baseados em Frankenberg e Helms.

O conceito de branquitude envolve a negação das origens histórico-culturais brasileiras, ilusão de superioridade racial branca, promove uma hierarquização racial excluindo socialmente os racializados ou não-brancos. Representa a quebra do mito da democracia racial, que a todo momento se impõe pelo pensamento hegemônico, de que "somos todos seres humanos"[13]. A lei 10.639/2003 e o livro de Maria Aparecida Bento e Iray Carone (2002) inauguram uma nova era para a compreensão das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, especialmente no campo psicológico. "A Psicologia, como toda ciência anglo-eurocentrada, em sua ambivalência, tende a reproduzir a estrutura racista brasileira. Contudo, a partir da pesquisa nos anos 1990 e do livro de coletânea de artigos Psicologia social do racismo, de 2002, Iray Carone e Aparecida Bento, se propuseram a aprofundar os estudos críticos da branquitude, e implicar as profissionais da Psicologia, e os brancos e brancas brasileiros nas lutas antirracistas.

---

[12] O livro Psicologia Social do racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, de 2002, organizado por duas psicólogas negras de São Paulo, Bento e Carone, continua sendo um marco nos estudos das relações étnico-raciais brasileiras, principalmente no campo psicológico, fato que instiga a continuidade do tema de pesquisa atual no mesmo campo de saber.

[13] Piza argumenta que trouxe o conceito para o Brasil, branquidade e branquitude diferem conceitualmente por terem correlação com os termos negridade e negritude, respectivamente. O termo negridade foi utilizado nas décadas de 20 e 30 pela Frente Negra Brasileira com o objetivo de aproximar os negros do referencial branco, favorecendo a aceitação social. "[Negridade] foi um termo utilizado pelo movimento negro das décadas entre 20 e 30, que reivindica a inclusão do negro na sociedade branca através da negação de sua origem e por um comportamento ditado e aprovado por brancos. Negridade refere-se a "parecer" branco para ser aceito entre brancos" (PIZA, 2005, Nota de rodapé 06). Já o termo branquitude, correlaciona-se à superação do ideal branco através da constatação do privilégio por parte dos brancos e sua consequente tentativa de combate ao racismo. De acordo com Lúcio Oliveira, há uma assimetria entre branquitude e negritude. "... a branquitude não vem sendo construída baseada em sentimentos de valorização cultural ou de orgulho e conscientização, como a negritude, o que torna o tema ainda mais complexo de ser abordado historicamente". (MOREIRA, 2014, p. 11) Portanto, branquitude e branquidade, historicamente não se constituam enquanto sinônimos, atualmente são usados como tal, embora não tenhamos encontrado nenhuma explicação teórica para o fato. "Ou seja, enquanto indivíduos brancos que reconhecem que a supremacia branca não tem razão de existir permanecem omissos no processo (branquitude), o privilégio destes e daqueles brancos que acreditam na brancura como condição ideal de ser humano (branquidade) é mantido, o que faz com que negros sem qualquer reconhecimento sobre seus valores culturais e sociais encontrem no processo de branqueamento a única forma de integração social, assim são impedidos de formar uma identidade negra positiva, baseada no resgate de valores individuais e coletivos em nome de uma nova percepção de si e do mundo social, perpetuando valores depreciativos e estereotipados que se arrastam ao longo dos anos. (MOREIRA, 2014, p. 11). Já Stella Paterniani (2016) diferencia branquidade e branquitude sob a seguinte ótica: por branquitude entende a subjetividade e por branquidade o papel do estado enquanto instituição. "Como branquidade do Estado entendo os vínculos entre os diferentes tipos de racismo presentes em algumas práticas e concepções estatais, especialmente no que diz respeito à política urbana e à repressão policial. A branquidade do Estado, enquanto modo de funcionamento, vincula-se à heteroclassificação racial realizada pelo próprio Estado, atrelada à propagação do não reconhecimento das relações sociais como racializadas". (2016, p. 3). Considera que branquitude, como afirmação do poder branco de combate ao racismo, por meio de assumir a condição de privilégio na sociedade e branquidade como a naturalização do branqueamento e reforço de um estereótipo assimilacionista dos valores brancos como hegemônicos.

Escolhi trabalhar com o termo branquitude em coerência à definição de Edith Piza, precursora dos estudos no Brasil, e Maria Aparecida Bento (2002), bem como os signatários, como Lourenço Cardoso (2010) e Lia Schucman (2012), e todas as demais pesquisadoras que seguem nessa linha. Mais à frente aprofundaremos tais diferenças conceituais.

Para falar de branquitude à brasileira, preciso citar o seu correlato, o racismo à brasileira. O racismo à brasileira foi definido por Oracy Nogueira (2006), como preconceito de marca ou preconceito de cor, por fenótipo, enquanto nos EUA se caracteriza por preconceito de origem, genótipo. O autor enumera doze diferenças, entre elas a ideologia assimilacionista e miscigenacionista do racismo à brasileira, que pretende o branqueamento da raça e o consequente desaparecimento de negros e indígenas, além da consciência de que a discriminação tende a ser intermitente.

> Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Nogueira (2006) destaca que no Brasil é possível ocorrer a passabilidade negra devido a um atributo social diferenciado, bem como a situação financeira favorável, quanto ao modo de atuar do racismo à brasileira, como exemplo o autor cita:

> o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador. (...) Assim, um clube recreativo, no Brasil, pode opor maior resistência à admissão de um indivíduo de cor que à de um branco; porém, se o indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica, ou se for hábil, ambicioso e perseverante, poderá levar o clube a lhe dar acesso, “abrindo-lhe uma exceção”, sem se obrigar a proceder da mesma forma com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves (2006, p. 293).

De acordo com Nogueira (2006), nos EUA, essa passabilidade fica condicionada na esfera psíquica a uma “crise de consciência”, já que uma vez descoberta a origem negra, não há a possibilidade de tolerá-la:

> Nos Estados Unidos, ao contrário, as restrições impostas ao grupo negro, em geral, se mantêm, independentemente de condições pessoais como a instrução, a ocupação etc. Tanto a um negro portador de PhD (doutor em filosofia, título altamente respeitado

> naquele país) como a um operário, será vedado residir fora da área de segregação, recorrer a certos hospitais, freqüentar certas casas de diversões, permanecer em certas salas de espera, em estações, aeroportos etc., utilizar-se de certos aposentos sanitários, fontes de água etc., ainda que varie de uma região para outra e, mesmo, de uma localidade para outra, a amplitude de situações em que se impõem restrições (2006, p. 293).

Enquanto no Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços fenotípicos, ou seja, quanto mais características físicas da raça negra: cabelo, cor da pele, traços físicos, mais haverá discriminação.

No Brasil, não só a pessoa branca e racista pode ter amigos negros, como relata Nogueira (2006), como pode fazer parte de um ambiente que professe a cultura negra, casar com uma pessoa negra, ter filhos negros e continuar racista, conforme Lia Schucman esclarece em seu livro Famílias inter-raciais (2018) e Gabriela Balaguer (2017) em sua tese sobre cultura negra. O autor ressalta a tendência a se atenuar o preconceito onde há maior proporção de indivíduos de grupos discriminados e frisa que a possibilidade de ascensão social é inversa a intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, podendo ser confundida com a questão de classe, dificultando a luta política.

Portanto, por tais características de marca, o racismo à brasileira tende a ser desconsiderado cotidianamente, propiciando a assimilação e miscigenação por parte dos racializados e a negação da existência do racismo ou do privilégio branco por parte da prática da branquitude, facilitando sua invisibilidade. Entendendo raça como um constructo teórico que, embora não apresente razão biológica, serve de justificativa para a manutenção dos privilégios e das desigualdades sociais desveladas pelo racismo. Sendo o branco o não racializado, visto ser o padrão, portanto, o invisível e os demais os racializados. Schucman (2014) explica que a mudança nos estudos sobre raça e racismo ocorreu pelo deslocamento do olhar dos acadêmicos dos “outros” racializados para o centro da construção da noção de raça, os brancos, chamados de estudos críticos da branquitude pelos americanos.

Com o racismo à brasileira, podemos identificar as características da branquitude à brasileira, que também se estabelece pela marca. No Brasil, embora tenhamos vários tipos de brancos, conforme Schucman (2012) demarca em sua tese, as gradações de privilégios também ocorrem, o que não isenta brancos “encardidos”, expressão utilizada pela autora, do privilégio branco. Quanto mais o branco brasileiro se aproxima do fenótipo europeu, mais valorizado ele será: branco, louro, de traços finos e olhos claros, geralmente os brancos do Sul, “caucasóides”, como o modelo de ser humano. Esses indivíduos costumam exaltar sua ascendência europeia e mesmo

cultivar mais os hábitos culturais dos seus ancestrais, por meio de colônias[14], do que se identificar à cultura brasileira.

Sendo a branquitude um “ponto de vista”, os brancos brasileiros desejam se reconhecer pertencentes à nobreza e aos europeus. Assim, o estrangeirismo é mais valorizado do que a construção de uma identidade nacional. A cultura popular ou regional é desvalorizada, como o sotaque nordestino ou nortista, enquanto o sotaque da região sul é exaltado (FRANKENBERG, 2004).

Em contrapartida, Lélia Gonzalez convida os brasileiros a assumirem sua amefricanidade e o idioma pretoguês. A autora propõe um novo enfoque da formação histórico-cultural brasileira, que inconscientemente não é o que se afirma: “um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas” (1984, p. 69). Propõe que os brasileiros assumam sua amefricanidade, ou seja, essa mistura de América Latina e África. E o pretoguês como a marca de africanização do português falado no Brasil. Ambos os conceitos pretendem desvelar o véu ideológico do branqueamento cultural, minimizando a importância da contribuição negra para a formação da cultura nacional.

Esses traços constituem o racismo brasileiro, que representa um aspecto característico da faceta do exercício racista no território nacional, contudo, em termos mundiais, o racismo é estrutural e estruturante da colonialidade e do capitalismo. O conceito de racismo foi definido por Sílvio de Almeida como:

> uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (2018, p. 25).

A característica de prática consciente ou inconsciente do racismo denota que não se trata apenas de um comportamento individual e intencional. Se praticado de forma inconsciente, demonstra um desconhecimento histórico e de compreensão de mundo do sujeito branco, que, portanto, pode praticar essa discriminação racial por ignorância.

Contudo, o fato de pertencer ao grupo racial branco, faz com que se beneficie de tal conduta e, mesmo inconscientemente, promove a desvantagem racial dos grupos racializados. Portanto, a prática do racismo não isenta o autor da discriminação

[14] Segundo Kabengele Munanga “...a categoria de raça que opera no imaginário da população e produz discursos racistas é, ainda, a ideia de raça produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX. Serve para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, que têm características fenotípicas comuns tidas como responsáveis pela determinação das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos dentro desses grupos, situando-se em uma escala de valores desiguais”. (2004 apud SCHUCMAN, 2014, p. 85)

de sua responsabilidade, ainda que não tenha consciência. O fato de a discriminação ter a raça como fundamento inconsciente demonstra que o imaginário de raça foi forjado pela estrutura fundante da sociedade moderna. A desconstrução do racismo requer permanente vigilância e a dura consciência de que todo branco é racista.

Sendo assim, para Almeida (2018), o racismo é sempre estrutural. O estrutural diz respeito à construção do mundo moderno, capitalista, burguês, patriarcal, é o que faz com que o racismo seja permanente e constantemente atualizado, visto estar na base da maioria das sociedades mundiais, bem como na maioria de suas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Segundo o autor

> ...o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (2018, p. 28).

O racismo, como decorrência da estrutura social, permeia a construção das subjetividades. Portanto, é de fundamental importância a implicação da psicologia brasileira, que inicialmente foi pautada principalmente no modelo anglo-euroamericano, por meio, principalmente, do laboratório de Wundt[15] e da teoria psicanalítica freudiana, que se basearam nos indivíduos e nas famílias brancas.

A história da psicologia brasileira se confunde com a história nacional da colonialidade, com teorias importadas e do branqueamento do brasileiro, aficcionada pelos estrangeirismos, em especial as práticas de controle social baseadas no positivismo e na medicina em modelos teóricos europeus (ESPINHA, 2017). Os cursos de psicologia e a própria profissão, como a grande maioria do ensino superior brasileiro, se desenvolveram durante a Ditadura Militar, onde o privilégio de uma classe média branca se solidificou em detrimento da maioria da população racializada. Sendo assim, o racismo permaneceu reconfigurado em um modelo de sociedade único e dominante: branco, cis, hetero e patriarcal, com a predominância do modelo clínico e uma dissonância entre teoria e prática na psicologia (ESPINHA, 2017).

Tatiana Espinha (2017) resgata a História da Psicologia no Brasil contada a partir das teorias psicológicas desenvolvidas pelos jesuítas e, posteriormente, por médicos, que importavam conhecimentos vindos da Europa, antes da formação se tornar institucionalizada, com a Lei Federal 4.119 de 27 de agosto de 1962.

> A história se faz pouco presente nos cursos de Psicologia, não só aquela que remonta ao início da própria disciplina, mas também a que remete à própria história do Brasil e que revela o contexto social e político em que a Psicologia se desenvolveu. Acredito que a

[15] Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) foi um médico, filósofo e psicólogo alemão. É considerado um dos fundadores da psicologia experimental e formou uma geração de psicólogos.

> aproximação com a história do Brasil nos ajudaria a entender determinadas práticas sociais desenvolvidas até hoje, que são vestígios deixados por uma classe dominante. A história da Psicologia não ocorre desvinculada da história política, social e econômica do lugar em que ela é criada e nem é pano de fundo da história do país. A entrada de europeus por meio da colonização em diversos países, que extrapolavam seu próprio continente, difundiu um referencial de cultura e universalizou um modelo de ciência: o positivismo. No período colonial, mais especificamente com a chegada dos portugueses no solo brasileiro, o ensino de ideias psicológicas ocorreu nos seminários, destinado aos professores e jesuítas (ESPINHA, 2017, p. 28 e 29).

A própria teoria psicológica é atravessada por questões coloniais e teorias europeias hegemônicas. A influência da medicina se deve ao fato do saber médico ter sido o primeiro a chegar ao Brasil, na Bahia e Rio de Janeiro, locais onde as teorias raciais se desenvolveram fortemente, constituindo um projeto de nação e, posteriormente, com uma política de embranquecimento. A autora aponta que a psicologia se fazia presente nos currículos, nos manuais e nas produções culturais das faculdades e serviu para o controle social da população a partir do discurso da patologização do comportamento anormal com um viés de neutralidade positivista, seguindo a tradição colonial punitivista e um discurso científico moralizante (ESPINHA, 2017).

Espinha (2017) afirma que, na área da educação, os temas de psicologia estavam presentes nas escolas de formação de professoras primárias, com viés de adaptação social. A metodologia científica de ensino europeu e norte-americano priorizava o “homem como produto do organismo social”, unindo Medicina, Educação e Psicologia, por meio dos testes de personalidade e inteligência. De acordo com a autora:

> A higiene mental e a limpeza social eram consideradas ações preventivas que preparavam o terreno para que a educação produzisse bons frutos. (...) Em 1923, no Rio de Janeiro, foi fundada pelo psiquiatra Gustavo Riedel a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), e inicialmente seu principal objetivo era o aperfeiçoamento da assistência ao doente mental (2017, p. 36).

Portanto, a Psicologia nasceu e permaneceu durante a maior parte de sua existência a serviço do Estado e das classes dominantes: elites econômicas e intelectuais, inclusive se associando à teoria eugênica, na década de 1930.

Na década de 1940, a Psicologia entra na universidade, como disciplina obrigatória em Filosofia e Medicina, mas com contratação de professores europeus, visando o progresso dos estudos psicológicos.

Na década de 1950 surgem os primeiros cursos de Psicologia no Brasil e as tentativas de regulamentação da profissão. Nas décadas de 1960 e 1970, anos da

Ditadura Militar brasileira, predominava a prática clínica, por meio da teoria psicanalítica, preocupadas com os desajustados e carentes, intervenções que, segundo Espinha (2017), ampararam o regime militar, práticas que perduram, visto que a teoria psicanalítica é uma das principais correntes hoje nos cursos de Psicologia.

A psicologia só se aproximou dos movimentos sociais na virada dos anos 1970 para 1980 por meio do engajamento dos Conselhos de Psicologia no Movimento de Reforma Sanitária e nos anos 1980 e 1990 no Movimento da Reforma psiquiátrica e na Luta Antimanicomial. A adesão às demais pautas de direitos humanos, como a das relações étnico-raciais, só acorre a partir dos anos 2000. A dissonância, pelo viés social da necessidade da população, de acordo com Espinha, ocorre porque

> a expansão dos cursos de Psicologia de graduação de instituições particulares procura as regiões mais ricas para se instalarem, como é o caso do estado de São Paulo, o que mostra que a educação se preocupa com mercado de trabalho e não com a necessidade da população (2017, p. 44).

As universidades públicas e gratuitas, com políticas afirmativas de reparação histórica, são instrumentos fundamentais do ponto de vista social das necessidades da população brasileira, visto que as instituições particulares, em regra, visam o campo mercadológico do lucro e de formação para o mercado de trabalho.

Portanto, apenas no século vinte, após décadas de lutas empreendidas pelos movimentos negros, especialmente a Marcha de Zumbi dos Palmares, e a pressão internacional com a realização da Conferência de Durban, em 2001, foi que o governo FHC iniciou o diálogo entre a sociedade civil organizada e o governo brasileiro[16].

Os avanços e retrocessos inerentes à história política do país refletem as lutas dos movimentos sociais e as resistências das elites brasileiras em aceitar esses avanços. A elite não abre mão de suas vantagens sociais e seus privilégios herdados da colonização. A branquitude diz respeito a essas vantagens materiais e simbólicas em decorrência do fenótipo, no caso brasileiro.

A branquitude configura-se como forma de poder que promove vantagens materiais e simbólicas à população branca, é um conceito correlato a um sistema de poder/saber baseado no racismo estrutural. Como correlatos, ambos se

---

No período de retomada da democracia o Brasil passou de governos neoliberais, pró-mercado para um governo de orientação pró políticas sociais, do presidente Lula, em 2003. Contudo, a reação das elites dirigentes ocorreu em 2009, quando as ações afirmativas passam a ser objeto de litígio judicial, ajuizada pelo Partido Democratas (DEM), no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação de Descumprimento de preceito Fundamental (ADPF) nº 186. Nela o partido questiona a ação afirmativa para estudantes negros implementada na Universidade de Brasília (UNB), por meio do sistema de cotas, julgada improcedente, por unanimidade, em 2012.

retroalimentam da produção de subjetividades, formas de ser e estar no mundo, racialmente discriminatórias e hierarquizantes. Apesar de serem conceitos fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira, a psicologia, como ciência social, ainda carece de se aprofundar neles.

A branquitude na psicologia denota a ausência dos estudos dos autores negros e da temática racial, inicialmente abordada por eles. Embora autores de renome já existissem no campo da psicologia, não eram estudados, na graduação e pós-graduação Lato Sensu, na Universidade Federal Fluminense, bem como em muitas outras de igual relevância para a psicologia brasileira.

Uma profissão que trabalha com a construção de identidades e a produção de subjetividades, um campo eminentemente feminino e predominantemente branco, gênero, raça, classe, sexualidade, etc são conceitos fundamentais para a compreensão mais ampla e profunda, tanto da formação acadêmica, quanto dos sujeitos que atenderão às demandas sociais.

Diante de tais questionamentos decidi pautar a branquitude à brasileira, um conceito que visa definir as características de poder que usufruem os brancos, que só pode se firmar como tal em um país como o Brasil, onde um branco miscigenado exerce sua branquitude. E, como afirmou Nogueira (2006), sente-se desapontado quando é nomeado como “não branco” no hemisfério norte.

Schucman (2012), em sua pesquisa, demonstrou que, quando interpelado sobre sua raça, a tendência do branco brasileiro é se esquivar de racializar-se. A autora explicou ao amigo que a característica comum aos brancos seria esquivarem-se de racializar-se, não respondendo que eram brancos, o amigo perguntou a quinze pessoas consideradas brancas, em uma festa, de que raça eram: “Raça? Sou tupi-guarani. (...) Eu? Sou rottweiler (...) Raça? Que pergunta é esta? Ué, sou da raça humana. (...) Eu? Sou Marciano. (...) Entre as 15 pessoas abordadas, somente uma respondeu que era branca” (2012, p. 50). Enquanto as respostas das pessoas negras, embora diferentes, convergiam para a racialização, demonstrando condições sociais e percepções de si mesmos bem diferenciadas.

Diante de tais reflexões, de 2014 a 2017 fui construindo um percurso que culminou no interesse pelo mestrado em relações étnico-raciais, quando constatei que uma das formas mais eficazes de combater o racismo era estudar autores negros e ouvir o que as pessoas negras tinham a dizer sobre suas experiências e teorias raciais.

O primeiro contato com a teoria ocorreu no grupo de estudos sobre racismo e discurso do PPRER/CEFET/RJ pelos textos de Neusa Santos (negritude), Lourenço Cardoso (branquitude) e Kimberle Crewshaw (interseccionalidade).

Ao cursar, como ouvinte, a disciplina Feminismos Negros, me deparei com as autoras negras, latino-americanas e caribenhas, mulheres altamente invisibilizadas, contudo com escritas potentes e decoloniais implicadas com as questões de seus países de origem e dos povos ao sul global.

Em 2018, iniciei o mestrado no Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do CEFET-RJ, com o intuito de aprofundar os estudos étnico-raciais. O conteúdo teórico e as trocas adquiridas na pós-graduação stricto sensu representam um grande avanço na minha formação e o início do processo de meu letramento racial.

O estudo da formação da sociedade brasileira como produtora e reprodutora de modelos de relações étnico-raciais forjados historicamente é fundamental para entender as construções das subjetividades. Entender as origens das desigualdades e hierarquias sócio-raciais ajuda na compreensão da construção das subjetividades que alijaram grande parte da população de oportunidades, direitos e cidadania.

A metodologia o Estado da Arte foi-me apresentada pela minha orientadora Tânia Muller, em 2019. Muller possui diversos trabalhos na área de educação e relações étnico-raciais, seu campo de estudo, tais como: A Produção Acadêmica sobre a Imagem do Negro no Livro Didático: Estado do Conhecimento (2003/2013) e a pesquisa sobre o “Estado do Conhecimento em Relações Étnico-raciais”, ambos de 2015.

Em 2018, Muller participa da pesquisa, com diferentes pesquisadores, para um estado da arte sobre Educação das Relações Étnico-raciais, que culminou no livro de igual título organizado por: Paulo Vinicius Baptista da Silva, Katia Regis e Shirley Aparecida de Miranda. O livro aborda diferentes temas tais como: formação de professores, currículos, livros didáticos, implementação da Lei nº 10.639/2003, entre outros.

O que me motivou a realizar o Estado da Arte sobre o conceito branquitude nas pesquisas de pós-graduação em psicologia no Brasil, no período de 2003 a 2018, foi pensar como a psicologia tem contribuído para o combate ao racismo na sociedade brasileira. A Lei 10.639/2003 inaugurou uma época de políticas afirmativas sócio-raciais que iniciaram as mudanças estruturais que promoveram oportunidades e inclusão às populações negras e indígenas: Lei de obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígenas, 11.645/2008, Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010; Lei de cotas nas universidades, 12.711/2012 e Lei de cotas nos concursos públicos da União, 12.990/2014.

Um dos objetivos do Estado da Arte ou do Conhecimento é exatamente seu caráter contínuo, ou seja, produzir uma revisão da literatura atual que fomente futuras pesquisas complementarmente.

Nesse caso, o Estado da Arte, como levantamento bibliográfico, visa expor a branquitude, bem como suas marcas na sociedade, tornando-as visíveis tanto quanto o seu conteúdo: suas lacunas, emergências e avanços, visto que as pesquisas acadêmicas, muitas vezes, permanecem invisibilizadas.

Os estudos das produções acadêmicas desenvolvidas nas instituições de ensino e pesquisa são fundamentais para a formação de profissionais da psicologia, tanto na carreira acadêmica, quanto nas demais práticas psicológicas. As pesquisas visão atualizar as profissionais dos diversos ramos da psicologia, tanto por seu sentido histórico, quanto como forma de atualização bibliográfica. Profissionais precisam de formação contínua e as pesquisas produzem e atualizam conhecimentos. A teoria busca incentivar a reflexão da prática cotidiana e o impacto das políticas públicas em saúde, recursos humanos, educação, e demais áreas de atuação profissional, tanto em instituições públicas quanto em privadas.

O profissional não pode prescindir da práxis[17], como ação transformadora, união dialética entre teoria e prática que produz, simultaneamente, da prática teoria e da teoria prática. Portanto, o meu olhar de mulher branca, feminista, psicóloga, pesquisadora, ativista, militante, antirracista e antilgbttiapn+fóbica[18] é que vai direcionar a perspectiva desse trabalho.

O presente trabalho se divide em três capítulos, da seguinte forma:

O primeiro capítulo intitula-se Branquitude e Psicologia e foi dividido em quatro partes, na primeira abordo as universidades brasileiras, como lugar de fala e letramento racial; na segunda apresento a construção étnico-racial brasileira, apoiada nos conceitos de negritude, branquitude e a ideologia do branqueamento; na terceira parte trato das Políticas Públicas de Ações Afirmativas Socio-raciais Brasileiras; na quarta parte falo sobre o percurso da psicologia e os trabalhos de psicólogas tanto no Estado da Arte, quanto nas relações étnico-raciais.

O segundo capítulo chamado: Procedimentos da Metodologia, é dividido em quatro partes, na primeira apresento a metodologia o Estado da Arte e a análise do

[17] "Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto antes de tudo, como crítica do "senso comum" (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que "todos" são filósofos e que não se trata de introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de "todos", mas de inovar e tornar "crítica" uma atividade já existente)" (GRAMSCI, 1981, p. 18 apud NORONHA, 2005, p. 87).

[18] Decidi usar o termo LGBTTIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, intersexos, assexuais, etc, por se tratarem de identidades de gênero e sexualidade e não o "Q" de Queer, por se tratar de um conceito, uma teoria.

discurso; na segunda falo do Estado da Arte a partir da trajetória do conceito, do surgimento da metodologia e como ela se aplica no Brasil; na terceira parte expus o percurso da pesquisa; e na quarta parte, apresento uma a análise preliminar, a partir dos estudos críticos da branquitude, que produz o conceito, e as diferenças e semelhanças com os conceitos de whiteness, brancura, branquitude e branquidade, bem como a análise quantitativa dos trinta trabalhos e qualitativa dos seis trabalhos de psicólogas.

O terceiro capítulo intitulado: Análise dos trabalhos sobre branquitude brasileira, foi dividido em duas partes: na primeira apresento a análise quantitativa dos trinta trabalhos encontrados sobre branquitude/branquidade brasileira; e na segunda expus a análise qualitativa dos seis trabalhos sobre branquitude brasileira em psicologia.

CAPÍTULO 1

Branquitude e Psicologia

> "Todos os animais são iguais perante a lei, mas alguns são mais iguais que os outros" (A Revolução dos Bichos, George Orwell)

No presente capítulo discorrerei sobre a importância do processo de democratização das universidades brasileiras, no qual se inserem os cursos de psicologia. E de como essa democratização ocorreu paralela às políticas de ações públicas afirmativas sócio-raciais que propiciaram o acesso dos negros às universidades e o questionamento do lugar hegemônico do branco.

Posteriormente abordarei o processo de branqueamento brasileiro e a história do conceito de branquitude, seu surgimento nos anos 1990, e a sua relação com a construção étnico-racial brasileira contemporânea. Avançarei para as políticas públicas de ações afirmativas sócio-raciais brasileiras, conceituando as políticas afirmativas e as políticas públicas de reparação histórica, visando a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e a educação para as relações étnico-raciais. Por fim, apresentarei os resultados do levantamento sobre as pesquisas em psicologia e relações étnico-raciais produzidas de 2003 a 2018.

1.1 Universidades Brasileiras, lugar de fala e letramento racial

Entre 2003 e 2014 foram criadas no Brasil dezoito novas universidades federais e 173 campi universitários, aumentando a taxa de matrícula de negros de 9%, em 2003, para 23,5 em 2014 (HERINGER, 2018)[19]. A criação dessas novas universidades e campus, paralela à implementação das cotas sócio-raciais, propiciou o aumento da diversidade racial e possibilitou o acesso de outros segmentos que estavam alijados do processo educacional do ensino superior. A maioria dos centros de ensino superior se concentravam nas regiões Sul e Sudeste, e a democratização do acesso às instituições públicas ocorreu por meio da criação de campus no interior e nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Com as ações afirmativas e a criação de novas universidades, os negros, os pobres, os indígenas, as populações periféricas e outros grupos vulnerabilizados passaram a ocupar um espaço antes negligenciado nas universidades[20] e, consequentemente, a assumirem seus lugares nos ambientes acadêmicos, antes frequentados predominantemente por filhos de uma classe média branca do eixo sul-sudeste. Dentre outros questionamentos, a legitimidade do protagonismo racial foi posta em discussão e a falta do letramento racial do branco.

De acordo com Rosane Borges, lugar de fala "é a posição de onde olho para o mundo para então intervir nele" (apud RIBEIRO, 2017, p. 46), pois "saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo" (apud RIBEIRO, 2017, p. 46). Ser uma pesquisadora psicóloga branca, feminista é o que vai direcionar o meu olhar antiracista.

O lugar de fala não exclui ninguém do debate, mas propõe que cada pessoa seja inserida no tema de acordo com o seu saber, que implica, necessariamente, na sua experiência pessoal. Localizar de qual lugar a interlocução se estabelece é fundamental para pensar a pesquisa interseccionalmente, implicando-a politicamente com a realidade subjetiva.

Do ponto de vista de uma mulher branca, falar de relações étnico-raciais requer um letramento racial e, demarcando uma posição política, partir do conceito de branquitude, abordando a questão na qual me localizo: a parte que me cabe na implicação étnico-racial.

O mestrado no PPRER me fez interagir academicamente com uma maioria de pesquisadores negros e questionar a minha própria branquitude. Schucman (2015) relata que a pesquisadora *France Winddance Twine* estudou como brancos, que interagiam com os negros no dia a dia, se relacionavam com sua própria branquitude. Twine formulou o conceito de *racial literacy*, que a autora traduziu por "letramento racial". Para Schucman (2015), o letramento racial é uma forma de responder individualmente às tensões raciais que requer pensar a racialização das relações sociais e a desconstrução do racismo como prática naturalizada, estrutural e institucional que reforça a ideia de igualdade. Entender o racismo como estrutural e socialmente estruturante pressupõe que as desigualdades socioeconômicas e culturais são produtos de uma prática discriminatória que não fornece chances iguais a

[20] "Em 2018, 25,2% dos jovens brasileiros com entre 18 e 24 anos estavam cursando ou já haviam concluído o ensino superior, mas o recorte racial mostra que, considerando apenas a taxa de matrículas de jovens brancos, essa porcentagem salta para 36,1%. Já olhando apenas para os jovens negros (pretos ou pardos), o índice cai pela metade: 18,3%. Os dados foram divulgados na manhã deste quarta-feira (6) na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia a e Estatística (IBGE)" (MORENO, 2019, p. 1).

todos. O letramento racial constitui uma das ferramentas para lidar com as relações étnico-raciais.

Schucman (2005) traduz o conceito de *racial literacy* da antropóloga afro-americana France Winddance Twine como letramento racial. Afirma que o letramento racial é um conjunto de práticas, baseado em cinco fundamentos, que busca reeducar o indivíduo em uma perspectiva antirracista. A ideia subjacente é de que todo branco é racista, mesmo que não queira, porque é beneficiário de privilégio materiais, subjetivos e simbólicos. Se o racismo é aprendido socialmente, a proposta é reaprender a não reproduzir as práticas racistas de forma individual.

A intensão é de que o branco reflita e se reposicione com relação ao racismo, que se reeduque e se transforme em um multiplicador das práticas antirracistas. Para as psicólogas brancas, esse passo é fundamental, tanto para se posicionar pessoalmente, quanto para atuar profissionalmente. Em um país com a maioria da população negra, com um histórico de escravização e perpetuação da violência, nós, psicólogas precisamos refletir sobre nossas práticas políticas cotidianas, não só no intuito de coibir o racismo como também de colaborar com práticas antirracistas.

O primeiro passo do letramento racial consiste no reconhecimento da branquitude. Reconhecer que a condição de branco, por si, confere privilégios materiais e simbólicos é a base para o posicionamento social de combate ao racismo. A partir desse passo há uma maior possibilidade de se detectar as formas de racismo estruturais e institucionais, tanto em si próprio como nos outros brancos. Segundo Bento e Carone (2017), branquitude consiste no reconhecimento de um processo de formação histórica do povo brasileiro no qual a colonização produziu desvantagens materiais e simbólicas para os racializados e vantagens para os brancos e brancas, o legado da escravidão para os brancos.

O segundo passo se refere a não reproduzir o racismo apenas como um legado histórico, ou seja, algo que permaneceu no passado e que hoje não existiria discriminação racial. Conforme Bento e Carone, “até 1994 não tínhamos ainda percebido todas as implicações de um estudo sobre a pressão cultural do branqueamento na esfera psicológica do negro brasileiro” (2017, p. 17) Entender o racismo como estrutural e estruturante, que faz parte do modo de funcionamento da maioria dos países, que se legitima e se reproduz, cotidianamente, em pequenos gestos até em políticas públicas universais, que se apresentam como excludentes: como as políticas de saúde, educação, saneamento básico, etc. Falta à formação em psicologia o estudo do processo histórico de construção da sociedade brasileira no intuito de compreender a produção de subjetividades e a formação das identidades raciais brasileiras.

O terceiro passo consiste na compreensão das identidades raciais como resultado de práticas sociais, ou seja, aprendidas. Portanto, cabe não só ao profissional saber lidar com o efeito que as práticas racistas produzem na vida de pessoas e comunidades negras (BENTO e CARONE, 2017) e, na sociedade, como um privilégio que faz as pessoas brancas, por meio do pacto narcísico da branquitude, estarem isentas de sofrer diretamente com atitudes racistas. O racismo estrutural constitui a forma social, material e simbólica de se relacionar, desde crianças, introjetando valores e os reproduzindo.

O quarto é passo consiste em tomar posse de uma gramática e de um vocabulário racial, visto que a linguagem é um fator aprendido e naturalizado. Saber as palavras e expressões racistas que reproduzimos cotidianamente, ainda que de forma inconsciente, produz mudanças na sociedade, visto que a linguagem é produtora e reprodutora de sentidos.

O quinto passo é a capacidade de interpretar os códigos e práticas "racializadas", uma habilidade a ser cultivada. A racialização é um produto da cultura colonial, que consistiu em separar as pessoas por raça para hierarquizá-las. As características positivas ficaram com os brancos e as negativas com os racializados pelos brancos. Interpretar a invisibilidade branca também é importante, visto que os brancos possuem a prerrogativa de usar a visibilidade e invisibilidade de acordo com a própria conveniência, ditando as regras sociais, políticas e econômicas.

Lourenço Cardoso (2010) foi quem definiu os conceitos de branquitude crítica e acrítica. De acordo com Cardoso, a maioria das pesquisas trata de branquitude crítica, deixando de lado a acrítica. Para o autor, a branquitude crítica refere-se ao indivíduo ou grupo branco que desaprovam publicamente o racismo, enquanto branquitude acrítica refere-se ao indivíduo ou grupo branco que defende o argumento da superioridade racial branca.

A pesquisadora Denise Carreira (2018) pergunta: "Como avançar de uma branquitude crítica para uma branquitude antirracista?". Carreira argumenta que para avançar de uma branquitude crítica para uma antirracista é necessário pensar no conceito de sujeito de reconhecimento recíproco: aquele que se reconhece e reconhece os outros como sujeitos de dignidade, de direitos, de conhecimentos, de projetos de sociedade, de vida. Se reconhecer na relação de interdependência com os demais e como parte do meio ambiente. Além de reparação à população negra, o antirracismo é condição essencial para o desenvolvimento da democracia e de promoção de atitudes que estejam efetivamente engajadas na transformação social.

O branco antirracista busca estimular o interesse em pesquisas que reflitam sobre a importância do conceito de branquitude, bem como seus atravessamentos e

implicações político-sociais. Especialmente aos profissionais de psicologia e suas práticas, contribuindo com o combate ao racismo nas práticas psis.

Para tal, observei se houve um impulsionamento das pesquisas sobre os conceitos de branquitude no contexto brasileiro no campo da psicologia após a implementação das políticas públicas de ações afirmativas para a educação nas relações étnico-raciais a partir de 2003, nas pós-graduações stricto sensu brasileiras.

Os racismos são plurais, bem como as formas de exercício da branquitude. Embora haja uma generalidade mundial no conceito, o racismo à brasileira é peculiar, visto que ele pretendeu e ainda pretende, por meio do processo de miscigenação e branqueamento absorver o negro na sociedade, de tal ordem, que ele desapareça por incorporação. O racismo brasileiro foi perpetuado por meio da política pública de Estado de branqueamento, enquanto o racismo americano e o sul africano, por exemplo, se realizaram por meio da segregação, inadimitindo essa incorporação por meio da interracialidade. Ao contrário, de acordo com Oracy Nogueira (1985), no preconceito de origem, sequer se admite um antepassado negro. O estudo da formação da identidade do branco brasileiro resulta no consequente desvelamento do lugar de invisibilidade e privilégio do branco brasileiro, respaldando o mito da democracia racial ainda vigente.

De acordo com Bento e Carone (2017) os estudos críticos sobre a branquitude visam dar o destaque necessário aos brancos como raça. A racialização do branco se tornou a premissa para a inversão necessária à discussão étnico-racial. Carone lembra que até 1994 os estudos e pesquisas eram realizados “ao sabor da literatura corrente escrita por brancos a respeito dos negros no Brasil” (2017, p. 22). Colocar a branquitude no centro do debate mudou os olhares sobre o branqueamento como um problema do negro. O avanço na luta por uma sociedade racialmente igualitária requer a implicação daqueles que se beneficiam do conceito social de raça. O estudo das relações étnico-raciais propicia pensar nas múltiplas discriminações causadas simultaneamente em pessoas negras.

1.2 A construção histórica étnico-racial brasileira: Negritude, Branquitude e a ideologia do branqueamento

O conceito de branquitude data dos anos 90, contudo a ideia de racialização do branco já era discutida muito antes. Priscila Elisabete da Silva relata que é preciso analisar “os estudos críticos da branquitude sobre o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu” (CARDOSO e MULLER, 2017, p. 21).

Lourenço Cardoso (2010) afirma que os intelectuais W. E. B. Du Bois (1920, 1935), em *Black Reconstruction in the United States*; Frantz Fanon (1952), em Pele Negra, máscaras brancas; Albert Memmi (1957), em Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador; Alberto Guerreiro Ramos (1957), em Patologia social de "branco" brasileiro e Steve Biko (1978) em Escrevo o que eu quero "chamaram a atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco" (SILVA, 2017, p. 21).

O termo branquitude é cunhado nos anos 1990 pelas intelectuais norte-americanas Janet Helms (1990) e Ruth Frankenberg (1995), (BENTO e CARONE, 2017, p.18) que discorrem sobre os estudos críticos da branquitude como elemento resultante da estrutura colonialista, que configurou o poder mundial durante todo o século XX, se perpetuando até os nossos dias.

A autora afirma que ser branco é uma ideologia relacional, um exercício de poder totalitário que se assemelha ao fascismo: discurso que sustenta hierarquias racistas exercidas por ação ou omissão (invisibilidade), como opção de autopreservação cínica dos Estados-nação. Sobre a especificidade da branquitude brasileira Cardoso e Muller (org. 2017) afirmam que não deve ser pensada na dualidade branco/negro, mas sim sob os conceitos de miscigenação e branqueamento.

Em 1993, a americana Ruth Alice Emma Frankenberg, no seu texto *White women, race matters: the social construction of whiteness,* cunha o termo *whiteness* que, a princípio, foi traduzido como brancura, depois branquidade e logo em seguida branquitude. No estudo Frankenberg estabelece a necessidade de se conhecer o comportamento branco, descrevê-lo e analisá-lo e define branquitude como:

> um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo. (2004 [1993]: p. 43)

Essa posição privilegiada que o branco brasileiro ocupa desde a forma de colonização do território Brasileiro pelos portugueses, diz respeito a determinadas características da formação da população brasileira. As relações étnico-raciais desenvolvidas no país propiciaram ao branco um lugar de se ver e ao outro, de vivenciar o poder da invisibilidade da branquitude. Para tal, passarei a discorrer sobre essas características específicas que marcaram a colonização brasileira e em que momento desembocou novamente no debate da branquitude.

1.2.1. Branquitude brasileira

No Brasil, as relações étnico-raciais possuem determinadas características como: a colonização portuguesa, o extermínio dos povos indígenas, a constituição da população majoritariamente negra pelo sequestro de 5,8 milhões africanos escravizados (maior número de escravizados no mundo); a tentativa de extermínio da população com base na teoria eugênica por meio do incentivo governamental à imigração de cerca de mais de 5 milhões de brancos, em sua maioria europeus, e o mito da democracia racial que buscou uma forma de negar o racismo, exaltando a miscigenação (BERNARDINO, 2002).

A colonização brasileira constituiu a estrutura racial do país de maioria negra. A pós-colonização, séculos XIX e XX, desenvolveu a teoria científica da eugenia, que considerava as raças não-brancas degeneradas e o “fardo” do país. Posteriormente o mito da democracia racial positivou a miscigenação como forma de mascarar o racismo. Diferente das sociedades dos Estados Unidos e da África do Sul, onde o racismo foi apoiado pelas leis de segregação racial (GUIMARÃES, 1999).

O tráfico e a escravização de negros africanos, por meio da monocultura e da posse de grandes extensões de terras, para a extração das riquezas naturais, serviram como forma de justificativa para o racismo. O controle dos povos pela dominação, usurpação e exploração constitui um mecanismo perene de escravização e imigração forçada.

Munanga (2003) afirma que a estruturação da sociedade brasileira apoiada nas teorias racistas desenvolvidas na Europa do fim do século XVIII fez com que o Brasil passasse de uma sociedade escravista (XVI-XIX) a uma sociedade racista (XIX-XXI). Essa passagem ocorre devido a forma de abolição da escravidão que lançou os negros à própria sorte e abandonou uma população que não foi incorporada como cidadã. Siss (2003) explica esse fenômeno como ligado à falta de acesso à escolarização, embora o Ato Adicional de 1834 garantisse a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, sendo dever das províncias instituí-la. Contudo, o autor ressalta que a Lei nº I, de 4 de janeiro de 1837, da província do Rio de Janeiro, proibia escravizados, ainda que libertos ou livres, de frequentar as escolas públicas. Nessa época, devido às lutas abolicionistas, já havia muitos negros libertos, visto que a abolição foi um ato meramente formal.

Embora muitos negros, os malês, por exemplo, de origem muçulmana, em sua maioria, já tivessem vindo para o Brasil alfabetizados, o medo da minoria branca da elite brasileira era de que houvesse revolta em território nacional (FARIAS et. all., 2011). Internacionalmente a Revolução Haitiana (1791-1804), primeira república negra

do mundo, já prenunciava o medo branco de que o mesmo ocorresse em terras brasileiras (NASCIMENTO, 2008). Nacionalmente, havia grande quantidade de quilombos e algumas revoltas como a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates em 1798 (CHAUVIN, 2019), a Revolta dos Malês em 1835 e mais trinta levantes populares na Bahia, no mesmo ano, a Bailada de 1838-1841 (JANOTTI, 2005), todas no nordeste brasileiro. Tais revoltas sucessivas e permanentes, aliadas à conjuntura internacional da revolução Haitiana, como a primeira nação negra independente, causaram medo à elite branca, que precisava conter tais arroubos populares, tanto física quanto intelectualmente.

Brylowski (2018) ressalta que o fato de o Brasil pós-abolição ter permanecido com um número de negros superior ao de brancos, causou muito mais revoltas, do que em países onde os brancos eram numericamente superiores, como no EUA. Tal característica ajuda na compreensão às diversas tentativas de branqueamento da população brasileira: seja pelo incentivo à imigração de europeus, como política de governo, como a adesão à teoria eugênica no Brasil no início do século XX.

A supremacia branca, no Brasil, foi imposta por questões subjetivas advindas da produção científica ao invés da estratégia segregacionista. O branqueamento, como política eficaz de Estado, reverbera até hoje na política instituída da branquitude. A branquitude, no Brasil, tem aí os seus primórdios, não por coincidência, na Bahia e no Rio de Janeiro, Estados que constituíram as duas primeiras capitais federais e com o maior número de negros insurgentes. No campo científico-político a dupla baiana e carioca da teoria eugênica eram Raimundo Nina Rodrigues e João Batista de Lacerda, respectivamente.

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico baiano defensor de teoria do Darwinismo social[21], uma das bases teóricas da eugenia, no final do século XIX, sustentava que as raças humanas correspondiam a realidades diversas, não passíveis de cruzamento. Para Rodrigues negros e mestiços eram responsáveis pela inferioridade do Brasil, visto o projeto de branqueamento da nação em curso, baseado na supremacia do modelo branco europeu.

João Batista de Lacerda foi fruto da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de onde, em 1914, surgiu oficialmente, em uma tese orientada por Miguel Couto (1865-1934), médico, político e professor.

[21]"O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta "natural" pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenham sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder. (BOLSANELLO, 1996, p. 154)

No campo da medicina e da psicologia o movimento eugenista tinha seus representantes de influência mundial. Lembrando que a psicologia nasce, no Brasil, como uma disciplina da medicina, conforme discorrerei mais adiante.

No campo da psiquiatria havia Cesare Lombroso (1880), psiquiatra italiano, que era favorável a pena de morte e prisão perpétua, por acreditar que o crime era primariamente hereditário. No da psicologia, havia Wilhelm Wundt, (1879) médico, filósofo e psicólogo alemão, fundador do primeiro laboratório de psicologia e formador de vários psicólogos de todo o mundo. A psicologia experimental considerava o ser humano como um animal passível de manipulação por meio de treinamento e se referia ao desequilibrado mental como uma carga pesada para a nação. Ambos pregavam acerca da superioridade branca e influenciaram gerações de intelectuais e instituições no Brasil e no mundo com as ideias de que o crime seria hereditário e de que o desequilibrado mental seria um fardo à nação (FERNANDES et. all., 2018).

As práticas eugênicas estiveram presentes desde o colonialismo, justificando a espoliação das riquezas dos povos ao Sul global, especialmente negros e indígenas. O conceito de eugenia, ou racismo científico, surge no final do século XIX para respaldar cientificamente a dominação.

A ideia de eugenia foi disseminada por Francis Galton (1822-1911), antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês, primo de Darwin, responsável por criar o termo, em 1883. Apresentou o projeto ao mundo na Grã Bretanha e foi colocado em prática pela primeira vez nos Estados Unidos. É um termo que vem do grego e significa “bem nascido”. O autor imaginava que o conceito de seleção natural de Darwin, também se aplicava aos seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos (DEL CONT, 2008).

Já Herbert Spencer (1820-1903), filósofo, biólogo e antropólogo inglês, criou o conceito de Darwinismo Social, que condenava o cruzamento e a mestiçagem. (BOLSANELLO, 1996 e DEL CONT, 2008)

No Brasil, a ideologia do branqueamento, capitaneada inicialmente pela teoria eugênica, se desenvolveu no Rio de Janeiro a partir de um dos maiores teóricos brasileiros da época. O médico e sanitarista Renato Kehl (1889-1974), considerado o pai da eugenia no Brasil, acreditava que a melhoria racial só seria possível com um amplo projeto que favorecesse o predomínio da raça branca no país. (GOES, 2015).

A eugenia, teoria importada da Inglaterra, chegou oficialmente ao Brasil no início do século XX, em 1914, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2011). O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ter um

movimento eugênico organizado, em 1918. Tais fatos explicam a permanência do racismo e a prevalência da branquitude. O radialista Roquete-Pinto foi quem liderou o primeiro Congresso de Eugenia no Rio, em 1929.

João Batista de Lacerda (1834-1915), médico, antropólogo, cientista e diretor do Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do Brasil e uma das maiores instituições de ensino e pesquisa do país e do Rio de Janeiro, ainda hoje. O cientista foi eleito para representar o Brasil no Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, em 1911, financiado pelo governo do presidente marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e apoiado pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto, seu assistente no Museu Nacional. Na ocasião, o Brasil era reconhecido como um “laboratório racial”, por ser um país de raças mistas, sobretudo por europeus e norte-americanos. O país, como exemplo do cruzamento de raças, era visto como extremamente negativo e exemplo de degeneração. Lacerda era movido pelo darwinismo social de Spencer e defendia que a mestiçagem e o cruzamento racial brasileiros seriam transitórios e benéficos, visto que as políticas públicas imigratórias facilitariam a seleção dos brancos, mais fortes, em um século ou três gerações. Sem deixar rastros, seríamos uma nação branca em 100 anos, após três gerações (SCHUWARCZ, 2011).

No Brasil, a mudança no paradigma de um projeto de Estado brasileiro eugênico teve fim com a teoria eugênica cientificamente refutada. Contudo, as tentativas históricas de apagamento do conflito étnico-racial continuaram. As ideias de Gilberto Freyre (1900-1987), em seu clássico mundialmente conhecido Casa-grande e Senzala, de 1933, criaram o mito da democracia racial, pela sua versão sobre a formação do povo brasileiro racialmente integrado, pacífico e cordial.

Como a população não se tornou branca, conforme esperado, os estudos de Freyre serviram como estratégia política para exaltar a mestiçagem positivando-a, em contraposição ao método eugênico que pretendeu negativá-la, romantizando a escravidão no Brasil. A obra a Casa Grande representa a metáfora da colonização: a monocultura, o sistema patriarcal e escravocrata, como o equilíbrio dos antagonismos, ou seja, a inexistência de conflitos entre senhores e escravos, que pautava a coesão social. Embora Freyre tenha rompido com o racismo científico e o determinismo geográfico vigentes na sociologia nacional até 1930, foi considerado o teórico das oligarquias e do mito da democracia racial. (MENEZES, 2000).

Se a teoria eugenista considerava a mestiçagem negativa e passível de extinção, Casa-Grande e Senzala rechaçava as doutrinas racistas de branqueamento do Brasil. A obra retratou a mestiçagem como formadora e integradora da sociedade brasileira. A ideia seria propagar o mito de uma colonização cordial, onde colonizados e colonizadores habitariam os mesmos ambientes, inclusive se relacionando

sexualmente (estupro consentido). Não obstante tenha ressaltado os aspectos violentos da colonização, Freyre foi criticado por ter romanceado tal período em sua análise.

> A verdade é que no Brasil, ao contrário do que se observa em outros países da América e da África de recente colonização européia, a cultura primitiva - tanto a ameríndia como a africana - não se vem isolando em bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis; ao sistema social do europeu. (FREYRE, 2003, [1933]: p. 123)

Gilberto Freyre destaca a experiência colonial brasileira das demais, considerando positiva a miscigenação cultural, embora considere primitivas as culturas ameríndia e africana. Contudo, acredita na assimilação cultural da civilização europeia por indígenas e africanos, demonstrando a vocação brasileira para a miscigenação racial positiva, do Brasil como exemplo de boa colonização, "laboratório racial" e influência para o mundo.

A defesa da teoria da miscigenação culminou com a difusão do mito da democracia racial, ou seja: não se conseguiu clarear a população ao ponto de torná-la branca (projeto eugenista de "civilização e desenvolvimento"), mas se conseguiu embranquecê-la subjetivamente positivando a mestiçagem (BRYLOWSKI, 2018), justificando a negação do racismo até os nossos dias, visando demonstrar a ausência de conflitos nesse campo. A teoria da miscigenação constituiu marcas profundas que propiciaram a invisibilidade do racismo estrutural e seu corolário: a imposição da raça branca como modelo de ser humano. O poder da branquitude promove a falsa integração das identidades culturais negras na identidade nacional como meio de controle.

No mundo, as teses racialistas, só foram desacreditadas em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente por meio da criação da Organização das Nações Unidas - ONU e de seus Congressos. Mesmo após séculos de genocídios negro e indígena nas Américas, só o extermínio de brancos foi capaz de colocar em questão as teorias racistas abalando a branquitude. Conforme Aimé Césaire:

> E então, um belo dia, a burguesia foi acordada por terrível ricochete: as gestapos afadigam-se, as prisões enchem-se, os torcionários inventam, requintam, discutem em torno dos cavaletes. (...) As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: "Como é curioso! Ora! É só o nazismo, isso passa! E aguardam, e esperam; e calam a si próprias a verdade. – que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque, até aí só se tinha aplicado a povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã. (1978 [1955], p. 17/18)

O nazismo e o fascismo ocorreram na Itália, com Mussolini e em Portugal, com Salazar, mas foi na Alemanha o seu principal foco. A economia colonial, por mais de 400 anos praticando o tráfico atlântico e a escravização de africanos nas Américas pautou a prática da branquitude. A racialização (teoria eugenista), embora não fundamentada cientificamente, foi incorporada ideologicamente, conforme Munanga (2008) respaldando a naturalização do extermínio dos povos considerados inferiores: negros e indígenas, mas não pôde ser aplicada aos povos europeus, por serem consideradas uma raça superior.

A elite intelectual brasileira acreditava que, ao anular a superioridade numérica do negro e alienar seus descendentes pelo branqueamento evitaria os prováveis conflitos raciais existentes em outros países, garantindo o controle do Brasil à branquitude (MUNANGA, 2008). O controle ideológico é ainda mais eficaz que o biológico, visto que ele é incorporado culturalmente por várias gerações interferindo psicologicamente sobre todas as pessoas da raça negra e introjetando um sentimento de inferioridade e baixa autoestima.

Munanga (2008) ressalta que a teoria da miscigenação (negro, branco e indígena) permaneceu como categorias cognitivas herdadas da história da colonização, um conteúdo mais ideológico, que biológico, incorporado e naturalizado a manipulação da nossa identidade brasileira pelo fenótipo.

A própria ideologia de nazismo foi criada baseada na superioridade da raça ariana sobre as demais. Tal ideologia repercutiu no Brasil e no mundo. Aqui o nazismo foi contemporâneo da Era Vargas de 1937-1945, que instituiu um golpe de Estado que exterminou os partidos políticos, inclusive a Frente Negra brasileira.

O pós guerra demarcou uma profunda crise internacional sobre relações étnico-raciais e seus fundamentos nas teses eugênicas. A criação da Organização das Nações Unidas - ONU foi uma das saídas encontradas para criar um espaço aberto de diálogo entre os dirigentes políticos das diversas nações. Dentre suas ramificações e organizações subsidiárias, está a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que nasce com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a ampliação das bases educacionais, científicas e culturais. Em 1948, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que visa promover a igualdade de direitos entre todos os seres humanos, independentemente de raça, cor, religião, nacionalidade ou gênero (BAPTISTA, 1995).

No Brasil, na década de 1950, sob a influência dessa mudança de paradigma mundial, ocorreu o Projeto Unesco, que mobilizou cientistas sociais brasileiros e estrangeiros em torno das investigações das relações raciais no país. Acreditando na

tese de que o Brasil seria a confirmação e o exemplo da possibilidade da democracia racial e, consequente modelo para o mundo, considerado o exemplo de “laboratório racial da civilização”, pela aparente baixa taxa de tensões étnico-raciais. Nesse cenário, a Unesco patrocinou uma série de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, chamada de Projeto Unesco, coordenada por Florestan Fernandes, sociólogo, pesquisador da USP, de origem humilde, realizada em São Paulo, que gerou novas leituras acerca da sociedade brasileira (MAIO, 1999).

Ao contrário do esperado, o projeto UNESCO, interpretou a obra de Gilberto Freyre como uma “fábula da convivência harmoniosa entre contrários”, desencadeando a denúncia do racismo à brasileira. Florestan deflagra o mito da democracia racial brasileira como um conceito que visa negar as práticas racistas no país, relatando convivências violentas como pacíficas, estupros como relações sexuais consentidas, ou seja, uma miscigenação cordial e não violenta.

O mito da democracia racial, através da negação da colonização violenta e da desigualdade racial no Brasil, deixou marcas profundas no imaginário do brasileiro, até então visto como “cordial”. A pesquisa não correspondeu à expectativa da Unesco, sua patrocinadora, desvelando um racismo disfarçado em cordialidade e supressão de conflitos raciais.

> Colocando-se a ideia de democracia racial dentro desse vasto pano de fundo, ela expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito (FERNANDES, 1989, p. 14).

Florestan Fernandes (1989) demonstra que, embora as diversas tentativas teóricas, ao longo do tempo, tivessem como interesse o apagamento ou a confirmação do apaziguamento das questões étnico-raciais, todas elas desvelaram a real intenção das elites intelectuais e econômicas: permanecer invisíveis como opressoras e violentas, perpetuando seus privilégios sociais e econômicos.

Embora a pesquisa da UNESCO tenha reconhecido a existência do racismo brasileiro até então negado, a crítica que se fez a ele é de que não chegou a colocar o branco como o responsável por essa situação de desigualdade racial (SCHUCMAN, 2012). Cida Bento (2002) questionou o posicionamento de Fernandes, homem branco oriundo de classe popular, não racializar a elite brasileira, uma vez que nomeou a evasão de responsabilidades dos estratos dominantes de uma classe social privilegiada, intransferíveis e inarredáveis.

Fernandes explica que a obra de Freyre, ao mascarar um padrão opressivo das relações raciais no Brasil, expressaria um país tradicional avesso a admitir o preconceito e a discriminação racial, sistematizando o status científico do mito da

democracia racial sob o que os autores denominam “a fábula das três raças” formadoras da sociedade brasileira: brancos, negros e indígenas, como solução pacífica de uma identidade social nacional.

No campo dos movimentos sociais, as lutas dos movimentos negros brasileiros, sejam as revoltas anteriormente citadas, Aqualtune e a formação dos quilombos, Zumbi de Palmares e Tereza de Benguela, os abolicionistas, como Luiza Mahin e Luiz Gama, até as lutas pós abolicionistas, como a criação da imprensa negra e da Frente Negra Brasileira, entre outros, fizeram parte da construção das lutas antirracistas desde a escravização. Suas raízes nasceram na resistência à escravidão, plural e abarcando diversas vertentes de combate ao racismo: econômico, social, cultural, estrutural, institucional, etc. Sua principal organização social foi a fundação dos quilombos como a luta pela libertação dos escravizados. Desde o século XIX a imprensa negra exerceu um papel importante no combate ao sistema escravocrata por meio da edição de jornais, os movimentos culturais e políticos (PINTO, 2006), como os jornais negros paulistas de 1910, , o Teatro Experimental do Negro (TEN)[22], em 1944 e o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978.

Os movimentos sociais anteriormente citados abriram espaço para importantes líderes negros e visaram combater a hegemonia branca do poder econômico e intelectual da branquitude.

No final da década de 1960 Carlos Hasenbalg publica sua tese *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, demonstrando cientificamente o ciclo das desigualdades cumulativas dos negros provando que elas eram geradas no presente por comportamentos atuais e instituições sociais existentes.

A base das desigualdades raciais comprovada cientificamente pela primeira vez por Hasenbalg é o que chamamos hoje de racismo estrutural, que por razões

[22] Em 1944, Abdias do Nascimento, escritor, professor universitário e ativista fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), que visava colocar em cena a identidade afro-brasileira e promover o protagonismo de homens e mulheres negras, inclusive promovendo a alfabetização e a educação sobre a identidade racial de operários, além da reeducação para o branco, uma proposta principalmente psicopedagógica, visto que a dramaturgia era secundária (NASCIMENTO, 2003). Sua proposta intelectual e política consistia na politização cultural e na problematização de uma identidade nacional mestiça da democracia racial. Antes, o teatro convencional apresentava um negro estereotipado, destituído de sua condição humana e dimensão dramática (NASCIMENTO, 2003). O TEN surgiu no contexto do fim do Estado Novo e da segunda Guerra Mundial, rumo à construção de um regime democrático por meio da Assembleia Constituinte de 1946 (NASCIMENTO, 2003). A proposta do TEN já englobava a perspectiva de mudança do enfoque racial do racismo como “problema do negro” para também um problema do branco, tratando da branquitude e dos estudos da brancura, conforme Guerreiro Ramos (NASCIMENTO, 2003). Valorizava a cultura e a estética negra e englobava diversas lutas como as das mulheres negras, com Léa Garcia e Ruth de Souza, das representações dos negros e dos direitos das empregadas domésticas. Em 1948, juntos com outros intelectuais negros, Abdias fundou o jornal Quilombo que explicitou uma agenda política para a luta antirracista. No jornal havia espaço tanto para anúncios sobre educação, quanto propagadas de candidaturas negras de forma suprapartidária (NASCIMENTO, 2003). O periódico reivindicava as cotas raciais na década de 40 e durou até 1950, enquanto o TEN existiu até 1968, sendo encerrado por perseguição política, ano em que Abdias foi exilado político.

históricas permanece e se atualiza nas gerações posteriores. Por isso as lutas por políticas públicas que beneficiem as minorias racialmente discriminadas, como a implementação das ações afirmativas socio-raciais, são fundamentais para o exercício da cidadania dessas populações. (FIGUEIREDO, 2015).

A existência do racismo estrutural demonstra que temos uma democracia de direito, mas não de fato. Vários foram os protagonistas negros na construção da nação brasileira, contudo foram invisibilizados pelos livros didáticos e históricos. Abdias do Nascimento foi um desses que, ao longo da vida, protagonizou a formação socio-racial por meio de várias iniciativas pioneiras.

Com a reabertura e o fim da ditadura, Abdias Nascimento volta ao Brasil e em 1981 cria o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO), a fim de promover a história e a memória dos negros nas escolas brasileiras produzindo material e suportes para professores e alunos. A década de 1980 é marcada pelo fim da ditadura militar, pela discussão sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil (1988) e a Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição de 1988 (FLÁVIO, 2011).

A Constituição Federal de 1984 representou um marco histórico da diretriz democrática e estabeleceu princípios que representavam reivindicações dos movimentos negros, como os artigos 3º, IV, 5º, XLII e 242, § 1º (BRASIL, 1988)[23].

Até 1989, atos de discriminação racial eram tratados no Brasil como contravenções penais passíveis de prisão simples (três meses a um ano) e multa. As conquistas da era democrática resultaram na promulgação da Lei nº 7.716/1989, por iniciativa do deputado Carlos Alberto Caó, que integrou um grupo de parlamentares ligados ao movimento negro que, desde a Constituinte, buscava apresentar demandas levadas pelo grupo ao Congresso. O principal argumento contrário à lei era de que não existia racismo no Brasil. Essa realidade foi transformada pela Lei Caó, que passou a definir os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, regulamentando assim o inciso XLII, do art. 5º da Constituição de 1988, constituindo um marco histórico e o

[23] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos. § 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

principal instrumento legal de combate ao racismo no período, visando reduzir as desigualdades raciais no país.

Os movimentos negros defendiam a inclusão da “História das populações negras no Brasil” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, em busca de uma educação antirracista, fato que só ocorreu em 2003, com a promulgação da Lei 10.639. O período de reconquista da democracia iniciou a mudança de rumo no país após vinte anos de Ditadura Militar.

Segundo um levantamento de 2018 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados de trinta países, o Brasil ocupa a segunda pior posição em mobilidade social. De acordo com o estudo, as famílias pobres brasileiras constituídas pela população negra levariam nove gerações para alcançar renda média. (BBC, 2018)

Em descompasso com os brancos brasileiros que geralmente se beneficiam de privilégios herdados por várias gerações, pelo acesso a patrimônio econômico, social, cultural. O poder da branquitude que ocupa as elites econômicas e intelectuais e o pacto narcísico dessa branquitude, deflagrado por Bento (2002). Os conceitos de racismo e branquitude se atualizam. A branquitude crítica vem sendo cobrada a ir além da postura antirracista, proposta por Ângela Davis, professora e filósofa afro-americana, integrante dos quadros do partido dos Panteras Negras, e ex-presa política, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos, cedendo seus espaços de poder e interlocução privilegiada às pessoas negras.

Ahyas Siss (2003) registra que, no início do século XXI a exclusão dos afro-brasileiros do sistema educacional nacional é atualizada por meio da exclusão social que os mantém subalternizados frente ao grupo racial branco. Os estudiosos das relações étnico-raciais brasileiras, especialmente os da área da educação, explicam que o racismo estrutural e institucional, que perpassa as práticas pedagógicas tanto quanto o sistema educacional de ensino, reforça os dados de uma escola pública elitizada e excludente. Siss (2003) afirma que, no âmbito da sociedade brasileira do século XXI, as diferenças raciais não são compreendidas como exemplos de riqueza e diversidade humanas, mas como indicadores de desigualdade e inferioridade, revivendo as evidências de Hasenbalg (1970).

Em termos de legislação, os avanços foram muitos, contudo a implementação dessas leis deixa a desejar, desde a Constituição Federal/1988 até as próprias Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que visam contar a real história da construção da sociedade brasileira. Os povos racializados foram fundamentais para a formação da

nação, mas essas contribuições, legado cultural e violências sofridas foram invisibilizadas nos currículos escolares até 2003 e permanecem pouco divulgadas.

A legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo em diversos campos, a partir da Constituição Federal de 1988, chamada de constituição cidadã. Contudo a legislação sobre as relações étnico-raciais surge em 2003, a partir da alteração da LDB. A história recente do país demonstra que o racismo ainda é a mola mestra da sociedade brasileira. A Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, ambas conquistas dos movimentos sociais negros e indígenas brasileiros (BERTAGNA, 2015), permanecem na teoria. A lei de 2003 também instituiu o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem a morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil.

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
> § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)
> Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Embora em vigor, a implementação nacional da Lei 10.639/2003 como política educacional ainda ocorre de forma deficitária e insuficiente. Há iniciativas isoladas, principalmente de profissionais negros em escolas públicas, tanto de implementá-la, quanto de se capacitar para aplicá-la em seu campo de saber. Em regra, a aplicabilidade continua restrita às datas representativas da temática, como os dias 13 de maio, dia da abolição legal da escravidão no Brasil e o 20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares, da consciência negra e da luta pelo fim do racismo, como o 19 de abril, dia dos indígenas, como conquista dos movimentos negros e indígenas brasileiros. Não há planos de trabalho regionais e locais para a implementação da lei, fiscalização sobre a sua execução ou punição para a não execução. De acordo com Rosângela Cristina Gonçalves:

> O acesso, inclusão e democratização da população à Educação Básica ocorreu há menos de cinquenta anos, no entanto, ela não assegurou a permanência e a qualidade do ensino equitativamente. De acordo com os números, os alunos negros e carentes são vítimas de um sistema que se diz inclusivo, mas que de modo silencioso os expulsa. O alto índice de evasão desse público também se explicita em um sistema educativo que não contempla a cultura e a identidade dos estudantes negros, o que faz dessa escola um espaço não atrativo ao estudante em termos de conteúdo, de recreação e de profissionais, que não dialogam com a realidade (GONÇALVES, 2018, p. 435).

Portanto, o racismo, inicialmente delimitado como um problema dos negros, levou a comunidade negra, especialmente militantes, pesquisadores e professores, a questionar os brancos nessa participação nas mudanças socio-raciais. A exclusão, invisibilidade e falta de representatividade das populações racializadas em setores privilegiados da sociedade, esconde a realidade de um país diverso e plural como o Brasil. A escola, como espaço de ensino e socialização, tem um papel fundamental na construção e transformação dessa realidade.

A participação do branco no antirracismo constitui um passo adiante na superação das desigualdades raciais. A psicologia, como produtora e reprodutora de subjetividades dominantes, é convocada a se posicionar, e buscar novas epistemologias para o combate ao racismo.

O engajamento de profissionais especializadas, juntamente com a construção de políticas públicas de ações afirmativas socio-raciais, a partir da interlocução com movimentos negros organizados, dentre outros, são pontos a serem levantados para a consolidação da democracia brasileira.

Assim sendo, no próximo tópico tratarei das políticas públicas de ações afirmativas sócio-raciais brasileiras e a sua importância para o desenvolvimento da democracia nacional.

1.3 As Políticas Públicas de Ações Afirmativas Sócio-raciais Brasileiras

A luta dos movimentos negros tornou realidade a implementação das políticas públicas de ações afirmativas no início dos anos 2000. Especialmente a partir do ano de 2003, com a criação da SEPPIR, que tinha como missão promover mecanismos de inclusão social para a população negra. Gomes (2017) ressalta que a discussão sobre raça já constava na tramitação da primeira LDB (Lei nº 4.024/1961).

Contudo, apenas nos anos 2000, o conjunto das políticas públicas de igualdade racial institucionalizadas por leis: Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 alteraram o artigo 26 da LDB, nº 9.394/1996, incluindo no currículo oficial da rede de

ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade da temática sobre história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas; Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010; Lei de Cotas sócio-raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior – Lei 12.711/2012 e a Lei de Cotas nos Concursos Públicos Federais – Lei 12.990/2014; (GOMES, 2017). Este conjunto de leis visou a redução das desigualdades sócio-raciais, por meio de políticas de reparação históricas, promovendo oportunidades para a população negra.

Após 10 anos da SEPPIR (2003/2013), 68% dos 81 milhões de brasileiros em situação de pobreza identificados pelo cadastro único de programas sociais do governo federal eram negros (LEITÃO, 2013). Tais dados apontam para o nível abissal de desigualdade sócio-racial no Brasil. As lutas travadas pelos movimentos negros para a conquista da secretaria especial demarcam a importância das políticas públicas de ações afirmativas para a democracia brasileira.

Nilma Lino Gomes (2017) destaca dois momentos do movimento negro, na segunda metade da década de 1990, onde a ressignificação do conceito de raça extrapolou os limites da militância política e da universidade: a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, na qual o Estado Brasileiro se reconheceu internacionalmente como racista, se comprometendo a assumir medidas para superá-lo.

A legislação de promoção da igualdade racial tem como objetivo promover a igualdade de oportunidade e tratamento, visando o resgate da autoestima, o acesso e permanência dos grupos historicamente racialmente discriminados onde estariam sub-representados. Ampliar o acesso das populações racializadas, demonstrando a diversidade de costumes e hábitos, não só promovendo uma visão plural às instituições de ensino e pesquisa, como servindo de objeto de reparação histórica para essas populações invisibilizadas, violentadas e marginalizadas.

Portanto, o benefício das políticas públicas se faz não só para as populações racializadas, como também para a hegemônica e privilegiada que, além da oportunidade de conviver e quebrar a assimetria com as populações racializadas, também promove uma maior diversidade e ampliação do conhecimento formal com os saberes tradicionais e originários. Conviver em uma sociedade mais justa e democrática é um benefício coletivo para o bem-viver. (JACCOUD, 2009).

Com uma população de 56% autodeclarada negra, segundo o IBGE, historicamente, do ensino fundamental ao superior, a visão de mundo passada pela educação é hegemonicamente anglo-eurocentrada, com imagens e atitudes positivas dos brancos e, por sua vez, imagens depreciativas, subalternizadas, estigmatizadas e

passivas da população negra. Essa dupla combinação potencializou a imagem binária de superioridade branca e inferioridade negra. Conforme ressalta Muller em seu estudo sobre os livros didáticos e relações étnico-raciais de 2003-2013:

> Apesar de apontarem mudanças nos Livros Didáticos analisados, os autores concordam com a permanência de representações estereotipadas da população negra, quando destacam o uso de iconografias relacionadas a miséria, violência, escravidão, reduzidas muitas vezes à folclorização (MULLER, 2018, p. 85/86).

> No nosso universo de estudo os autores em geral ressaltam, quando falam de África, que permanecem aspectos recorrentes: fome, doenças, guerras e conflitos políticos assim como a precariedade de vida das populações permaneceram. As temáticas recursivas continuam sendo explicadas pelo período da dominação imperialista e pelo olhar do colonizador. Pouco se enfatiza o legado cultural da África e suas populações ao longo dos conteúdos apresentados (MULLER, 2018, p. 89).

Portanto, novas epistemologias são importantes para romper com tal discurso único, hegemônico e possibilitar aos estudantes a produção de um olhar próprio e qualificado sobre a história mundial e do Brasil a partir das lutas dos movimentos sociais.

Kabengele Munanga (2001) descreve as políticas de ações afirmativas (discriminação positiva ou políticas compensatórias) como um fato muito recente na história da ideologia antirracista e ressalta que elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. É uma política compensatória que, desde a década de 1960, no mundo, pretende oferecer as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente e constitui um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica.

O protagonismo na luta antirracista do branco brasileiro, por meio dos estudos críticos da branquitude, visa corrigir a deformidade nacional, cultuada há anos sob o mito da democracia racial brasileira. Compreender o racismo não como um problema do negro, mas dos brancos brasileiros no processo de desconstrução nacional do racismo à brasileira, chamando-os à reflexão sobre as suas posturas na luta antirracista.

Camila Betoni ressalta que as políticas de ações afirmativas podem ser públicas ou privadas, e buscam reparar os aspectos que dificultam o acesso desses grupos às mais diferentes oportunidades. Elas podem ser adotadas de forma espontânea ou compulsória. A finalidade das ações afirmativas é “sanar uma situação

de desigualdade considerada prejudicial para o desenvolvimento da sociedade como um todo" (2014, p. 61), ou seja, elas têm caráter temporário. Uma vez cumprido o seu objetivo, deixam de ter sentido. As ações afirmativas visão a equidade da sociedade, portanto, constituem dispositivos temporários necessários para a redução das desigualdades sócio-econômicas. São mecanismos de promoção da igualdade produzidas por distorções históricas que privilegiaram determinados seguimentos em detrimento de outros, alijando ou desfavorecendo alguns grupos de pessoas com menos direitos e cidadania. Portanto, as ações afirmativas em benefício dos mais necessitados, objetivam o desenvolvimento da sociedade como um todo e o alcance de tais medidas necessita ter mecanismos de mensuração para saberem quando alcançam seus objetivos que as tornam prescindíveis.

As ações afirmativas visam interromper processos históricos de discriminações (raciais, étnicas, religiosas, de gênero, entre outras) e estimulam o incremento na participação política dos grupos sociais considerados como minorias (mulheres, população lgbttiaapn+, povos indígenas, negros, entre outros). A participação de tais segmentos minoritários visa a promoção da representatividade da diversidade social, espelhando, com mais realidade, os interesses e a pluralidade sócio-cultural de um país como nação.

No Brasil, muitas pessoas ligam esse tema unicamente à política de adoção de cotas raciais nas universidades. Contudo são inúmeros os exemplos de ações afirmativas nos diversos campos: criação de delegacias especializadas para o atendimento de mulheres, reserva de vagas de trabalho para as pessoas com deficiências ou população lgbttiapn+, lei que exige quantidade mínima de mulheres na disputa por cargos públicos eletivos, cursos preparatórios voltados para a população de baixa renda, distribuição de terras e habitação para grupos sem moradia ou trabalho, por exemplo, etc (BETONI, 2014).

As ações afirmativas, por seu caráter temporário, visam acelerar as transformações, e, consequentemente, o perfil demográfico da sociedade. Uma vez alcançada a equidade e a abolida a desigualdade racial, cessa a sua necessidade. Como no Brasil a maioria da população é negra, as políticas afirmativas sócio-raciais têm a capacidade de promover uma maior mobilidade social na população racializada e discriminada.

Munanga (2001) ressalta que as políticas de ações afirmativas não visam acabar com o preconceito, mas fornecer subsídios para que os grupos atingidos sejam capazes de se defenderem melhor por meio do acesso ao conhecimento e a melhores salários. O autor dá o exemplo da luta das mulheres. Ocupar cada vez mais espaço na

sociedade é o resultado da luta para acesso ao conhecimento. Com conhecimento, os grupos discriminados tornam-se capazes de demonstrar competência e capacidade.

A construção de uma história mundial universal ou de uma história do Brasil única invisibiliza o conhecimento, as contribuições, as lutas e os saberes tradicionais e originários. Promover o epistemicídio dos povos que habitavam, e seus descentes que continuam habitando, as terras ao sul do mundo, principalmente nos continentes americano e africano, constitui um projeto político de apagamento almejado pela branquitude. Saberes negados, silenciados e destruídos como projeto político de dominação.

A implementação das leis de história e cultura africana e indígena visa favorecer um ambiente acadêmico diverso, com epistemologias condizentes com a formação nacional das relações sociais e raciais. A maior inserção de pessoas afrodescendentes também fomentou a criação de mais de 100 NEAB ou NEABI – Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas em todo o território nacional que estimulam a aplicação da LDB, além de colaborarem para reduzir uma dívida histórica com as populações brasileiras racializadas (SILVA, 2019).

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foram as primeiras universidades a criarem suas leis de reserva de cotas para negros e indígenas, em 2002. Contudo, foi a Lei Federal nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, que uniformizou as cotas para os racializados e propiciou uma maior diversidade nos espaços acadêmicos, a nível nacional, possibilitando um maior acesso de pessoas negras e diferentes etnias nas universidades e institutos tecnológicos, antes espaços hegemonicamente brancos. No mesmo ano, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186/DF do Supremo Tribunal Federal (STF), dispôs sobre a constitucionalidade do Edital nº 02/2009 do CESPE/UNB que estipulou a criação de 20% de vagas para negros no acesso às vagas universais.

As lutas dos movimentos negros e as conquistas legais do sistema de cotas raciais avançaram, implicando os brancos no debate sobre as relações étnico-raciais, sobretudo a importância da sua própria racialização. Do lugar de sujeito que detinha o saber sobre raça e etnia e de estudar os “diferentes”, os “outros” como objeto de pesquisa: negros, indígenas, LGBTTIAAPN+, populações periféricas, etc, o branco é convocado a se racializar e problematizar o próprio privilégio.

1.4 Psicologia e Estado da Arte

Diversas pesquisas, como os estudos de Gomes (2018), Muller e Cardoso (2018) e Bento e Carone (2002), Cardoso (2010 e 2014) e Schucman (2012) apontam a importância da emergência dos estudos das relações étnico-raciais para entender as construções de subjetividades racistas nacionais (OLIVEIRA et. all., 2018)

Os autores Alessandro de Oliveira dos Santos, Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins (2012) relatam que no Brasil, em 1945, a psicanalista Virginia Bicudo defendeu a dissertação Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo, primeiro trabalho de pós-graduação em Ciências Sociais no país a tratar de relações raciais. Virgínia Leone Bicudo foi uma socióloga e psicanalista brasileira, a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista.

Virgínia Bicudo discute a importância da formação das associações negras para dirimir os obstáculos à ascensão social da população negra. Janaína Damasceno (2013) afirma que a autora foi uma das primeiras professoras universitárias negras do país, motivo pelo qual foi convidada a participar do Projeto Unesco-Anhembi São Paulo, com Florestan Fernandes e Roger Bastide, redigindo o artigo *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*, que integrou o compêndio da pesquisa.

Em 1983, Neusa Souza Santos psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira, defende sua dissertação de mestrado, posteriormente publicada sob o título “Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social no Rio de Janeiro” no Instituto de Medicina Social da UERJ. Sua obra é considerada a primeira referência sobre a questão racial na psicologia e sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.

A psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, psicóloga e psicanalista, defende sua tese de doutorado em Psicologia intitulada “Significações do corpo negro em São Paulo“, em 1998, na USP, cuja orientadora foi Iray Carone.

Iray Carone (2017), psicóloga e professora da USP, relata que, em meados dos anos 1990, o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) realizou a pesquisa denominada: “A força psicológica do legado social do branqueamento – um estudo sobre a negritude em São Paulo.” A pesquisa ocorreu de 1992 a 1996, mas até 1994 a bibliografia foi feita sobre a “literatura corrente escrita por brancos a respeito de negros no Brasil” (CARONE, 2017). A autora aponta que, após a influência sobre o *whiteness studies,* o rumo da pesquisa mudou, visto que, até então, os estudos no Brasil silenciavam sobre os brancos, a herança da escravidão e seus privilégios.

Regina Marques Oliveira e Maria da Conceição Nascimento destacam dois levantamentos realizados sobre a temática racial: Ferreira (1999), de 1987 a 1995, constatou que de cinco mil estudos, entre artigos, periódicos, teses e dissertações de Psicologia, apenas doze tocavam na questão racial; e Chaves (2006), de 1997 a 2006, realizou o levantamento em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e concluiu que, de 1883 artigos nas quinze revistas, 0,87% focavam na temática do negro (2007). Ambos os estudos ratificam que até 2006 persistia o mito da desracialização e da miscigenação nas práticas psicológicas.

Lourenço Cardoso, em sua dissertação “O Branco Invisível”, de 2008, afirma que de 1957 a 2002 ocorre uma ausência do termo branquitude e posteriormente uma emergência. Destaca que encontrou apenas dois levantamentos bibliográficos no Brasil anteriores ao seu trabalho: os livros *Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil* organizado por Kabengele Munanga, 2002, e *Teses e dissertações sobre desigualdades educacionais e ação afirmativa* (2006) de autoria de André Brandão (CARDOSO, 2008). Cardoso realizou seu estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais, no Brasil, em 2008.

No Brasil, as compilações de textos de destaque sobre a racialização do branco foram: Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e o branqueamento no Brasil sob a organização de Iray Carone e Maria Aparecida da Silva Bento, em 2002; Branquidade: identidade branca e multiculturalismo organizado por Vron Ware traduzido em 2004 e Dossiê Branquitude da revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros organizado por Lourenço Cardoso e Lia Vainer Schucman em 2014, que em 2018 foi atualizado e se transformou no livro Branquitude dos organizadores Tânia Mara Pedroso Muller e Lourenço Cardoso.

Os termos branquidade/branquitude aparecem nas pesquisas de pós-graduações brasileiras a partir dos anos 2000 e, com mais frequência, a partir de 2014. Podemos pensar em duas hipóteses para tal fato. Primeiro que as leis necessitam de décadas para serem assimiladas socialmente e promoverem a mudança cultural pretendida. Portanto, gerações educadas em uma nova concepção de mundo requerem tempo para se formar, produzir trabalhos acadêmicos e novas formas de entender as relações étnico-raciais.

O conceito de branquitude é contemporâneo das leis de políticas públicas sócio-raciais 2002/2003, respectivamente, começando com a protagonismo negro de Maria Aparecida Silva Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2008). Em 2012, surge Lia Schucman, psicóloga branca, que rompe com o silenciamento de brancos e inicia o caminho para que outras psicólogas brancas exponham os seus privilégios e

assumam sua responsabilidade na desconstrução do racismo, visto não ser um lugar de conforto, mas sim de desconforto necessário e permanente.

De 2000 a 2002 é relevante destacar quatro estudos importantes no período, devido ao pioneirismo e influência na área de relações étnico-raciais. Embora estejam fora do nosso recorte de pesquisa, estes estudos contemporâneos, foram pioneiros para a construção da racialização do branco brasileiro. A Psicóloga Edith Piza, com a publicação dos artigos: “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu”, em 2000 e “Porta de Vidro: entrada para branquitude”, em 2002, que foi quem traduziu o conceito no Brasil e realizou os primeiros seminários sobre o conceito da invisibilidade e privilégio branco. A Psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, com “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”, 2002, uma pesquisa sobre negros nas empresas e poder público paulistas e a Cientista Social Elizabeth Larkin Nascimento, **“**O sortilégio da cor: Identidade afrodescendente no Brasil”, 2000, ambas teses de doutorado na Psicologia da USP. O trabalho de Elisa Larkin rememora o autor Abdias do Nascimento, seu marido, que na década de 1940 fundou o TEN, um dos grandes marcos da ascensão dos negros brasileiros, do qual já falamos e que foi um projeto muito além de uma experiência negra teatral.

Portanto, podemos concluir que desde 1945, com Virgínia Bicudo, que foi vice-presidente do primeiro Conselho Federal de Psicologia de 1973 a 1976, há estudos no campo das relações étnico-raciais em Psicologia no Brasil. Contudo, tal conhecimento não se refletiu na formação das profissionais de psicologia. Virgínia Bicudo, Neusa Santos e Cida Bento permanecem invisibilizadas no campo acadêmico.

A partir dos anos 2000 que o conceito de branquitude aflorou com mais vigor para a reflexão no campo da psicologia, trazendo ao debate algumas psicólogas brancas. A ideologia da branquitude, como construção de sentido de mundo hegemônico, mudou a forma e o engajamento de brancos na luta antirracista.

A presente pesquisa enfoca as produções acadêmicas de psicólogas no Brasil envolvendo os termos branquitude e branquidade de 2003-2018. O objetivo é contribuir para ampliar a reflexão de psicólogas, principalmente brancas, sobre o tema, bem como apresentar as dificuldades, formas de tratamento e concepções sobre os referidos conceitos nas pesquisas, na intenção de verificar se houve ampliação do estudo, analisar lacunas e emergências.

Para entender melhor a relação da psicologia brasileira com a sociedade, considero importante destacar o surgimento da psicologia no Brasil. Os primeiros cursos de Psicologia no Brasil surgiram na década de 1950 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo (USP). Durante a

década de 70, em plena Ditadura Militar, houve a expansão dos cursos no país: de 895 psicólogos em 1974, ano de criação do Conselho Federal de Psicologia, passou-se há mais de 4.000 inscritos em 1975 e no ano seguinte chegou a 6.890 (VILLELA et. all., 2018). Contudo era voltada para uma classe média branca e as práticas eram reprimidas, principalmente as grupais. Portanto, é importante destacar que o curso e a prática psicológicas emergem no Brasil em período de barbárie, repressão, tortura, medo, suspensão do censo demográfico populacional e de muita censura nas universidades e de severa repressão da militância política, onde muitos estudantes e psicólogas são presas, torturas e mortas (COIMBRA, 1995). Mas também de muita luta política e resistência, principalmente entre jovens acadêmicos.

Em resumo, destacamos as contribuições pioneiras de: Virgínia Bicudo, psicanalista, em 1945; Neusa Souza Santos, também psicanalista, na década de 80 e Isildinha Baptista, Iray Carone, Edith Piza e Maria Aparecida Bento nos anos 1990. Essas mulheres, em sua maioria negras, pioneiras dos estudos da branquitude no campo da Psicologia e relações étnico-raciais, não deixam dúvidas quanto à existência de bibliografia sobre o tema. Portanto, não há justificativa para a ausência das relações raciais até hoje nos currículos acadêmicos e estudos de pós-graduação, além da proposital invisibilização dessas autoras nos meios acadêmicos, devido ao racismo e ao epistemicídio. As seis autoras, de fundamental importância no campo da Psicologia dos estudos das relações étnico-raciais, deveriam ser referências nos currículos acadêmicos nacionais.

Quanto ao envolvimento dos conselhos de psicologia, cumpre destacar que, desde 2005, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) do Estado da Bahia organiza o guia de referência “Psicologia e relações raciais”, atualizado até 2017. Em 2017 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) organizou a publicação Relações Raciais – referências técnicas para a atuação de psicólogas(os). Os conselhos vêm se mostrando como fundamentais para impulsionar o debate étnico-racial e inserir a pauta do combate ao racismo de forma definitiva nas práticas psicológicas. Contudo, diante do hiato de décadas de omissão sobre o tema das relações raciais, abordadas no campo psi desde a década de 1945, conforme assinalado acima. Consideramos tardia a adesão dos conselhos de psicologia ao debate, reflexão e intervenção junto ao tema das relações étnico-raciais.

Psicólogas são profissionais que atuam em diversas frentes de trabalho públicas e privadas: saúde, educação, recursos humanos, etc. O avanço na pauta das relações étnico-raciais só é possível caso haja a contribuição de toda a sociedade para o tema. Contudo, precisamos destacar as contribuições pioneiras principalmente de psicólogas negras sobre a temática das relações étnico-raciais, invisibilizadas nos

cursos de Psicologia, e o quanto tal lacuna influenciou na negação do racismo nas práticas psicológicas.

Tal lacuna na formação acadêmica entrega à sociedade e ao mercado de trabalho profissionais extremamente desqualificadas para lidar com a questão racial, tão crucial para a formação da subjetividade de brasileiros. De acordo com Carone e Bento (2002) o racismo deixa profundas marcas na autoestima das pessoas negras. Ele dificulta as trajetórias negras por invisibilizar as características da raça: seja na mídia, nas profissões de destaque, nos modelos de beleza e sucesso, etc. Crianças, no seu processo de socialização, são estigmatizadas por estereótipos de escravização nos livros didáticos (MULLER, 2018), são tratadas por apelidos pejorativos durante o período escolar e nos espaços sociais. A possibilidade de se tornarem adultos com baixa autoestima, estigmatizados é alta, bem como o abandono escolar, além de outros reflexos de exclusão social que perduram na idade adulta.

No próximo capítulo discorrerei sobre a metodologia o Estado da Arte, bem como as ferramentas empregadas na presente pesquisa.

CAPÍTULO 2 - Procedimentos da Metodologia

2.1 O Estado da Arte e Análise de Conteúdo

A metodologia do Estado da Arte ou Estado do Conhecimento é definido como o nível mais elevado no qual se encontra o conhecimento científico em determinado período. Ela promove a visão do todo em um determinado recorte temporal, por meio da compilação das produções em um delimitado campo de saber, proporcionando um olhar geral sobre o tema escolhido e dimensionando-o temporalmente. Esta abordagem pode ser considerada uma metodologia de pesquisa multimétodos porque proporciona uma avaliação qualitativa de um material quantitativamente gerado.

Ordenar cronologicamente um conjunto de informações, bem como os resultados de pesquisas já realizadas, proporciona não só um olhar histórico que dimensiona o que já foi trilhado, como permite verificar os avanços alcançados, bem como o que já foi superado em determinado campo de pesquisa, facilitando o trabalho aos futuros pesquisadores. Conforme Ferreira discorre:

> Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o que já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (2002, p. 259).

O estudo do Estado da Arte, além de divulgar os trabalhos acadêmicos, visa democratizar o acesso a eles. A compilação dos trabalhos em determinada época promove o enfoque nas principais emergências e lacunas. A academia é prestadora de serviços e produtora de conhecimento aplicável, que visa contribuir na transformação social. As conquistas tecnológicas, epistemológicas e metodológicas propiciaram grandes mudanças na forma de pesquisar, sobretudo na agilidade e acesso aos trabalhos de diferentes locais.

Sobre a importância do recorte temporal e do avanço do conhecimento científico, diz Haddad:

> Os estudos de tipo Estado da Arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. Mudanças no campo do conhecimento e alterações no âmbito da prática social,

> objeto de investigação acadêmico-científica, constituem imbricações que exigem, sistematicamente, balanços teóricos, de modo a reconstituir suas inflexões e abrir novas perspectivas para o avanço do conhecimento acadêmico-científico (HADDAD, 2009, p. 1-2 apud SILVA, 2016, p. 29).

O Estado da Arte é uma metodologia que se propõe a um caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica. Com isso compreende-se que o método Estado da Arte deve ser usado com constância e regularidade, visando a permanente atualização dos dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos. O método consiste nas ferramentas usadas para a coleta de dados.

A pesquisa buscou o banco de teses e dissertações da Capes, IBDT, google acadêmico e domínio público. Em um primeiro momento encontramos trinta trabalhos sobre branquitude à brasileira e nos espelhamos na pesquisa de Regis (2012), que cunhou trabalhos mais abrangentes, analisando-os quantitativamente e dissecou os mais específicos, lendo e analisando-os tanto quantitativa quanto qualitativamente. Os trinta primeiros foram detalhados quantitativamente em tabelas indicando os títulos, autoras, gênero, ano, titulação (dissertação ou tese), expressões ou palavras-chave, universidades de origem, categoria administrativa, orientadores, regiões e Estados. Enquanto os seis trabalhos encontrados em psicologia foram lidos na íntegra e analisados à luz dos estudos críticos da branquitude.

Vale ressaltar que cada pesquisa em Estado da Arte poderá focar um tema e cada interpretação é uma forma de análise de um dado levantamento. A compilação de um tema, tanto orienta os leitores na pesquisa bibliográfica de produção de determinada área, quanto propicia saber quais pesquisadores/as que se destacam, autores/as mais citados e orientadores/as que mais trabalham o tema.

Tanto a originalidade quanto o ineditismo da pesquisa são importantes. Propiciar o acesso a um maior número de pesquisadores e de interessados da sociedade nos temas da branquitude e branquidade, como um primeiro contato, visa melhorar a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir. Pela história narrada percebemos as grandes diferenças em termos de organização e padronização dos trabalhos acadêmicos visando facilitar a vida dos/as pesquisadores/as.

O Estado da Arte visa compilar o lugar de consulta e de pesquisa e ressaltar as formas diferentes de utilização do mesmo conceito estudado pelas representações diferentes que cada autor realiza. Cada pesquisa possui uma versão para o mesmo tema e o pesquisador, por sua vez, apresentará a sua sobre o conjunto da obra. Não há possibilidade de neutralidade na pesquisa, pois ela é realizada de acordo com a forma de ver o mundo do/a pesquisador/a.

As pesquisas do tipo Estado da Arte representam um esforço de ordenação e quantificação de certa produção capaz de permitir a observação do crescimento, ampliação, redução, ausências e sua utilização para a construção de outras abordagens. Elas orientam que se considere no mapeamento os trabalhos que elencarem a temática no título, palavras-chave ou resumos (MULLER, 2014). Os dados quantitativos fornecem indicadores que podem ser comparados, além de garantir uma uniformidade de apresentação e análise dos dados coletados, por utilizar tabelas, percentuais e gráficos.

Como pesquisadores tentamos abarcar o número mais fidedigno possível junto ao universo pesquisado. Contudo, acreditamos que nenhum levantamento pode ser capaz de gerar dados que deem conta de um universo tão complexo quanto o campo do conhecimento. Os dados de uma pesquisa devem representar o universo do recorte de forma significativa, mas nunca deve ter a pretensão de ser totalitária. Não há campo de conhecimento que possa ser abarcado de forma totalitária.

Quanto à forma de análise dos trabalhos acadêmicos compilados escolhemos a técnica de Análise de Conteúdo, da psicóloga Laurence Bardin. Berelson define Análise de Conteúdo como: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.” (apud Laurence Bardin, 2011, p. 42)

Quanto ao método, o conjunto de etapas de análise de conteúdo visa inferir as condições de produção do texto por meio da organização da análise em três polos cronológicos:

1) A pré-análise;
2) A exploração do material;
3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A fase de pré-analise, de acordo com Bardin (2011), consiste na organização propriamente dita por meio da leitura flutuante, no qual ela vai se tornando mais precisa. Nessa fase percebemos que o mais importante é que as produções acadêmicas discorressem especialmente sobre o termo de estudo, ou seja, a identidade do branco brasileiro e seu consequente lugar de privilégio social nos trabalhos de psicólogas brasileiras no período de 2003 a 2018.

Para a classificação dos elementos compilados Laurence Bardin utiliza o conceito de análise categoria, que “consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial” (2011, p. 43).

A fase de exploração do material consiste em codificar, decompor ou enumerar os documentos gerados em função de critérios objetivos previamente formulados.

Já a fase de tratamento dos dados, inferência e interpretação consiste em transformar resultados brutos em significativos e válidos por meio de tabelas ou gráficos que permitem promover a inferência e interpretar dados previstos ou inesperados.

A segunda etapa da Análise de Conteúdo consiste na codificação que significa tratar o material, ou seja, transformar os dados brutos do texto em unidades permitindo descrever características do conteúdo.

A terceira etapa é a categorização, que é uma operação de classificação de elementos de um conjunto primeiramente por diferenciação e um reagrupamento por analogia.

O procedimento metodológico descrito consistiu em compilar a produção acadêmica da área de psicologia ou realizados por psicólogas sobre branquitude brasileira, definindo categorias de análise como gênero, instituição, raça, titulação, ano do trabalho, temas relacionados, entre outras.

Os critérios objetivos do Estado da Arte foram:

1. Os trabalhos psicológicos foram pesquisados a partir da plataforma Sucupira/CAPES, BDTD, Google acadêmico e o Portal Domínio Público;
2. Os termos “branquitude” e/ou “branquidade” e/ou “brancura” e/ou whiteness deveriam estar presentes no título da dissertação/tese ou palavras-chave;
3. O período de estudo foi de 2003 a 2018, devido ao marco das políticas de ações afirmativas de igualdade racial brasileira;
4. Que constituam produções acadêmicas de psicólogas brasileiras por meio de verificação do currículo lattes;
5. A pesquisa deveria apresentar vínculo com uma universidade brasileira;
6. A pesquisa deveria versar sobre a branquitude brasileira.

A primeira fase consistiu na seleção dos seis trabalhos a serem analisados mediante a aplicação dos critérios objetivos acima enumerados.

Definidos os trabalhos a serem analisados, a segunda fase consistiu em identificar e quantificar os dados objetivos: quantos trabalhos foram produzidos no período de 2003 a 2018, como se deu a distribuição temporal, se a temática estava concentrada em alguma área específica, quais foram as principais universidades que abordaram o tema branquitude, se houve uma concentração ou não regional e/ou temporal dos estudos, quais os universos priorizados, como foram tratados os dados,

quais os procedimentos metodológicos empregados, quais os objetivos das pesquisas, quais as contribuições destas produções, o gênero e raça das pesquisadoras, o título, o tipo: mestrado ou doutorado, as linhas de pesquisa, os dados bibliográficos, autores e orientadores, etc.

Nos últimos quinze anos, no Brasil, a legislação federal visou fomentar a discussão das relações étnico-raciais desencadeadas pela Lei nº 10.639/2003 e as políticas de cotas sociorraciais nas universidades e concursos públicos. Desejamos entender se a implantação de políticas públicas e ações governamentais de caráter afirmativo para negros entre 2003 e 2018 desencadeou ou promoveu a expansão do tema no referido período.

A terceira fase foi de compilação de dados subjetivos ou a exploração do material: hipótese, objetivos, resumo, conclusão, qual conceito predominante: branquitude ou branquidade, porque optaram por uma nomenclatura em detrimento da outra, se há especificidade e em que áreas, além da identificação das críticas e proposições apontadas.

A quarta fase consistiu na leitura e análise dos dados subjetivos, descrevendo os conteúdos e analisando escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, quanto às definições de branquitude e branquidade, como esses conceitos foram trabalhados, ou seja, a inferência e a interpretação.

Os trabalhos não foram avaliados sob o ponto de vista do conteúdo apresentado, visto que estes já foram aprovados por especialistas, tendo sido realizados em centros de pesquisa de excelência, credenciados pelo MEC, e estarem em plataformas de pesquisa igualmente reconhecidas pela integridade e qualidade científica.

O caráter bibliográfico da pesquisa o Estado da Arte visa sistematizar e circunscrever os conceitos de branquitude e branquidade nos campos das pós-graduações nas áreas e períodos pré-definidos, facilitando pesquisas futuras e estimulando estudos semelhantes em relações étnico-raciais, bem como identificar semelhanças, divergências, lacunas, emergências, avanços e resultados.

Para uma pesquisa em relações étnico-raciais, Lia Vainer Schucman, Eliane Silvia Costa e Lourenço Cardoso (2012) sinalizam que tanto a paridade como a assimetria racial podem contribuir de forma significativa com estudos críticos sobre raça no Brasil. Portanto, em estudos étnico-raciais, é importante que o/a pesquisador/ra se posicione quanto à sua declaração racial. Se uma pessoa branca estuda privilégio branco, pressupõe-se que ela seja consciente da sua identidade racial e, consequentemente, dos privilégios associados a essa condição.

A avaliação se houve um predomínio de brancos estudando branquidade ou branquitude foi de fundamental importância, visto que a racialização na academia tende a ficar a cargo dos negros. Os estudos dos conceitos étnico-raciais no Brasil começaram com os negros. Contudo, academicamente, a denúncia formal do racismo brasileiro ocorreu com o Projeto Unesco, que, no entanto, tratou da vítima, mas não do autor, como aponta Bento (2002). Portanto, o racismo brasileiro não pode ser apenas entendido sob o ponto de vista da vítima negra, mas sim de quem o pratica, seja consciente ou inconscientemente, e que se beneficia dele: o branco.

O crescimento do debate sobre antirracismo impulsionou a venda de livros de autores negras(os), como aponta Prado (2020), nos indica a possibilidade de uma sociedade mais justa e solidária, e menos preconceituosa, apoiada nesse tipo de produção intelectual e acadêmica

A pós-graduação brasileira é fundamental na formação de pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento e suas linhas de pesquisa possuem grande influência na ampliação das produções na área das relações étnico-raciais. São centros de conhecimento orientados por padrões de excelência acadêmica, como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que possibilitam espaços formativos capazes de estimular, constituir e fortalecer acúmulos teórico-práticos sobre diversos temas multidisciplinares e de formação de pesquisadores em particular.

A busca dos profissionais pela qualificação e titulação acadêmica para atuar nos diversos campos de conhecimento, bem como na docência do ensino superior e na pesquisa, objetiva produzir e implementar projetos voltados às diversas áreas humanas, ciência e tecnologias. Tais programas visam gerar pesquisadores com elevado padrão de competência científica e técnico-profissional. A transversalização com o tema das relações étnico-raciais visa pensar a sociedade brasileira e oferecer reflexões que combatam os diversos tipos de desigualdades, especialmente as sociais, raciais, de gênero e sexualidade.

2.2 O Estado da Arte: a trajetória de um conceito

Com o avanço das pesquisas acadêmicas brasileiras e o crescimento dos cursos de pós-graduações nas últimas décadas, o interesse por saber quais as prevalências de temas e abordagens em determinadas áreas se faz cada vez mais presente. O acúmulo de trabalhos acadêmicos nas mais diversas áreas instiga pesquisadores a mapearem seus avanços, retrocessos e temáticas mais abordadas. Tais mapeamentos visam saber os caminhos das pesquisas brasileiras e,

consequentemente influenciar nas mudanças sociais visando a consolidação de uma democracia plena.

No Brasil as expressões Estado da Arte e do Conhecimento se apresentam como sinônimas, contudo, a diferença entre elas é que enquanto o Estado da Arte faz um levantamento geral de publicações o do conhecimento faz sobre determinado banco de dados. (UNIVERSITAS, 2000 apud ROMANOWSKI e VOSGERAU, 2014).

Os primeiros estudos em Estado da Arte no Brasil ocorreram em 1989, na área de educação. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e o Comitê dos Produtores de Informação Educacional (COMPED), associações e instituições educacionais de pesquisa realizaram levantamentos, avaliação e análise em Estado da Arte na área de educação sobre vários temas, dentre os quais podemos destacar: *Alfabetização no Brasil - o estado do conhecimento* (SOARES, 1989); *Rumos da pesquisa brasileira em Educação Matemática: o caso da produção científica em cursos de pós-graduação* (FIORENTINI, 1994); *Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental* (MEGID, 1999) e *Pesquisa em Leitura: um estudo dos resumos e dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, 1980 a 1995* (FERREIRA, 1999; FERREIRA, 2002).

Na década de 1990 houve uma pesquisa da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação) sobre a revisão crítica das pesquisas dos pós-graduandos sobre a formação de professores: *Estado da arte sobre formação de professores nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, 1990 a 1996* (ANDRÉ et. all., 1999). Em 1999 o estudo *Estado da arte sobre a formação de professores nos trabalhos apresentados no GT 8 da Anped*, 1990-1998 (BRZEZINSKI et. all., 1999) mostrou que, apesar de os trabalhos no campo da educação terem dobrado, o tema de formação de professores continuou estável, se concentrando na formação inicial (76%). Tais dados demonstram a importância desses estudos, embora no Brasil eles se concentrem no campo da educação. Um estudo na mesma década sobre trabalhos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) mostra que esses trabalhos também privilegiam a formação inicial (41%), entre outros (ENS e ROMANOWSKI, 2006).

Nos anos 2000 foi realizada a pesquisa O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006), campo interdisciplinar, sob a coordenação de Marilia Pontes Sposito (2009).

Romanowski et. all. (2014) cunharam uma série de temos sobre revisões bibliográficas em pesquisas em diferentes áreas, porém constataram que elas convergem para a questão da educação. A nomenclatura mais usada no campo

educacional é o Estado da Arte. Cada estudo tem uma finalidade específica, não há hierarquizações de qualidade e podem ser usados para fins estatísticos ou com softwares.

Segundo Ens et. all. (2006), os estudos em Estado da Arte podem oferecer três possibilidades para pesquisadores: um levantamento sobre o que se conhece, visando o acúmulo das pesquisas já realizadas sobre determinada temática, estabelecer relações com temáticas anteriores, visando comparar períodos históricos ou verificar multiplicidades de enfoques visando solucionar questões complexas, como no caso da pesquisa interdisciplinar de Sposito (2009). Geralmente requerem esforços articulados de várias equipes de pesquisadores e fontes de financiamento. As autoras agruparam os termos em Estado da Arte entre revisões que mapeiam e as que avaliam e sintetizam. As revisões que mapeiam visam fazer o levantamento temporal de determinada temática quantitativamente, enquanto as que avaliam e sintetizam visam realizar a análise qualitativa dos conteúdos mapeados.

As pesquisas do tipo Estado da Arte são de grande importância para compreender o grau atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema, propiciando uma visão geral de determinado saber e recorte histórico. A organização periódica de determinado campo de saber propicia aos demais pesquisadores uma abrangência do período histórico e conceitos utilizados. Pode ser entendido como um mapa que permite a visualização de contraditórios ou convergentes. As revisões de literatura e bibliografia consistem em construir contextualização e análise de possibilidade para a pesquisa: material analisado por procedência.

Os estudos do tipo Estado da Arte revelam a atenção que os pesquisadores dão a determinados temas, como os temas emergentes e os silenciados, revelando que este tipo de pesquisa geralmente deixa questionamentos. Em cada momento histórico emergem temáticas de relevância social dentro de determinado contexto sócio-político e outros temas são silenciados, muitas vezes não por irrelevância em si, mas desvelam muitas vezes o que a sociedade da época deseja calar ou de que forma pretende abordar a temática.

No caso das relações étnico-raciais no Brasil, por exemplo, foi iniciada com a construção científica do conceito de raça para justificar uma forma de exploração econômica de mão-de-obra gratuita e de desumanização dos racializados, por meio da escravização. Posteriormente foi abordada como a prática científica da eugenia, ou do darwinismo social, onde os brancos sobreviveriam aos racializados devido a superioridade racial. Mais tarde o que vigorou foi a exaltação da miscigenação como forma de negar o racismo e vender a aparência de uma sociedade cordial. E apenas mais contemporaneamente o Estado brasileiro se assumiu como um país racista,

contudo, ainda abordando sob o ponto de vista teórico, sem mudança de políticas públicas. As políticas públicas socio-raciais surgem nos anos 2003 e mais recentemente o conceito de branquitude desvelou os privilégios materiais e simbólicos dos brancos, implicando-os nos debates.

Romanowski descreve uma série de procedimentos para realizar a pesquisa do tipo o Estado da Arte, como levantamento e revisão do conhecimento sobre o tema do tipo descritivo e analítico. Relata que é comum a inclusão ou exclusão de trabalhos após a leitura dos resumos e palavras-chaves que nem sempre descrevem com fidedignidade ao que o trabalho se propõe. Portanto, a proposta é que um dos critérios para a escolha do trabalho é que ele tenha sido submetido a uma avaliação de um comitê científico, como estudos referenciais. Além dessas dicas, as autoras sugerem a consulta a pesquisas anteriores semelhantes que propiciem a comparação com a pesquisa atual.

Outra dificuldade apontada pelas autoras foi quanto ao conteúdo e formato dos resumos, que nem sempre esclarecem ou refletem ao que o trabalho se propõe: “sob aparente homogeneidade, há heterogeneidade” (FERREIRA, 2002, p. 264 apud ENS et. all., 2006, p. 47). Elas consideram importante que haja um ambiente colaborativo entre os pesquisadores viabilizando novas pesquisas, visto que a análise pode contribuir na reformulação histórica de um diálogo acadêmico.

Com o estudo em Estado da Arte desejamos saber quais os temas se entrecruzam com o conceito de branquitude, quais as inquietações dessas pesquisadoras quanto ao campo de pesquisa e ao produto final para a sua atuação profissional e quais as áreas da psicologia os temas contemplam. Quais os impactos desses trabalhos acadêmicos e seus desdobramentos para o campo das relações étnico-raciais, especificamente o conceito de branquitude, tanto na academia quanto nas práticas psicológicas e sua reverberação no campo social. O que as motivou na temática, se continuam tal percurso, quais as linhas de pesquisa que predominam e que direcionamentos apontam. São algumas das questões a serem levantadas.

2.3 O Percurso da pesquisa

Decidi realizar o Estado da Arte em Psicologia sobre o conceito de branquitude no Brasil porque verifiquei não ser um método usualmente empregado na psicologia e por compreender a necessidade da compilação dos trabalhos de psicologia sobre branquitude. Passados quinze anos da aplicação da primeira legislação do conjunto das políticas públicas de ações afirmativas na educação, Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos

das escolas públicas e particulares de todos os seguimentos, gostaríamos de saber se a legislação reverberou nas pós-graduações brasileiras em psicologia. Desejei entender se houve destaque do protagonismo negro na construção da história e cultura brasileira a partir de 2003 e se a pacificação da legislação sobre cotas raciais em 2012 proporcionou um maior interesse sobre o tema da branquitude para a construção de práticas profissionais antirracistas.

Conforme Muller (2015), a pesquisa sobre o Estado da Arte ou do Conhecimento tornou-se comum, na última década, no campo da educação. Contudo, no campo da psicologia, ela necessita ainda ser desenvolvida. A psicologia é um campo de saber muito recente. Acredito que mapear os temas de interesse que a psicologia desenvolve no Brasil, os temas pouco explorados e que necessitam de maior expansão e aprofundamento pode conduzir a indicadores de pesquisa.

Localizamos cinco trabalhos relacionados ao tema Estado da Arte em Psicologia:

1. O estado da arte sobre Psicologia Educacional/Escolar nas publicações do SciELO Érico Lopes Pinheiro de Paula e Helena de Ornellas Sivieri-Pereira, Universidade Federal de Mato Grosso, 2008;
2. Estado da Arte: Diálogos entre a Educação Física e a Psicologia Telma Sara Q. Matos e Vilma L. Nista-Piccolo. IV Seminário de Formação de Professores, UFMT: 2015;
3. Estudo sobre o "Estado da Arte" de um programa de pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia. Silvia Maria Cintra da Silva [*]; Fabiana Marques Barbosa; Luciana Guimarães Pedro; Victor Carvalho Muniz. Psicologia em Revista. vol. 20, nº 2, Belo Horizonte: 2014.
4. Educação inclusiva: estudo de Estado da Arte das publicações científicas brasileiras em Educação e Psicologia. Cláudia Alquati Biso, Rafaella Ghidini Sangherlin e Carla Beatris Valentini, Cadernos de Educação, 240-264, Pelotas: 2015;
5. A Psicologia Brasileira e os povos indígenas: Atualização do Estado da Arte. Eliane Domingues e Isabella Tormena Ferraz, Psicologia: Ciência e profissão jul./set. 2016. V. 36, nº 3, 682-695, Brasília: 2016.

Dos cinco trabalhos encontrados, três são ligados à área da Educação: o primeiro sobre Psicologia Escolar, de Paula et. all., (2008), o segundo sobre a disciplina de Psicologia na formação de professores de Educação Física, Matos et. all. o (2012) e o terceiro sobre Educação Inclusiva, Bizo et. all. (2015). O quarto é sobre Psicologia do Desenvolvimento de Silva et. all. (2014). O quinto sobre Psicologia

indígena e cunhou 25 artigos interdisciplinares na área, Domingues et. all. (2016), sendo esse o único trabalho na dimensão Psicologia e relações étnico-raciais.

O trabalho destaca a importância do estudo da população indígena que, de acordo com o IBGE, representa 0,4% da população brasileira. Contudo o crescimento dessa população foi de 39%, de acordo com o censo de 2010, em relação ao censo de 2000. Cabe ressaltar que o maior extermínio étnico-racial brasileiro foi de povos indígenas. Calcula-se que em 1500, quando os portugueses invadiram as terras pindorâmicas, havia cinco milhões de indígenas, que foram dizimados por epidemias, guerras e escravização. A população indígena atual é estimada em cerca de um milhão, ou seja, em torno de quatro milhões de indígenas foram exterminados. Os indígenas constituem 305 etnias e mais de 274 línguas, dados apurados pela primeira vez no censo de 2010. Ocupam cerca de 12,2% do território brasileiro, em 462 terras regularizadas, especialmente na Amazônia Legal, sendo 54% na Região Norte, 19% no Centro-Oeste e 6% no Sudeste, contudo são populações extremamente vulneráveis e invisibilizadas (GARCIA, 2017).

A luta indígena é pela demarcação de seus territórios, e consequente, preservação do meio ambiente. As terras indígenas são parte do território brasileiro, cuja posse é de natureza coletiva, habitadas por povos que as utiliza em suas atividades produtivas. As terras são de propriedade da União, diferindo do preceito do homem branco de propriedade privada. Além de não reivindicarem o princípio da propriedade privada, os povos indígenas não praticam a dicotomia entre ser humano e natureza, pelo princípio do bem-viver. Os povos indígenas se consideram parte da própria natureza e guardiões de tudo que pertence a ela. Por esse motivo enfrentam grandes grupos econômicos nacionais e internacionais: garimpeiros, madeireiros, grileiros, destruindo com a prática de queimadas para criar pasto para gado, desmatando florestas e poluindo rios. São protetores das florestas, das águas, da flora, fauna e de todos os recursos naturais. Lutam pela preservação do meio ambiente combatendo as mudanças climáticas. Os povos indígenas resistem há mais de 500 anos de extermínio. De 2004 a 2014 houve a redução de 80% no desmatamento amazônico por meio da demarcação e da fiscalização do IBAMA (CORREA, 2014), contudo entre 2018 e 2020 a aceleração da destruição ambiental retornou com força total (LACERDA, 2020).

A cidade de São Paulo é o primeiro, de cinco municípios com maior população indígena fora do Amazonas. O Município vem se destacando na temática étnico-racial indígena por meio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) que criou o grupo de trabalho (GT) “Psicologia e Povos Indígenas” que resultou na publicação de mesmo nome em 2010. Este grupo organizou vários encontros entre

psicólogas, lideranças indígenas e outros profissionais. Destaca-se ainda a publicação do relatório do seminário Subjetividade e Povos Indígenas, oriundo de evento realizado pelo CFP em 2004 e Povos Indígenas e Psicologia – a procura do bem viver, também publicado pelo CRP de São Paulo em 2016.

Se os negros foram inseridos tardiamente na historiografia brasileira, os indígenas mais ainda, apenas em 2008, demonstrando o projeto nacional de apagamento e invisibilidade das populações tradicionais e racializadas. Os indígenas eram vistos como povos em extinção ou em processo de assimilação. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade apontou que havia um plano na época da ditadura (1964-1985) para zerar a população indígena. Até hoje as resistências indígenas se unem a vários organismos de proteção de direitos humanos brasileiros e internacionais, inclusive para denúncias do estado brasileiro em órgãos mundiais de proteção. A Universidade Indígena pluriétnica aldeia maracanã é uma aldeia urbana que resiste tanto quanto os indígenas aldeiados tradicionais em pleno Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Sendo assim, a interface entre a Psicologia no que tange ao Estado da Arte ainda é um campo a ser explorado, mais especificamente no tema das relações étnico-raciais, visto a necessidade de se pensar as subjetividades racializadas formadoras das identidades nacionais, por tanto tempo invisibilizadas pelos projetos estatais genocidas dos povos indígenas e negros.

2.3.1 As Plataformas de Pesquisa acadêmicas: Sucupira, BDTD, Portal Domínio Público e o Google acadêmico:

A compilação de trabalhos acadêmicos em plataformas digitais é uma prática relativamente recente, sendo o Google acadêmico, o portal domínio público e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) de 2004, enquanto a plataforma Sucupira surge em 2014.

A plataforma Sucupira é um site de busca da CAPES, que é uma fundação ligada ao Ministério da Educação de Cultura (MEC), que desempenha papel fundamental na consolidação e expansão da pós-graduação stricto sensu em todos os estados federados. Ela foi criada no início de 2014 e proporcionou aos pesquisadores a facilidade em compilar todas as informações de pesquisa acadêmica das pós-graduações brasileiras em apenas um local. Hoje conta com mais de 140 mil títulos catalogados.

Em 2019 encontramos 153 trabalhos relacionados às palavras-chave whiteness/brancura/branquitude/branquidade no período de 2003-2018, na plataforma

Sucupira, sendo que apenas as cópias dos trabalhos de 2014 em diante possuem links disponíveis. Sobre a palavra-chave negritude encontramos 391 pesquisas.

A BDTD, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, foi desenvolvida e é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) há quinze anos. Ela visa estimular o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico e possui parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilitando que a comunidade brasileira de ciência e tecnologia publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.

A BDTD conta com 538.537 documentos de 114 Instituições, sendo 395.620 dissertações e 142.918 teses. Encontrei dez trabalhos com o tema branquidade e quarenta e três com o tema branquitude, dezenove *whiteness,* dos vinte e nove de brancura apenas quatro dizem respeito a relações étnico-raciais. Sendo que essa plataforma, por vezes, possui o mesmo trabalho cadastrado duas vezes para a mesma categoria e publicações repetidas da plataforma sucupira.

O Portal Domínio Público é uma biblioteca digital editada pelo Ministério da Educação do Brasil, cujo lançamento se deu em 2004, com acervo inicial de 500 obras. O acervo é constituído por obras de domínio público ou devidamente cedidas pelos titulares dos direitos autorais. Hoje disponibiliza 182.448 textos. Nele encontramos doze trabalhos sobre negritude e um sobre brancura, da área de história, nenhum sobre *whiteness*, branquitude ou branquidade.

O *Google Scholar* ou *Google* Acadêmico é uma ferramenta de pesquisa do google que permite acessar trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. Lançado em Novembro de 2004 passou a oferecer buscas em língua portuguesa em 10 de janeiro de 2006. Nele encontramos textos repetidos sobre os trabalhos já disponíveis e artigos referentes às teses e dissertações, inclusive em outros idiomas.

Embora tenha consultado termos como brancura / *whiteness* / branco e correlatos, percebemos que os conceitos de branquidade e branquitude são aqueles que realmente expressam o conteúdo que queremos abordar do estudo do branco brasileiro como raça, como identidade. Portanto, os termos branquitude e branquidade contemplam melhor a questão teórica étnico-racial da identidade branca.

Percebemos que muitos trabalhos, embora usassem os termos branco/brancura ou similares, não tratavam da identidade do branco brasileiro, mas de pardos, negros, etc. Na pesquisa é importante a definição do tema no título. Nessa fase verificamos que dos iniciais 110 trabalhos selecionados, trinta correspondiam

efetivamente ao tema. Os demais falavam sobre negritude, gênero, sexualidade, entre outros. A escolha das pesquisas respeitou esse critério.

A hipótese é que a partir das legislações de ações afirmativas sócio-raciais que passaram a vigorar no período de 2003 a 2014 possa ter ocorrido um crescimento nas pesquisas em relações étnico-raciais sobre branquitude e branquidade em psicologia de 2003 até 2018, visto que a partir do golpe de 2016 a tendência política foi a de recrudescimento e mesmo negação das políticas públicas afirmativas, passando para o discurso meritocrático neoliberal.

Em levantamento de maio de 2019 da plataforma Sucupira pudemos constatar sobre o estudo dos conceitos de relações étnico-raciais: 391 temas sobre negritude, 225 temas sobre termo *whiteness* (retirando as áreas de odontologia e ciências agrícolas restaram trinta e uma), brancura setenta e duas (retirando as ciências agrárias e de alimentos restaram doze), oitenta branquitude e trinta branquidade, total 544, sendo que muitos trabalhos aparecem repetidos nas demais plataformas de pesquisa.

2.4 Análise preliminar:

Pesquisando as diversas plataformas anteriormente mencionadas por meio das palavras-chave branquidade/branquitude/brancura/*whiteness*, dos 153 trabalhos encontrados, ou seja, menos metade, se comparado ao termo negritude (391): mais da metade está na área de ciências humanas, sendo que a maioria usa o termo branquitude, em seguida vem o termo branquidade.

No que diz respeito à perspectiva teórica e histórica alguns autores apresentam diferenças entre os conceitos de branquidade e branquitude. Diversos autores utilizam um ou outro sem explicar o porquê. Alguns explicam porque se decidiram por um ao invés de outro, marcando uma posição conceitual e política e outros usam como expressões sinônimas.

Camila Jesus (2012) propõe uma revisão teórica dos conceitos de branquitude e braquidade baseada na obra de Edith Piza. No texto a autora se refere às décadas de 1920 e 1930, onde branquidade estaria associada ao termo negridade e branquitude ao termo negritude, de acordo com a Frente Negra Brasileira. A primeira paridade estaria associada ao desejo de aceitação social do negro de aproximar-se do referencial branco; enquanto a segunda se referiria a tentativa de combate ao racismo por meio da superação do ideal branco, que implicaria no reconhecimento da existência do privilégio racial branco. A construção de uma identidade negra positiva em oposição a uma tentativa de embranquecimento.

Jesus (2012) esclarece que, embora o termo branquitude tenha sido utilizado pela primeira vez na obra de Gilberto Freyre e que desde o início do século XX o tema já tenha sido abordado, no Brasil ele só ganha força nos anos 2000, com número ainda restrito de estudos, sinalizando um universo teórico repleto de lacunas históricas. Contudo o autor Alberto Guerreiro Ramos foi o primeiro a propor a discussão do assunto no Brasil, em 1957, utilizando a expressão “a patologia social do branco brasileiro”, sob o termo brancura.

Segundo a autora, a partir de 2004, o termo branquitude recebe uma nova nomenclatura no cenário nacional que, embora não adotada por grande parte dos pesquisadores, leva em consideração sua relação histórica e as implicações decorrentes dela.

A definição de branquitude proposta pela autora é a da pesquisadora Edith Piza (2005), segundo a qual branquitude representa “um estágio de conscientização e negação do privilégio vívido pelo indivíduo branco que reconhece a inexistência de direito a vantagem estrutural em relação aos negros.” (2012, p. 2) Enquanto o termo branquidade: “toma o lugar que até então dizia respeito a branquitude, para definir as práticas daqueles indivíduos brancos que assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano, portanto, o direito pela manutenção do privilégio perpetuado socialmente” (2012, p. 2).

Jesus (2012) sinaliza que em 2004 chega ao Brasil o livro organizado pela pesquisadora Vron Ware, intitulado *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo,* que reúne os principais estudos sobre a identidade racial branca, principalmente nos Estados Unidos. Na obra, a tradução branquidade é usada como sinônimo do conceito de branquitude utilizado no Brasil, inclusive a pesquisadora Liv Sovik, que possui um texto na coletânea e pesquisa o branco brasileiro, também utiliza os termos como sinônimos. Embora a autora sinalize que os pesquisadores norte-americanos e brasileiros caminhem juntos na definição dos termos, cumpre ressaltar que, no presente estudo, destacamos a importância de se pensar na branquitude à brasileira, que possui características bem distintas da americana.

A branquitude à brasileira é um conceito importante a ser usado segundo as particularidades brasileiras. Ele se constitui a partir do incentivo do estado a vinda de imigrantes, principalmente europeus, ao Brasil apoiados pelo projeto governamental de branqueamento brasileiro. A branquitude brasileira é calcada tanto no processo de colonização, de várias diásporas e de formação de um novo mundo, que pretendia exterminar os povos originários e se impor como maioria branca superior. Não obtendo êxito no projeto de extermínio dos racializados, a construção histórica partiu para a

afirmação da mestiçagem, negação do racismo brasileiro e da construção imagética do brasileiro como um povo cordial.

Assim a braquitude à brasileira constitui uma branquitude caiçara (mistura entre brancos, negros e indígenas), visto ser quase impossível encontrar um brasileiro branco por parte de ambos os genitores e ancestrais. Como a cena clássica do filme Bacurau[24], podemos ter uma branquitude latina ou pindorâmica, mas dificilmente a branquitude clássica do colonizador. Mesmo os descendentes de portugueses, espanhóis e italianos constituiriam a parte moura da Europa, ou seja, não arianos. A construção do conceito do branco brasileiro se daria por afirmação da diferença para os brancos predominantes ao norte do mundo, especialmente Europa e EUA, mas não como negação do racismo e dos privilégios da branquitude, mas no intuito de propiciar a identificação de uma branquitude crítica aliada ao combate antirracista.

Pensar os brasileiros brancos como pindorâmicos ou contra-coloniais visa descolar da dimensão do branqueamento imposta, também aos não branquíssimos. A mesma contra-colonialidade presente no conceito de amefricanidade de Lélia Gonzalez que pretende desmistificar a identidade nacional forjada no eurocentramento e na negação de sua origem latina e tupiniquim e de Alberto Guerreiro Ramos que critica a patologia social do branco brasileiro.

O pesquisador Lourenço Cardoso desenvolve a ideia de que se há vários tipos de racismo também haverá tipos de branquitude. O autor cria duas categorias que diferenciam a branquitude na prática social: branquitude crítica e branquitude acrítica. Segundo ele, “a branquitude crítica refere-se ao indivíduo que desaprova publicamente o racismo” (2010, p. 63). Já branquitude acrítica refere-se ao indivíduo ou coletividade que luta pela manutenção do status de superioridade racial branca.

A branquitude à brasileira é forjada por meio de uma série de características sócio-históricas da formação da população brasileira, que possui diferentes recortes, conforme sinalizou Lia Schucman (2012). Se há gradações do preto ao pardo, pela via do colorismo, assim também são os brancos, do branquíssimo ao encardido. “Ao observar o grupo branco de longe, de repente, pode surgir a impressão de que a branquitude é homogênea, porém, com a aproximação percebe-se o quanto os brancos são diversos” (CARDOSO, 2010, p. 63). Pensar as branquitudes em seus

[24] Filme brasileiro de 2019: Bacurau, um pequeno povoado do sertão brasileiro dá adeus a Dona Carmelita, mulher forte e querida por quase todos, falecida aos 94 anos. Dias depois, começam os sinais de que a tranquilidade de Bacurau estara´ sob ameaça. Uma sequência de incidentes mergulham o vilarejo numa tensão crescente. No entanto, muitos não contavam com um detalhe: que no passado desse lugar extraordinário estava adormecido um talento especial para a aventura.

aspectos mais específicos e mutáveis pode contribuir para ações antirracistas mais eficazes à realidade brasileira.

A palavra de negritude, de acordo com a pesquisadora Lígia Ferreira, está presente no dicionário francês desde 1933, dando sua autoria a Senghor, embora o conceito tenha sido considerado criado pelo poeta martinicano Aimé Césáire em 1938 com três significados: refere-se ao povo negro, à vivência íntima do negro e como revolta. A palavra estava ligada com o trabalho reivindicativo de estudantes africanos da década de 30 que se tornaram os principais responsáveis por sua dinamização. São eles: Léopold Sédar Senghor (1906) senegalês, Aimé Césaire (1913), martinicano, e Leon Damas (1912), ganês.

Jesus (2012) afirma que em 1975, a palavra negritude chega aos dicionários brasileiros e permanece com a mesma definição até hoje:

> 1. Estado ou condição das pessoas da raça negra; 2. Ideologia característica da fase de conscientização, pelos povos negros africanos, da opressão colonialista, a qual busca reencontrar a subjetividade negra, observada objetivamente (sic) na fase pré-colonial e perdida pela dominação da cultura branca ocidental (FERREIRA, 2007, p. 173 apud CAMILA, 2012, p. 9).

A negritude surge como um movimento de reparação aos valores culturais e individuais do negro, além de um forte propulsionador da descolonização da África.

É importante ressaltar a assimetria na construção das identidades brancas e negras, e dos conceitos de branquitude e negritude historicamente constituídos e se reatualizando constantemente. A construção da identidade negra diz respeito a afirmação do negro como ser humano e como sujeito de direitos, as lutas pelo fim do apartheid, abolição da escravidão, e descolonização do continente africano e Américas. Enquanto a identidade branca constrói o status de apenas ser: o existir do branco já fornece a sua condição de ser humano e cidadão, visto ser o branco o modelo único, universal. A sua luta é para manter os seus privilégios materiais e simbólicos.

Nos levantamentos de pesquisa percebemos que o ato de buscar por palavras não é suficiente para uma abordagem de um conceito específico, visto que, além de temas genéricos que possam não conter o que se busca, surgem temas inesperados que retratam exatamente o perfil procurado. O trabalho consiste em “peneirar” informações e sites de busca até se chegar ao resultado proposto.

Constatei que dos 110 trabalhos coletados pelos sites de busca, trinta tratavam do tema branquitude/branquidade no Brasil. E decidi analisar os trinta quantitativamente no intuito de obter um panorama geral dos conceitos estudados para depois circunscrever as informações especificamente como objeto de pesquisa.

Na relação com a psicologia brasileira e os conceitos referidos selecionei seis trabalhos para serem lidos na íntegra, ou seja, analisados tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Sobre a área escolhida para a realização do Estado da Arte encontreis seis produções acadêmicas sobre branquitude à brasileira e psicologia. A minha formação em psicologia e a importância da construção da identidade como fundamento do campo psicológico na interface com a questão étnico-racial serviram de base para tal recorte.

A seleção foi feita na seguinte sequência: primeiro separei os trabalhos com os conceitos branquitude ou branquidade, depois verifiquei se se tratava da questão da racialização do branco e por último do branco brasileiro, visto a especificidade do racismo à brasileira.

A coleta de dados e a organização do material gerado, segundo critérios prévios de seleção, tiveram como diretriz procedimentos específicos, tais como: fichamento, levantamento de dados, agrupamento quantitativo e qualitativo dos dados, termos, temas, áreas, e assuntos recorrentes e criação de tabelas compiladoras, visando facilitar a visualização do quadro e posterior análise. Essas ações resultaram em diferentes quadros que permitiram sintetizar as classificações e os dados gerados sobre cada item.

O Brasil é um país de maioria negra pela herança da escravização, foi o último país no mundo a abolir a escravidão e o primeiro da América Latina a fundar uma sociedade eugênica. O país praticou o branqueamento da sua população por meio da imigração branca, principalmente de europeus, e cultivou o mito da democracia racial, por meio da negação do racismo e da valorização do mestiço, bem como da ideia da “cordialidade” do seu povo. Rompidas tais falácias históricas, na década de 1990 o país admite-se racista e busca compreender melhor as origens de sua constituição étnico-racial. O combate efetivo do racismo à brasileira requer a luta contínua dos movimentos sociais visando a construção e a manutenção de políticas públicas que levem a uma sociedade mais equânime.

CAPÍTULO 3

Análise dos Trabalhos sobre Branquitude brasileira

> “O verdadeiro foco da mudança revolucionária não está nunca meramente nas situações opressivas das quais almejamos escapar, mas naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós.
> (Audre Lorde, Sister Outsider, 123)

A pesquisa que fundamenta esta dissertação se baseia em duas etapas: um levantamento dos trabalhos de mestrado e de doutorado, defendidos de 2003 a 2018 sobre branquitude brasileira e a seleção e análise dentre estes das produções científicas sobre a temática na psicologia. Expus abaixo os resultados oriundos das duas etapas.

3.1 As trinta produções científicas sobre branquitude/branquidade brasileira

Para o levantamento da produção científica sobre branquitude brasileira, inicialmente realizei a busca pelas seguintes palavras-chave: *whiteness*, brancura/branco, branquitude e branquidade. A partir de tal organizei esses trabalhos, através dos nomes e gênero dos autores, título, nome do orientador, tipo de produção científica, ano e nome da instituição de ensino superior (IES), que foram expostos cronologicamente, de forma crescente como pode ser observado abaixo:

Tabela I - Quadro total das trinta Teses e Dissertações sobre Branquitude/Branquidade:

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orienta-dor(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
MIRANDA, Claudia.	Feminino	Narrativas Subalternas e Políticas de Branquidade: O Deslocamento de Afrodes-cendentes como Processo Subversivo e as Estratégias de Negociação na Academia.	Pablo Amadeu Gentilli	Tese de Doutorado em Educação	2006	UERJ
OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves.	Masculino	Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: re-presentações de branquitude entre indivíduos brancos.	Antônio Marcos Chaves	Dissertação de Mes-trado em Psicologia	2007	UFBA
SIMÕES, Thiago de Oliveira Garcia.	Masculino	"SOS laboratórios de engenharia genética" - A construção discursiva da branquitude em uma comu-nidade do site Orkut.	Luiz Paulo da Moita Lopes	Dissertação de Mestrado Interdisci-plinar em Linguística Aplicada	2009	UFRJ
ALVES, Luciana	Feminino	Significados de ser branco - a brancura no corpo e para além dele.	Marília Pinto de Carvalho	Disserta-ção de Mestrado em Educação	2010	USP
PINHEI-RO, Adevanir Aparecida.	Masculino	Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescen-dentes em três instituições de ensino superior no sul do país.	José Odelso Schneider	Tese de Doutorado em Ciências Sociais	2011	UNI-SINOS

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orienta-dor(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
SCHU-CMAN, Lia Vainer.	Feminino	Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.	Leny Sato	Tese de Doutorado em Psico-logia Social	2012	USP
PASSOS, Ana Helena Ithamar.	Feminino	Um estudo sobre bran-uitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013.	Denise Pini Rosalem da Fonseca	Tese de Doutorado em Serviço Social	2013	PUC/RJ
CARDO-SO, Lou-renço da Conceição .	Feminino	O branco diante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil.	Dagoberto José Fonseca	Tese de Doutorado em Ciências Sociais	2014	UNESP/ Arara-quara
JESUS, Camila Moreira de.	Feminino	O privilégio da brancura na escola pública: uma etnografia no Colégio Estadual Ed-valdo Brandão Correia em Cachoeira – BA.	Angela Lucia Silva Figueiredo	Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigual-dades e Desenvol-vimento	2014	UFRB
LABORNE, Ana Paula Amélia de Paula	Feminino	Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais do Brasil.	Nilma Lino Gomes	Tese de Doutorado em Educação	2014	UFMG
NOVELLI, Daniela.	Feminino	A branquidade em Vogue (Paris e Brasil): imagens da violência simbólica no século XXI.	Cristina Scheibe Wolff	Tese de Doutorado em Inter-disciplinar em Ciências Humanas	2014	UFSC

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orienta-dor(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
MIRANDA, Jorge Hilton de Assis.	Masculino	Perspectivas de rappers brancos/as brasileiros/as sobre as relações raciais um olhar sobre a branquitude.	Marcos Luciano Lopes Messeder	Dissertação de Mestrado em Edu-cação e Contem-poranei-dade	2015	UEB
BASTOS, Janaina Ribeiro Bueno.	Feminino	Da história, das subjetividades, dos negros com quem ando": um estudo sobre professores bran-cos envolvidos com a educação das relações etnicorraciais.	Maria Cecília Cortez Christiano de Souza	Dissertação de Mestrado em Educação	2015	USP
MUNHOZ, Maria Leticia Puglisi.	Feminino	Direitos humanos e relações raciais: uma contribuição da teoria da branquidade para a análise da jurisprudência brasileira sobre a conduta da dis-criminação racial prevista na legislação.	Gislene Aparecida dos Santos	Tese de Doutorado em Direito	2015	USP
RAMOS, Viviane Rodrigues Darif Sal-danhas de Almeida.	Feminino	A metamorfose de Cirilo: relações raciais e branquidade normativa na telenovela infantil carrossel.	Simone Meucci	Dissertação de Mestrado em Sociologia	2015	UFPR

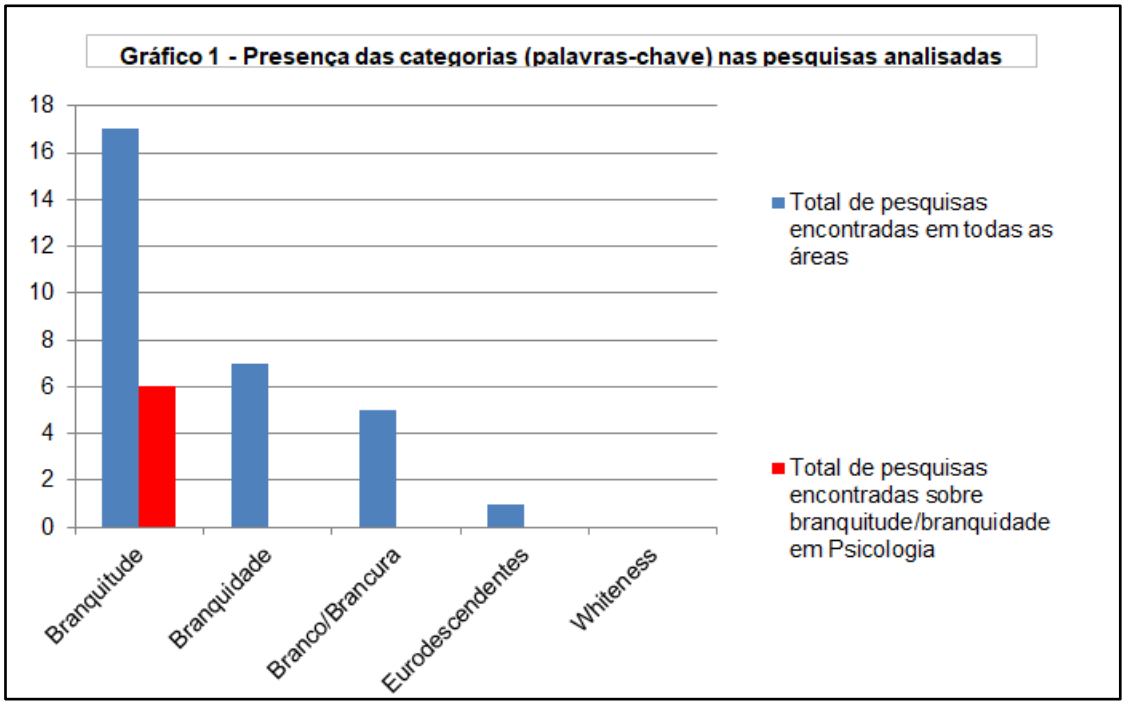
Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orienta-dor(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
LOPES, Joyce Souza.	Feminino	Lugar de branca/o e a/o "branca/o fora do lugar": Repre-sentações sobre a branquitude e suas possibilidades de	Rosane Aparecida Rubert	Dissertação de Mestrado em Antro-pologia	2016	UFPel
MACHADO, Eliana Sambo.	Feminino	Branquitude, gênero e performatividade no discurso de mulheres brancas acadêmicas.	Kassandra da Silva Muniz	Dissertação de Mestrado em Letras: estudos da linguagem	2016	UFOP
CONCEI-ÇAO, Willian Luiz da.	Feminino	Brancura e branquitude: au-sências, presenças e emergências de um campo de debate.	Ilka Boaventura Leite	Dissertação de Mestrado em Antropolo-gia Social	2017	UFSC
BALAGUER, Gabriela	Feminino	Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros.	Maria Luisa Sandoval Schmidt	Tese de Doutorado em Psi-cologia Escolar e do Desenvol-vimento Humano	2017	USP
SOUTA, Marivete.	Feminino	"Quando me dei conta de que era negra(o) / branca(o)?": um estudo a partir de relatos autobiográficos de estudantes ado-lescentes.	Ione da Silva Jovino	Dissertação de Mestrado em Estudos da Lingua-gem	2017	UEPG

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orienta-dor(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
HENRI-QUES, Luciana Maciel.	Feminino	Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social.	Amana Rocha Mattos	Dissertação de Mestrado em Psi-cologia Social	2018	UERJ
MARCINIK, Georgia Grube.	Feminino	Branquitude nos movimentos fe-ministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas.	Amana Rocha Mattos	Dissertação de Mestrado em Psi-cologia Social	2018	UERJ
ROSA, Priscilla Teodosio.	Feminino	Aspectos da branquidade e os atravessamentos da amabilidade artificiosa na mídia televisiva: o caso do RJ-móvel.	Talita Oliveira	Dissertação de Mestrado em Relações Etnicor-raciais	2018	Cefet/ RJ
SILVA, José Bonifacio Alves da.	Masculino	Representações acerca das iden-tidades brancas no currículo de um curso de licenciatura em história do Paraná.	José Licínio Backes	Tese de Doutorado em Educação	2018	UC Dom Bosco
BRYLOWSKI, Laura Rose.	Feminino	Como a teoria da branquitude influenciou pesquisadoras brancas entre 2012 e 2016.	Roberto Carlos da Silva Borges	Dissertação de Mestrado em Rela-ções Etnico-raciais	2018	Cefet/ RJ
CAPE-LASSO, Monica Salci.	Feminino	A branquitude e o racismo bra-sileiro: uma análise psi-copolítca sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo.	Ângela Maria Pires Caniato	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2018	UEM

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orienta-dor(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
CARDOSO, Cintia.	Feminino	Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações etnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis.	Lucimar Rosa Dias	Dissertação de Mestrado em Edu-cação	2018	UFPR
COURANT, Ansel Joseph.	Masculino	Conscientização branca em espaços de capoeira: percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros.	Paula Cristina da Silva Barreto	Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos	2018	UFBA
GONÇAL-VES, Marcia Maria Santana.	Feminino	As alquimias da brancura: análises de performances da branquidade na série de TV breaking Bad.	Roberto Carlos da Silva Borges	Mestrado em Relações Etnicor-raciais	2018	Cefet/ RJ
CRUZ, Joice Mari Ferreira da.	Feminino	"Limpeza, poder e privilégios": marcas da branquitude entre docentes da educação básica.	Maria Angélica Zumaran	Disserta-ção de Mestrado em Educação	2018	ULBRA/ Canoas

Fonte: Levantamento organizado pela autora.

Observei que a categoria branquitude foi a mais presente neste levantamento, ela surgiu em dezessete produções, a categoria branquidade em sete trabalhos, a categoria branco/brancura apareceu em cinco produções e a categoria eurodescendente apareceu somente em uma produção. Em nenhuma produção surgiu a categoria teórica whiteness. Todas as seis produções de psicologia utilizam a palavra branquitude, como pode ser observado na tabela a seguir:

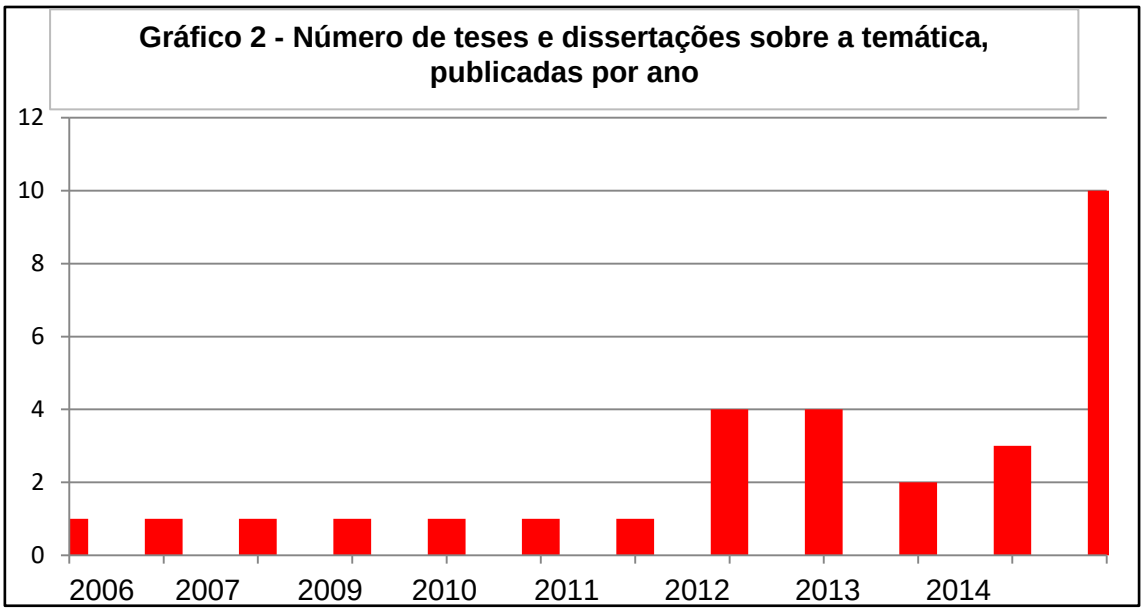


Fonte: Levantamento organizado pela autora.

Quanto aos anos em que as produções foram defendidas, observei que de 2003 a 2005 não houve presença dessas categorias no cenário acadêmico. Embora o período selecionado para a realização da pesquisa seja de 2003 a 2018, verifiquei que a presença dessas categorias só surgiu a partir de 2006, com uma produção neste ano e outra em 2007, já no ano de 2008 não foi defendida nenhuma produção sobre essa temática também com uma produção; em 2009 a 2013, houve a defesa de uma produção a cada ano. Percebi em 2014 e 2015, um aumento da produção, a cada ano foram defendidas quatro produções. Em 2016, houve uma nova diminuição, somente duas produções. Em 2017, foram defendidas três produções. Em 2018, notei um expressivo aumento, com a defesa de dez produções[25].

[25] Acredito que a sazonalidade das publicações ao longo do período selecionado por esta dissertação tenha relação com as Políticas Públicas geralmente requerem de dez a vinte anos para serem absorvidas e surtirem efeitos sociais visíveis e em 2008 completou 15 anos da primeira política pública sócio-racial, que consistiu na primeira alteração da LDB pela lei 10.639/2003, a qual propiciou o incentivo a uma maior divulgação das histórias e culturas afro-brasileiras transversalizadas nas disciplinas nos currículos escolares. Além da Lei 10.639/2003, a Lei Federal 10.558/2002 criou o Programa Diversidade na Universidade, premiando e incentivando ações esparsas e O Estatuto da Igualdade racial, Lei 12.288/2010, visou garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos e o combate à discriminação. Contudo, só em 2012, com a lei de cotas 12.711 é que o programa diversidade na Universidade passa a ter efetividade nacional e de pluralidade, conjugando o ensino público, a renda familiar baixa, questões étnico-raciais e pessoas com deficiência. A conjugação de uma série de políticas públicas, visando não só a diversidade na Universidade, como a reparação de desigualdades históricas, iniciou efetivamente o processo de mobilidade social das populações historicamente marginalizadas. A LDB, prevista na Constituição de 1934, só foi regulamentada em 1961 e a base do texto que vigora atualmente é de 1996. Sendo a LDB de 1996, as atualizações mais contemporâneas de inclusão da diversidade e da cultura brasileira na educação ocorreram de 2003, com a lei 10.639 de inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira; em 2008, com a lei 11.645 de

Tal sazonalidade dos trabalhos sobre essa temática pode ser percebida pelo gráfico abaixo:



Fonte: Levantamento organizado pela autora.

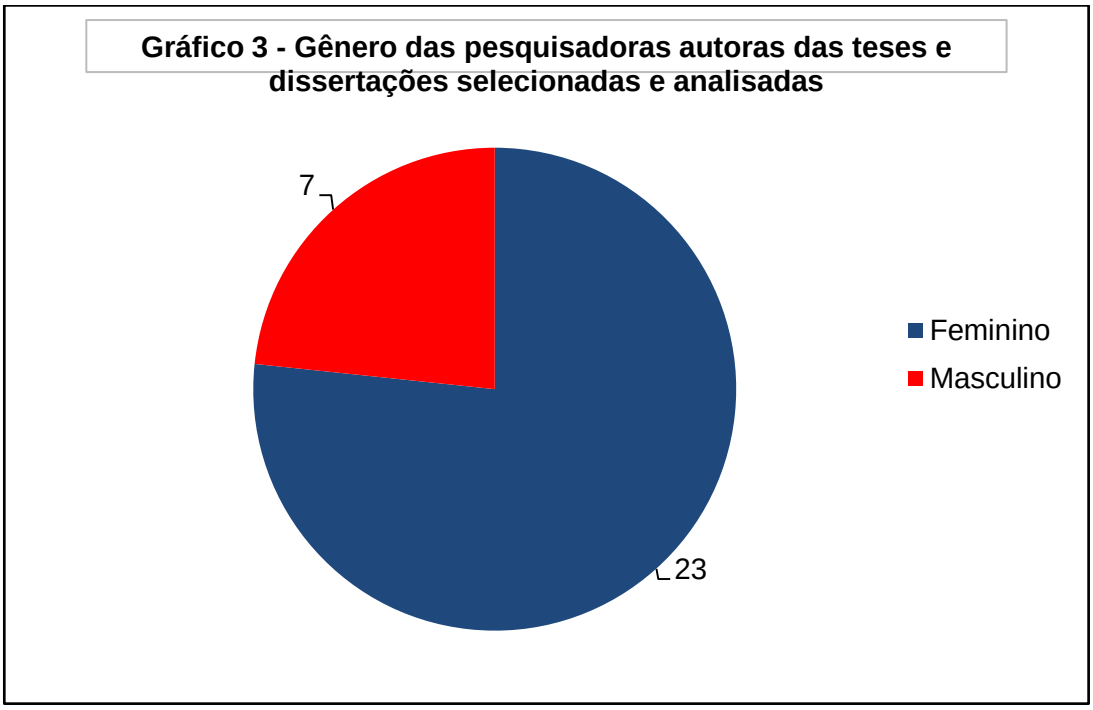
Quanto ao gênero das pesquisadoras vinte e três são mulheres[26]; enquanto sete são homens.

---

cultura indígena, em 2013 da Lei 12.796 de formação dos profissionais da educação e 13.174/2015, que inclui entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. Sendo que o inciso sobre a consideração com a diversidade étnico-racial como princípio educacional só foi inserido em 2013, com a respectiva lei. Além de outras mudanças fundamentais como a educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, a redução da idade escolar na educação infantil para 5 anos, o Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o recenseamento escolar. Portanto, as conquistas educacionais, adquiridas historicamente recentemente, ainda não atingiram toda a sua capacidade de mudança ao ponto de chegar as pós graduações, motivo pelo qual acredita-se que a partir de 2014 a tendência é aumentar o número de pesquisas na área de branquitude.

[26] Geralmente, a questão do gênero feminino predomina nas ciências humanas e há uma tendência de o número de mulheres estar aumentando cada vez mais nas universidades, tanto no quadro discente, como docente, visto elas estarem acessando mais os concursos públicos de uma forma geral. No artigo As Mulheres e os concursos públicos, de março de 2013, José Wilson Granjeiro afirma que as mulheres têm superado os homens em salas de aulas tanto em cursos preparatórios como nas inscrições para concurso público. À proporção de 60% de concurseiras contra 40% de candidatos do sexo masculino no preenchimento das vagas. O concurso público constitui uma das formas mais importantes para a conquista da igualdade de gênero no mercado de trabalho, visto que os salários não diferem em gênero, embora haja discriminação em ocupação de cargos de chefia. Dados da PNAD de 2014, realizada pelo IBGE apontam que as mulheres estão ficando mais qualificadas e escolarizadas que os homens, visto serem maioria nas escolas, universidades e cursos de qualificação. Das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais de idade, 18,8% possuíam Ensino Superior completo, enquanto para homens, na mesma categoria, esse percentual é de 11%. Uma das questões pertinentes a tal dado é que às mulheres é dada a oportunidade de estudar durante maior período, já que costumam permanecer no espaço privado da casa, enquanto os homens, principalmente das classes populares, precisam prover o seu sustento mais precocemente, pois ainda se privilegia o espaço público ou do trabalho braçal, trabalho exaustivo e precarizado como masculino. Segundo o Censo Escolar de 2017, as mulheres representam 51,4% da população do Brasil e hoje ocupam 60% das vagas nas universidades e 54% escolhem carreiras em educação, humanas e artes. Os dados de 2019 do perfil divulgado pelo INEP, responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apontam que a maior parte dos quase 6 milhões inscritos do Enem é composta por mulheres, pretas ou pardas com idades entre 21 e 30 anos (CANÔNICO, 2019). Portanto,

A predominância de mulheres como autoras é observada no gráfico abaixo:



Fonte: Levantamento organizado pela autora.

Quanto a tipologia das produções científicas, a maioria é de dissertações de mestrado, vinte; enquanto dez são teses de doutorado.

3.2 Análise qualitativa da produção científica da psicologia sobre Branquitude brasileira:

Foi realizada uma análise qualitativa junto às dissertações de mestrado e teses de doutorado em psicologia sobre branquitude. Segue abaixo a tabela com a produção científica em psicologia selecionada.

---

podemos identificar os anos 2000 como da intensificação da qualificação e ocupação do mercado pelo trabalho feminino, especialmente no que tange à presença nas universidades (BBC, 2019; SOUZA E SARDENBERG, 2013). Esse fenômeno pode ser atribuído à questão do incentivo à participação da população negra por meio das cotas sócio-raciais, como pelo fato de as mulheres jovens serem menos cobradas de proverem os lares do que os homens. Portanto, sobre os homens negros ainda pesa o fato de sustentar as casas como prioritariamente provedores (PINTO, 2007). Lembrando que homens e mulheres só foram equiparados como sujeito de direito a partir da Constituição Federal de 1988. A intensificação da entrada de mulheres nas universidades propiciou que elas chegassem ao mercado de trabalho mais qualificadas, embora ainda sejam consideradas mão-de-obra barata em relação aos homens.

TABELA II – Produção científica da Psicologia sobre branquitude, de 2003 a 2018:

Autor (a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orientador(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves	Masculino	Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos	Antônio Marcos Chaves	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2007	UFBA
SCHUCMAN, Lia Vainer	Feminino	Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.	Leny Sato	Tese de Doutorado em Psicologia Social	2012	USP
BALAGUER, Gabriela	Feminino	Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros.	Maria Luisa Sandoval Schmidt	Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	2017	USP
MARCINIK, Georgia Grube.	Feminino	Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas.	Amana Rocha Mattos	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	2018	UERJ

Autor (a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Nome do(a) Orientador(a)	Tipo de Produção Científica / Área	Ano	IES
CAPELAS-SO, Monica Salci	Feminino	A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psi-copolítca sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo.	Ângela Maria Pires Caniato	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2018	UEM
HENRI-QUES, Luciana Maciel	Feminino	Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social.	Amana Rocha Mattos	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	2018	UERJ

Fonte: Levantamento organizado pela autora.

Das seis pesquisas, quatro são dissertações de mestrado; e duas são teses de doutorado.

Considerando as datas de defesa das mesmas, observamos que o tema aparece pela primeira vez em 2007; cinco anos após, em 2012, surge o segundo trabalho; após mais cinco anos é realizada a terceira pesquisa, em 2017; e em 2018 foram três pesquisas.

Desses seis trabalhos, cinco são de mulheres autodeclaradas brancas (SCHUCMAN; 2012; BALAGUER, 2017; CAPELASSO, 2018; HENRIQUES, 2018 e MARCINIK, 2018) e um de homem autodeclarado negro (OLIVEIRA, 2007), o pioneiro no referido período. Oliveira afirma a psicologia como, predominantemente, uma área feminina e branca. De acordo com o Censo de Educação Superior, de 2017, o curso de psicologia está em sexto lugar dos 50 cursos mais frequentes, em número de mulheres e em 2º no número de não negros, correspondendo a mais de 75% de mulheres e aproximadamente 60% de brancos. Portanto, as marcas de raça e gênero constituem fatores importantes nas análises dos cursos de psicologia no Brasil.

Quanto à distribuição regional, os trabalhos se concentram entre as regiões sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo), sul (Paraná) e nordeste (Bahia). Como já visto, as regiões sudeste e sul são as pioneiras na concentração de cursos universitários no país e possuem as unidades da federação com a maior concentração de brancos,

fator que pode favorecer o surgimento de conflitos raciais e, portanto, o seu desvelamento[27].

Todas as pesquisas foram realizadas em universidades públicas: duas no Rio de Janeiro, na mesma instituição, UERJ (MARCINIK, 2018 e HENRIQUES, 2018); duas de São Paulo, também na mesma instituição, USP (SCHUCMAN, 2012 e BALAGUER, 2017), uma na Bahia, na UFBA (OLIVEIRA, 2007) e uma do Paraná, da UEM (CAPELASSO, 2018). Todas trabalham com o conceito de branquitude, consolidado pelo movimento negro e pela professora Cida Bento. (MARCINIK, 2018; HENRIQUES, 2018; SCHUCMAN, 2012; BALAGUER, 2017; OLIVEIRA, 2007 e CAPELASSO, 2018).

Tabela VI - Distribuição das seis pesquisas sobre branquitude/branquidade e Psicologia segundo as palavras-chave:

Nome do Autor	Título da Produção Científica	Tipo da Produção Científica	Palavras-chave
MARCINIK, Georgia.	Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas.	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	Branquitude, Feminismos, Interseccionalidade, Processos de subjetivação e racialização, Psicologia Social.
CAPELAS-SO, Monica Salci.	A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítca sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo.	Dissertação de Mestrado em Psicologia	Relações Raciais, Branquitude, Personalidade Autoritária, Racismo e Psicanálise.
OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves.	Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos	Dissertação de Mestrado em Psicologia	Branquitude, Representações Sociais, Discriminação Racial, Subjetividade e Psicologia Social.

[27] A USP foi a universidade onde surgiu a referência dos estudos críticos da branquitude no Brasil, como anteriormente sinalizado, inclusive por uma Psicóloga, Maria Aparecida Bento, que trabalha o tema étnico racial até hoje, no Centro de estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), em empresas. E a Bahia é considerado o Estado mais autodeclarado preto do Brasil, como já citado, fato este que também pode colocar mais atenção nos estudos das relações étnico-raciais.

Nome do Autor	Título da Produção Científica	Tipo da Produção Científica	Palavras-chave
SCHUCMAN, Lia Vainer.	Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.	Doutorado em Psicologia Social	Branquitude, Raça, Racismo, Psicologia Social.
BALAGUER, Gabriela.	Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros.	Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Raça, branquitude, racismo e cultura negra.
HENRIQUES, Luciana Maciel.	Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social.	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	Branquitude, Raça, Racismo, Relações raciais e Psicologia Social.

Fonte: Levantamento organizado pela autora.

As palavras-chave se dividiram em três blocos: o primeiro se refere às relações étnico-raciais, o segundo à psicologia e o terceiro à especificidade do trabalho. A palavra branquitude, precisava estar em todos os trabalhos, visto ter sido um dos critérios para a seleção deles. A segunda palavra mais recorrente foi racismo, nos trabalhos de Henriques, Balaguer, Schucman e Capelasso. Três trabalhos fizeram a dobradinha raça/racismo (Henriques, Schucman e Balaguer). Oliveira preferiu o termo discriminação racial, que não necessariamente trata apenas da questão dos negros e Marcinik racialização, um termo bem mais abrangente que, embora marque a criação da discriminação racial e do racismo, destaca os impactos subjetivos na marcação racial, tanto que a autora prefere o termo pessoas racializadas, do que negras. Em terceiro lugar apareceu a palavra raça em Schucman, Balaguer e Henriques e por último relações raciais em Henriques e Capelasso.

No campo da psicologia o termo que mais aparece é psicologia social, em Henriques, Schucman, Oliveira e Marcinik, estando marcado como a área da psicologia que mais trabalha com o tema relações raciais e branquitude. A psicologia social foi pioneira na discussão da temática racial, principalmente no que tange à branquitude e as implicações do racismo para os brancos, e continua com esse protagonismo atualmente. A psicanálise, uma das teorias mais antigas e mais utilizadas na área de psicologia, aparece no trabalho de Capelasso, bem como o termo personalidade autoritária, um conceito freudiano, ou seja, do pai da psicanálise

e um dos maiores autores de todos os tempos na mudança de rumo da história mundial dos sujeitos e da psicologia. Os termos processos de subjetivação, Marcinik e subjetividade, Oliveira, também são recorrentes no mundo da psicologia e a base de seus estudos. Oliveira trabalha com a representação social, teoria que Capelasso também utiliza, embora não coloque em destaque como palavra-chave.

Em termos da especificidade do trabalho, Marcinik aponta os feminismos e a interseccionalidade, conceitos base de sua dissertação sobre feminismo hegemônico e não hegemônico. Balaguer apresenta a cultura negra como seu tema, visto que é capoeirista angoleira e umbandista, colocando-se na pesquisa como pesquisadora "de dentro", ou seja, que está implicada de forma pessoal nos temas que pesquisa. Além disso, faz questão de ressaltar que preferiu utilizar o termo cultura negra e não afro-brasileira, pois optou por trabalhar o negro brasileiro e não a diáspora.

Tanto Marcinik quanto Balaguer se aproximam dos movimentos sociais, a primeira das feministas e a segunda de capoeira angola e umbanda. Ambas como "pesquisadoras de dentro", já que Marcinik é uma das entrevistadas em sua pesquisa e Balaguer é uma capoeirista e umbandista. Quatro das cinco pesquisas usaram a entrevista como ferramenta: duas entrevistando pessoas ligadas a movimentos sociais: feminismos e capoeira angola e duas a indivíduos sobre as suas experiências com a branquitude, sendo Schucman com os paulistas e Oliveira com estudantes de Psicologia e Ciências Sociais da UFBA. Apenas Capelasso realizou uma pesquisa sobre branquitude puramente teórica. As metodologias participativas foram as mais constantes, seja pela implicação racial na pesquisa a partir de uma experiência própria de discriminação, sendo judia, como Schucman, como pesquisadora "de dentro", como Balaguer, ou sendo uma das entrevistadas, como Marcinik. Capelasso e Oliveira não se colocaram na pesquisa como parte dela.

A produção acadêmica psicológica, como produtora de subjetividades, problematiza uma das maiores questões de formação da sociedade brasileira que são as relações étnico-raciais. Um dos objetivos da pós-graduação é aprimorar a atuação profissional e provocar novas reflexões sobre o cotidiano e o campo social. A psicologia, como reprodutora do racismo, por meio do entendimento do ser humano como um modelo universal na maioria de suas linhas teóricas, até mesmo por serem teorias importadas (Psicanálise, TCC - Teoria Cognitivo Comportamental, Gestalt, Junguiana, etc): branco, euroamericano, ocidental, classe média, cis e hétero, possui a capacidade de se repensar a partir da pluralidade de teorias não-hegemônicas. As práticas psicológicas antirracistas permitem novos olhares sobre as subjetividades, valorizando as diferenças e reconhecendo as desigualdades, principalmente raciais, na defesa de uma sociedade com equidade e democracia. Atualmente vemos surgir as

psicologias pretas e indígenas, sob metodologias fundamentalmente pautadas em experiências brasileiras.

A contribuição da psicologia é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e para o estabelecimento do processo democrático, tanto no campo da prevenção, quanto no combate às práticas racistas do cotidiano profissional.

3.2.1 Análise dos seis trabalhos sobre branquitude à brasileira em psicologia

Primeiramente realizei uma breve passagem pelos seis trabalhos, como um todo, para entender objetivos, objeto de estudo, o percurso de cada pesquisa, a metodologia, a justificativa, as referências bibliográficas e as conclusões. Posteriormente destaquei semelhanças e diferenças entre as abordagens com o objetivo de demonstrar se os temas se assemelham ou destoam na Psicologia. Os trabalhos são apresentados em sua ordem cronológica devido a importância de se pensar a trajetória histórica e a intersecção entre gênero e raça. A trajetória histórica revela não só quem iniciou o debate pós a intensificação das políticas públicas sócio-raciais a partir de 2003, bem como quais os trabalhos foram mais citados pelos subsequentes.

a) Análise da dissertação de Mestrado: Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas - Representações de branquitude entre indivíduos brancos:

A dissertação em psicologia *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos*, de Lucio Otavio Alves Oliveira, foi realizada na área de Pós-graduação em Psicologia do Programa do Departamento de Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do professor Antônio Marcos Chaves, em 2007. Um homem negro, psicólogo, inaugura o tema da branquitude nos estudos pós implementação das políticas públicas em relações étnico-raciais.

No resumo o autor afirma que pretende falar sobre a negação do racismo no Brasil e a produção psicológica escassa sobre o tema. Considera a negação da discriminação racial como a principal característica do racismo brasileiro, visto que a multirracialidade propicia diferentes experiências raciais. De acordo com Oliveira:

> Uma das principais características da discriminação racial no Brasil é o não reconhecimento deste problema. Boa parte da literatura, da música e mesmo das Ciências Humanas e Políticas celebram e afirmam a igualdade e a importância comum de todas as raças. Dessa forma, mantém-se a situação de discriminação racial e desigualdades sociais intactas. (2007, p. 16)

O autor evidencia a principal característica do racismo à brasileira: a negação discriminação racial e a intensão de perpetuar os privilégios da branquitude.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista do tipo semi-estruturada com um único respondente (entrevista em profundidade), englobando a vivência das relações raciais na vida pessoal enquanto pessoa branca, familiar, relacionamento interpessoal, percepção de discriminação e preconceito racial, dos movimentos negros de combate a discriminação e promoção da igualdade racial. Os selecionados foram oito estudantes de graduação de Psicologia e Ciências Sociais da própria UFBA, sendo quatro de cada sexo e duas de cada curso, de 20 a 30 anos de idade, com confirmação da pertença racial por autoidentificação e não pertencimento (passado ou presente) em grupos de discussão e combate ao preconceito e discriminação racial, por indicação ou abordagem direta, realizados em fevereiro de 2006. Além do teste de evocação e de seleção das palavras principais com a técnica de associação livre (cinco palavras sobre “pessoa negra” e cinco sobre pessoa branca, selecionando duas que considere mais importantes).

O autor delimitou os três temas que guiaram as entrevistas:

1. Falta de consciência da própria racialidade e privilégios;
2. Combate à discriminação e promoção da igualdade racial e
3. Percepção do preconceito e da discriminação racial na família.

Os três temas que o autor utilizou para a realização das entrevistas podem ser comparados aos oito pontos destacados por Ruth Frankenberg (2004). A falta de consciência da própria racialidade oculta um lugar social de vantagem estrutural das sociedades pautadas na dominação racial e protege um ponto de vista privilegiado de uma branquitude controversa e histórica, embora não absoluta e modulada, que guarda uma prevalência de práticas e subjetividades nacionais e normativas. Portanto, o combate à discriminação racial e promoção da igualdade racial só é possível desvelando essa invisibilidade que, muitas vezes, é forjada por questões de classe ou etnia. Embora a categoria branco seja controvertida, claramente o mundo se divide entre os não racializados e os racializados e esses sabem que são por sofrerem discriminação contumaz em diversas situações sociais ao longo da vida.

Combater o racismo, de início, era combater racistas individualmente, como se a falta de informação levasse a tal prática. Contudo, como o tempo, o racismo individual passou ao institucional, denunciando as práticas permanentes em instituições públicas ou privadas. Esses modelos continuaram sendo insuficientes para entender a relação histórica, relacional e complexa, chegando ao racismo estrutural que desvelou porque os efeitos materiais e discursivos persistem ao longo de tempo.

O autor explica que conceito de racismo individual parecia eximir algumas pessoas brancas de tal prática como a injúria racial, ou seja, um crime que ofende apenas uma pessoa negra, mas não o seu grupo. Oliveira cita a pesquisa que constatou que 98% dos brasileiros afirmam existir racismo, mas nenhum aceita que pratica. Na família, essa estatística é explicada pela “proteção histórica”, ou seja, tais familiares fazem parte de um outro tempo, outro mundo, outro contexto. Embora a distância histórica não proteja nenhum branco de reproduzir o racismo, visto sua estrutura social amplamente ramificada. Portanto a conclusão das entrevistas é de que o racismo existe, mas as pessoas brancas não tomam ciência nem da sua racialização nem de seus privilégios, mas acreditam que o combate à discriminação e ao preconceito racial seja uma função exclusiva dos movimentos negros. Portanto, o racismo existe na sociedade, mas na própria família ocorre nos mais velhos, ou seja, há uma amenização pelo tempo, como um passado “mais racista” e um presente “menos racista”. Quanto ao processo de cotas raciais na UFBA há o receio de se perder o próprio privilégio com as cotas sócio-raciais, ou da UFBA ser transformada em uma UNEB, de maioria negra.

Oliveira destaca o fato de que se achar racista é sinônimo de ser nazista, como se fossem pólos opostos: racistas = maus, não racistas = bons, um binarismo citado por Robin Diangelo (2020). A autora explica que o binarismo torna quase impossível falar com pessoas brancas sobre racismo, mais perpetuando que erradicando os fenômenos racistas. Essa falsa dicotomia impede que se veja o racismo como o alicerce da sociedade, moldando identidades, personalidades, interesses e afetos a partir de referenciais brancos. Diangelo esclarece que se me entendo como “não racista”, não há nada que precise fazer para combatê-lo, pensar criticamente como ele se manifesta em nossas próprias vidas, família e sociedade. Se acreditar que estão lhe dizendo que você é má pessoa, toda a sua energia tenderá a ser investida na negação dessa possibilidade e na invalidação do mensageiro, em vez de na tentativa de entender por que o que você disse ou fez seja nocivo. (2020)

Assim sendo, o fato do governo assumir o país como racista na década de 90 e a implementação das políticas públicas a partir dos anos 2000 denota a mudança do

âmbito individual/familiar ao qual o autor pretende apontar, para o âmbito da estrutura social a ser combatida por meio de políticas públicas reparatórias.

Da posição individual, para a posição familiar passou-se para o questionamento das políticas públicas. Portanto, de não ser racista, para ser antirracista, visando combater efetivamente o racismo do próximo, amigo ou familiar. A cobrança da postura diante do racismo foi ampliada.

O trabalho com pesquisa denota as falhas do sistema educacional de um racismo individual invisibilizado no âmbito privado pessoal e familiar para um racismo institucional acadêmico.

O destaque foi o fato de o pesquisador oferecer uma disciplina optativa para os graduandos com ementa baseada em seu projeto de mestrado: psicologia e estudos sobre racismo, com vinte e três inscritos, sendo que vinte cursaram a disciplina completa. Essa iniciativa, de acordo com o autor, marcou a primeira vez que a Psicologia da UFBA teve uma disciplina onde o tema racial era específico.

O autor descreve que a turma apresentou uma composição diversificada: início e fim da graduação, com maioria de raça branca e de alunos do curso de psicologia da UFBA. A maioria relatou ter tido na disciplina o primeiro contato com o tema, sendo que os poucos que tiveram contato anterior, foram externos à faculdade. A maioria também nunca tinha ouvido falar nos estudos críticos sobre a branquitude. Um dos principais livros foi Psicologia Social do Racismo, uma coletânea de textos e pesquisas organizada por Maria Aparecida Bento e Iray Carone, um clássico sobre relações étnico-raciais da Psicologia. A metodologia constou de filme e participação de grupo de estudos de Psicologia e racismo da faculdade, além de debate sobre a implantação das cotas socio-raciais na UFBA. A avaliação foi um seminário e um ensaio.

Os autores mais utilizados pelo pesquisador foram os clássicos das relações étnico-raciais: Guerreiro Ramos, Edith Piza, Iray Carone, Maria Aparecida Bento, Muniz Sodré, Liv Sovik, Ware, Kabengele Munanga, Elisa Larkin, Ruth Frankenberg, para tratar dos estudos críticos da branquitude. Além de muitos autores de língua inglesa e de Serge Moscovici, para falar da teoria psicossocial das representações sociais a abordagem teórico-metodológica utilizada pelo autor para a análise do conteúdo das entrevistas.

O autor foi o primeiro pesquisador sobre branquitude e psicologia após o início das políticas afirmativas socio-raciais brasileiras. Sendo a Bahia, o Estado mais negro do Brasil, e a universidade federal tenha implantado a política de cotas um ano antes da pesquisa, a realidade da percepção da branquitude não causou grande impacto de início. Interessante seria realizar uma pesquisa na mesma universidade nos dias atuais e compará-la a de Oliveira.

O fato dos entrevistados estranharem um psicólogo, mestrando e negro também revela a imagem estereotipada do profissional de psicologia, que vigora no imaginário social, imagem que corresponde ainda hoje às realidades acadêmicas, já que o próprio autor sinaliza como a psicologia baiana seria branca, principalmente na UFBA, considerada mais elitizada que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Outra questão relevante é que o autor trabalha a tese da construção de uma personalidade branca, se aproximando da psicanalista Mônica Capelasso. Embora a psicanálise não tenha sido o seu referencial teórico, o psicólogo social francês Serge Moscovici escreveu sobre as representações sociais da psicanálise, onde a perspectiva do indivíduo prevalece.

Não achar nenhuma diferença entre entrevistados de um curso eminentemente branco, com outro eminentemente negro também é um indicador de que não adianta apenas convivermos com negros ou termos familiares negros, mas precisamos nos familiarizar com a temática, a teoria e nos implicar como sujeitos no desmonte do mito da democracia racial.

Alguns dados são extremamente preocupantes, como o fato do contato com a temática racial, em um curso de psicologia, apenas ocorrer por provocação do próprio pesquisador que se interessou em ministrar uma disciplina em 2006.

> O fato de haver uma escassa produção do tema na Psicologia brasileira revela que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Estas profissionais são produtos de uma sociedade na qual há uma grande dificuldade em abordar o tema das relações raciais para discuti-lo. Acredita-se em uma sociedade desracializada, tendo as tensões e desigualdades raciais existido em tempos passados e se resolvido pela miscigenação. (2007, p. 19)

Donde o autor conclui existir um impedimento de acesso epistemológico ao tema das relações raciais.

Constitui uma marca da violência colocar no outro a responsabilidade pelo seu próprio sofrimento, sendo assim, podemos inferir que o racismo como estruturante da sociedade brasileira, como sociedade com o maior número de negros fora do continente africano e, fundamentalmente, da sociedade baiana como o Estado mais auto-declarado negro do Brasil, ainda assim delegue aos negros a responsabilidade exclusiva de protagonizar o discurso antirracista. Mais relevante é a informação de um curso de psicologia de uma universidade pública que não está atento ao contexto sócio-político no qual se insere, o qual não é privilégio da psicologia baiana, contudo é lá onde o racismo se faz mais presente: onde há mais negros, a psicologia continua mais branca.

Oliveira, como muitos protagonistas da construção racial no Brasil, especificamente na questão da branquitude, convoca os brancos a se implicarem na questão étnico-racial do seu lugar de fala, como pessoas brancas. Para além de assumir o lugar de privilégio, dispor de instrumentos reflexivos que os tornem combatentes antirracistas e não meros expectadores da violência racial.

A pergunta norteadora do autor é: onde estão as etnicidades brancas? Oliveira ressalta a importância dos brancos se implicarem no combate ao racismo dentro das próprias casas, espaços de estudo, trabalho, lazer e na sociedade em geral, deixando a omissão e passividade. Adotando o protagonismo da implicação pessoal e social, onde não cabe mais justificar a ignorância racial pela alienação teórica. Não multiplicar o que é aceito e naturalizado sem questionar, mas estudar um tema tão caro à sociedade brasileira quanto a identidade nacional e a formação de jovens graduandos no que tange às etnicidades e relações raciais.

b) Análise da tese de doutorado: Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo" - Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana:

A tese em psicologia *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, de Lia Vainer Schucman, foi apresentada na área de Psicologia Social na Universidade de São Paulo sob a orientação da professora Leny Sato em 2012. A pesquisadora foi a primeira mulher branca a propor o tema em uma tese após o início da implementação das políticas públicas de ações afirmativas sociorraciais e é uma das mais citadas e convidadas para bancas sobre branquitude no Brasil.

No resumo, a autora se propõe a compreender e analisar como a ideia de raça e os significados acerca da branquitude foram apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo. Utiliza o conceito de branquitude como uma construção socio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

A identificação com a racialização de Schucman ocorre pelo viés da sua etnia judaica, embora sua família e ela própria não pratique o judaísmo nem como cultura, nem como religião. A autora é marcada por sua história familiar de imigrantes fugidos da II guerra mundial, que combateu o nazismo contra o anti-semitismo, tanto que seu mestrado foi sobre esse tema.

Schucman, como a primeira mulher branca, psicóloga pioneira na temática no Brasil, continua sendo um dos mais citados sobre branquitude em todas as áreas e especificamente na psicologia, inclusive pelos demais trabalhos posteriores aqui elencados. Ela é uma referência na atualidade como branca, correspondendo ao destaque de Cida Bento como pioneira e psicóloga negra.

A pesquisadora propõe uma fissura entre a brancura do corpo e o poder identitário da branquitude: pensar a estética como arte da vida, produção e transformação da existência e possibilidade de se ligar ao outro. As fissuras ocorrem pelas relações com significados construídos por sujeitos negros e suas organizações.

Portanto, inexiste uma hegemonia branca ou negra. Contudo, entre os diversos tons de branco e de negro, tanto o poder hegemônico branco quanto a negritude, são demarcados por meio das práticas e subjetividades. Os brancos possuem privilégios para todos os seus signos culturais, enquanto repressão e desqualificação são os signos para as culturas negra, só descriminalizados quando apropriados e branqueados como o samba, a capoeira, a comida, etc.

> Para pensar a branquitude paulistana e sua heterogeneidade um dos fatores que apareceu como significativo para a compreensão das fronteiras, diferenciações e hierarquizações entre os indivíduos brancos foi o fenótipo. A aparência física ligada entre a variação entre cor da pele, cor das mucosas e traços físicos, que incluem cabelo, nariz e boca, apareceu nas falas dos entrevistados e conversas informais diretamente associada a uma ideia de origem e ancestralidade. (2012, p. 83-84)

Dentre as diversas branquitudes brasileiras, a autora se propôs a pensar a paulistana, marcando a heterogeneidade da população branca paulista, mas marcando o fenótipo como marcador dessa desigualdade racial oriunda da ancestralidade.

Sua metodologia também foge à regra apenas das entrevistas, por meio do uso de suas experiências sociais, pela metodologia pós construcionista, como ocorre com a pesquisadora Georgia Marcinik, a qual teve Lia em sua banca. A metodologia pós construcionista propõe as observações livres nos espaços sociais e o diário de campo. Contudo ela permanece no âmbito das construções e desconstruções de sujeitos individuais e suas famílias, ou seja, no campo privado. Já Marcinik liga suas entrevistas individuais ao campo dos feminismos, articulando sujeitos às suas causas, no campo social.

Lia considera o conceito “pacto narcísico”, de Maria Aparecida Bento, como a proteção entre os brancos para o qual o silenciamento, a invisibilidade e o discurso do liberalismo da negação do racismo causa alívio ao exercício da branquitude. A existência do pacto narcísico considera que, tanto no espaço privilegiado do branco o

assunto racismo será blindado, quanto a escusa a enxergar o racismo em seu meio de circulação social, familiar, de amigos ou trabalho, forjando e perpetuando vantagens materiais e simbólicas ao longo da vida. Seja com relação aos afetos ou às conquistas materiais ou de ascensão social.

O estudo foi realizado sobre a branquitude paulista. São Paulo é a cidade que comporta o maior centro econômico brasileiro, constituído por vários tipos de imigração, inclusive a imigração interna de nordestinos, e se autodeclara uma cidade branca (68%). Portanto, o imaginário da cidade de São Paulo, embora construída por nordestinos, é branco, principalmente no que diz respeito a descaracterização dos bairros negros, como o bairro da Liberdade, que se tornou um bairro japonês. As culturas privilegiadas são aquelas dignas de serem lembradas, como o bairro do Bexiga, italiano, transmitindo ao imaginário social que as culturas dos imigrantes brancos são as que perpetuam memórias.

A autora realizou um doutorado sanduíche fora do Brasil, nos EUA, que a possibilitou adquirir uma experiência da branquitude americana. Na universidade ela se viu pela primeira vez racializada. Como não-branca vivenciou o desconforto desse lugar, embora se afirme judia branca no Brasil e saiba que ocupa um lugar privilegiado.

Ao interseccionalizar os conceitos, principalmente de gênero, raça, classe, origem e regionalidade, a autora aponta os privilégios dos moradores de rua brancos, por exemplo. E a geografia paulistana que, como toda capital, concentra os brancos em localizações privilegiadas.

O fato de um morador de rua branco poder satisfazer as suas necessidades fisiológicas de forma muito mais confortável e satisfatória do que um morador de rua negro é apenas um dos exemplos de o quanto a raça é um fator determinante, ainda que a classe seja importante. Morar e poder circular em um local privilegiado agrega valor e qualidade de vida ao ser humano.

Um dos destaques da tese de Lia Schucman é o fato dela diferenciar as branquitudes nas entrevistas, onde as pessoas apresentam percepções diferentes de si e de suas racializações. A autora destaca que, dos catorze entrevistados, dois se mostram dispostos a enfrentar as questões étnico-raciais e se comprometeram com a luta antirracista. O número é muito baixo diante da realidade nacional e da época da pesquisa, já nos anos 2012, demonstrando o quanto precisamos avançar em termos de políticas públicas e o quanto não podemos prescindir delas a espera de “tomadas de consciências individuais”. Sejam elas em termos de autodeclaração de negritude ou de assumir a branquitude e praticar o antirracismo.

Mais do que realizar o reconhecimento do lugar de privilégio Schucman, como todos os demais autores, aponta o caminho da alteridade ou se ver no outro, como a forma de não hierarquizar as diferenças raciais e sim entendê-las como diferenças e não supremacia.

Esse ponto considero fundamental, não como empatia ou solidariedade, mas para se ver no lugar do outro é preciso entender-se, como já exposto nesse trabalho, como branco brasileiro e a branquitude à brasileira. Guerreiro Ramos aponta a branquitude como a patologia social do “branco” brasileiro, Lélia Gonzalez apresenta o conceito de Amefricanidade como a alteridade da branquitude, incorporando a colonização, bem como o conceito de Nego Bispo pindorâmicos, denominação dos povos originários, anterior à colonização. Construir a dobra dessa branquitude brasileira que ao mesmo tempo que reconhece seus privilégios, pode usar tais conceitos para construir essa alteridade mais com os racializados do que nas culturas estrangeiras forjadas nos brancos caucasianos (pai e mãe europeus). Essa branquitude à brasileira, crítica, amefricana, pindorâmica, pode prescindir do seu passado colonial para construir um coletivo das diferenças como potências para o bem viver.

Lia Schucman concorda com Lucio Oliveira quanto à importância de desfazer a lógica da binariedade branco x negro, embora destaque a importância do tripé Gilberto Freyreano: brancos, negros e indígenas, para o imaginário da formação da identidade do povo brasileiro. O tripé freyreano, como diferença de culturas, etnias e formação social brasileira, para além do tripé propriamente dito, visto que as três nomenclaturas são reducionistas coloniais. São mais de 300 etnias indígenas, o colorismo negro, desde as inúmeras etnias de cada país africano até as diásporas e o colorismo branco, ainda não nomeado, senão na tese de Schucman. Portanto,

A bibiografia de Lia Vainer é extensa e variada. Utiliza os autores clássicos dos estudos críticos da branquitude no Brasil e no exterior como Ruth Frankenberg, Von Ware, Edith Pizza, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, Liv Sovik, Lilia Schwarcz, Guerreiro Ramos, Carlos Hasenbalg, W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, entre outros e marca as suas influências pessoais em disciplinas como as dos professores Kabengele Munanga, Antônio Sergio Alfredo Guimarães e seu co-orientador Howard Winant. Em Psicologia utiliza Lev S. Vygotsky, Psicólogo russo da Psicologia cultural-histórica. Na área dos clássicos da filosofia e sociologia utiliza Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin, Theodor Adorno e Hanna Arendt, além do filósofo francês Michael Foucault, para falar da questão do poder.

c) Análise da tese de doutorado: Exercícios da branquitude - O estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros:

A tese em psicologia *Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros*, de Gabriela Balaguer, foi realizada na área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo sob a orientação da professora Maria Luisa Sandoval Schmidt em 2017.

No resumo, a autora afirma que seu trabalho se insere no campo dos estudos críticos da branquitude. Define branquitude como a identidade social que oferece privilégios materiais e simbólicos aos brancos nas sociedades estruturadas na desigualdade racial. Buscou evidenciar as estratégias de sustentação dos privilégios da branquitude na convivência em territórios culturais negros. Considera sua inspiração etnográfica baseada em literatura, história cultural, observações participantes e entrevistas. Buscou apontar como a interação social e cultural dos brancos com os negros em territórios de culturas negras possibilitam invisibilizar a branquitude e a sustentação do privilégio branco, sem provocar necessariamente envolvê-los na luta antirracista. Indica que o primeiro passo para a participação de brancos na luta antirracista em qualquer espaço social e cultural se inicia com a crítica do seu lugar racial. Suas palavras-chave foram: raça, branquitude, racismo e cultura negra.

Podemos destacar a importância do trabalho sob a perspectiva de se pensar a apropriação da cultura negra pela branquitude e a ocupação de espaços e práticas culturais negras sendo protagonizadas e mesmo dominadas por frequentadores majoritariamente brancos. O fato do branco circular livremente tanto pelos espaços brancos quanto pelos espaços negros também é marcante no trabalho. Mais ainda a diferença dos negros não terem nenhuma facilidade de adentrarem os espaços brancos e mesmo não serem aceitos neles.

Há que se destacar o fato do branco reverenciar e se apropriar da cultura negra, mas não possuir nenhum engajamento nas práticas antirracistas ou sobre as questões étnico-raciais. Como ressalta a autora, combater o racismo é tarefa de todos e racializar o branco é fundamental para o combate ao conceito ficcional de raça. Contudo, a interação social e cultural entre brancos e negros, em territórios de culturas negras, possibilita invisibilizar a branquitude e a sustentação do privilégio branco. A questão que a autora nos coloca é: “Como nos colocarmos nesse território ao lado dos negros na luta antirracista, sem com isso recair novamente na soberba da supremacia racial branca, determinando o que, como e quando deve ser a luta dos negros nesses territórios?” (2017, p. 155)

Balaguer se colocou como membro do seu campo de estudos, realizou uma devolutiva das entrevistas e apresentou o resultado do seu trabalho para a leitura dos entrevistados. Essa marca na mudança nas práticas de pesquisa e na visão da suposta “neutralidade científica”, tanto quanto na colocação do entrevistado como “objeto de pesquisa” coaduna com a pesquisa de Georgia Marcinik, que também se inseriu em seu campo de pesquisa.

Realizar uma analogia com o conto de Camus, uma obra literária, também inova e traz elementos desse branco, branquíssimo, o estereótipo perfeito do branco, o estrangeiro, que tem a facilidade de adentrar territórios negros, porque lhe é permitido circular em todos os territórios livremente e se apropriar dos seus simbolismos como “amigo”.

A capoeira é um dos elementos de maior importância dentro da cultura negra e o protagonismo negro nos espaços culturais é resistência, ou seja, espaços de cultura negra com maioria branca ou com líderes brancos são apropriações culturais a serem evitadas por meio da educação em relações étnico-raciais em busca da luta pela redução das desigualdades raciais.

Como referências bibliográficas, a pesquisadora utilizou muitos autores específicos de capoeira angola, candomblé e cultura e o autor base da literatura Albert Camus, bem como os autores clássicos da branquitude como Frantz Fanon, Ruth Frankenberg, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, Edith Pizza, Lia Schucman e Liv Sovik, bem como os clássicos da negritude, Lilia Schwarcz, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, Elisa Larkin, Carlos Hasenbalg, Stuart Hall e Antônio Sérgio Guimarães. Para a perspectiva decolonial utilizou Ramón Grosfoguel e Boaventura de Souza Santos, entre outros filósofos, antropólogos e cientistas sociais.

d) Análise da dissertação de mestrado: A Branquitude e o racismo brasileiro - Uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violentou o negro do Brasil contemporâneo:

A dissertação em psicologia *A Branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violentou o negro do Brasil contemporâneo*, de Mônica Salci Capelasso, Psicóloga branca, foi realizado na área de Constituição do Sujeito e Historicidade na Universidade Estadual de Maringá sob a orientação da professora Ângela Maria Pires Caniato, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a retomar a história do processo de colonização do Brasil por meio de um estudo psicopolítico sobre relações entre portugueses e africanos no país e seus desdobramentos atuais, visto a manutenção do cenário de violência contra o negro após a abolição. Para tal ela utiliza a Psicanálise Freudiana e o conceito de personalidade autoritária e as disposições psíquicas da personalidade do branco que comportam, aderem e reproduzem discursos racistas. As palavras-chave destacadas foram: relações raciais, branquitude, personalidade autoritária, racismo e psicanálise.

É importante comentarmos a escolha pelo uso do termo branquitude, contudo a autora não menciona o termo branquidade e nem o porquê de sua escolha teórica, o que ocorre com a maioria das autoras, bem como utiliza o termo ao longo de todo o texto sem conceituá-lo ou ao seu histórico.

Para a sua construção teórico-metodológica a pesquisadora utiliza, principalmente, os seguintes autores: Carlos Hasenbalg, Marilena Chauí, Lia Schucman, Lilia Schwarcz, Maria Aparecida Bento, Iray Carone, Gilberto Freyre, Laplanche e Pontalis e Sigmund Freud. Sendo a autora que mais usa artigos acadêmicos e dados estatísticos, embora não implique a psicologia na ausência do tema nem de relações étnico-raciais, ou mesmo os psicólogos brancos no tema da branquitude.

O trabalho é eminentemente teórico e seu destaque é para o uso da psicanálise como fundamento que sustenta uma explicação para as construções subjetivas do racismo nos indivíduos, embora a influência histórica perpasse toda a pesquisa teórica. A psicanálise é uma das teorias mais usadas em psicologia, embora não constitua um domínio de psicólogos, sendo a base da maioria das linhas de pensamento clínico existentes.

Os autores relativos aos conceitos de racismo e de branquitude são considerados clássicos das referidas teorias no Brasil. Na questão racial do negro no Brasil vai desde Carlos Hasenbalg, pioneiro na mudança na visão racial brasileira na década de 70, até Lilia Schwarcz. No conceito de branquitude começa com as pioneiras Maria Aparecida Bento e Iray Carone introdutoras do conceito americano no Brasil, no início dos anos 2000, até Lia Schucman, com sua tese de 2012, e da branquitude especificamente na psicologia.

A importância desse estudo é que se trata de uma pesquisa de 2018, em plena ascensão do neoliberalismo com um caráter neofacista e neopentecostal no Brasil e no mundo. A reflexão sobre esse período político-econômico constitui um divisor de águas entre os tensionamentos sobre relações étnico-raciais e as interpretações para

a população brasileira. No que tange ao campo da Psicologia, é fundamental pensar as articulações histórico-subjetivas e a influência das subjetivações no campo social.

Capelasso trabalha com a Psicanálise Freudiana, uma das principais correntes teóricas hegemônicas da Psicologia, e o conceito de personalidade autoritária o qual implica na personalidade do branco que adere e reproduz o discurso racista e trata a indiferença como a forma primitiva do ódio.

A construção histórica que justifica a perpetuação do racismo no Brasil perpassa a relação entre europeus e africanos durante a colonização. A expressão utilizada para a branquitude é a da existência de um acordo tácito entre brancos de não se reconhecerem como parte essencial na permanência das desigualdades raciais do Brasil.

Aponta para um legado inerte da escravidão que constitui os negros por um olhar marginal e a assimetria racial como causa da reprodução do lugar de servidão.

Outra característica do seu trabalho, em termos de política exterior, é ligar o racismo à revolução francesa e internamente demarcar as estratégias pós abolição que visaram manter os negros em lugares subalternos e os descendentes de europeus com privilégios. Sobre a relação com o capital Capelasso afirma que, apesar da escravidão sempre ter existido, a relação não era de acumulação de capital, a mesma relação que o homem branco tem com a terra: transformando pessoas e coisas em mercadorias.

A autora apresenta a democracia moderna como não engajada, individualista, representativa de uma “indiferença polida”, em um processo de socialização que absorve o pensamento hegemônico de um grupo privilegiado que são importantes para pensarmos o ódio que se apresenta, principalmente contra os povos tradicionais, no momento atual, que são grupos oprimidos pela violência de Estado.

A pesquisadora aponta a potencialidade da sociedade brasileira para favorecer traços de personalidade autoritária na população respaldada por ideologias de interesses econômicos dominantes. O fato de internalizar a hostilidade como branqueamento e passividade, demonstra a vulnerabilidade da população branca justificando o combate aos menos favorecidos pelo militarismo e a assimetria racial que beneficia o branco.

> Assim, a classe média branca, possivelmente acreditando se indignar por todos em defesa do Brasil – sobretudo por aparentar desconsiderar as abissais diferenças materiais e simbólicas que possuíam da população negra e pobre -, mais pareceu ser manipulada pelas grandes mídias, que estão submetidas às grandes corporações financeiras internacionais, do que estar lutando de fato por um país melhor. (2018, p. 90)

Capelasso acredita que a resistência se encontra no resgate histórico das desigualdades constitutivas formadoras da nação brasileira como o caminho para a igualdade racial.

Das seis pesquisas elencadas, duas são do Rio de Janeiro, mais especificamente da UERJ e mesma orientadora, Amana Mattos, outros dois são da USP, sendo os cinco de autoria de mulheres brancas e uma de autoria de um pesquisador negro baiano. Capelasso constitui o único trabalho da região sul, do Estado do Paraná, um dos Estados com maiores questões étnico-raciais, visto que a região sul, pelo seu clima, concentrou as maiores colônias de imigrantes europeus do Brasil.

Contudo, a autora não localiza o recorte da branquitude paranaense, como fizeram Lia Vainer e Lúcio Oliveira, que respectivamente trataram da branquitude paulistana e baiana acadêmica. Tendo Lúcio se aproximado mais da questão para a Psicologia, por ter entrevistado estudantes do curso e ter ministrado uma disciplina. Capelasso aborda a branquitude brasileira de uma forma geral.

O trabalho de Capelasso se detém ao período colonial e pós abolição, justificando historicamente o racismo atual da sociedade brasileira, como ela mesma propõe, apostando em um resgate histórico.

e) Análise da dissertação de mestrado: Branquitude nos movimentos feministas - Uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas:

A dissertação em psicologia *Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas*, de Georgia Grube Marcinik, foi realizada na área de Psicologia Social, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro sob a orientação da professora Amana Rocha Mattos, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a investigar e analisar a branquitude nos movimentos feministas através da intersecção gênero e raça, os processos de racialização e subjetivação da pessoa branca e a localização das pessoas brancas nas lutas antirracistas nos feminismos e as lógicas hegemônicas raciais intragênero nestes contextos.

Relata que a abordagem interseccional e descolonial partiu de produções e epistemologias dos feminismos não hegemônicos e estudos críticos da branquitude, aproximando-se das mulheres negras.

A sua pesquisa de campo ocorreu por meio da observação participante nos diversos eventos e espaços feministas de lutas antissexistas e de cinco entrevistas

semiestruturadas com mulheres identificadas como brancas e feministas dispostas a dialogar sobre sua condição racial e privilégios. Para tal, buscou delimitar três eixos norteadores para análise dos dados: movimentos feministas; processos de subjetivação e racialização de feministas brancas e branquitude nos movimentos feministas. Refletiu sobre as dificuldades de aproximação entre feminismo hegemônico e não hegemônico e o desconforto racial. Desejou entender como se dão os processos de subjetivação e racialização das feministas brancas e como o conceito de branquitude ajuda a pensar lógicas hegemônicas.

A pesquisadora dividiu o trabalho em três capítulos além da introdução e das considerações finais: Branquitude: um problema dos/nos movimentos feministas? Perspectivas feministas periféricas sobre as relações raciais intragênero; Branquitude: um conceito transversal nos feminismos - reflexões e inquietação sobre os estudos críticos da branquitude e Percursos metodológicos de uma pesquisa ativista: analisando a branquitude nos movimentos feministas.

Sobre as referências bibliográficas é importante destacar que a autora teve como marca fundante de sua pesquisa sobre branquitude e feminismos a leitura e interpretação de autoras mulheres, principalmente as brasileiras, estadunidenses e as autoras latinas e caribenhas, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Ângela Davis, Kimberle Crenshaw, Bell Hooks, Maria Lugones Chandra Mohanty, Ochy Curiel, Yuderkis Espinosa-Minoso, Gloria Anzaldua, etc. Além das clássicas autoras do tema branquitude como Vron Ware, Lia Schucman, Liv Sovik, Maria Aparecida Bento, Iray Carone e Ruth Frankenberg, A marca diferencial do seu trabalho foi o destaque para as autoras latinas.

Na bibliografia ela cita influências pessoais de aulas que frequentou das professoras Giovana Xavier, Fátima Lima, bem como a sua própria orientadora Amana Mattos. A aposta é em feminismos não hegemônicos, principalmente negros, interseccionais, periféricos e decoloniais, como marcas de epistemologias oprimidas e invisibilizadas. Sua marca é trabalhar com o termo mulheres racializadas, apontando que nem todas o são. Pontua que o simples fato de as feministas brancas aprenderem sobre o conceito na teoria, já demonstra um privilégio que as racializadas não possuem, de estarem à margem e terem que aprender com suas próprias vivências. Propõe a compreensão das opressões de gênero e raça como interseccionais e não paralelos na perspectiva intragrupo.

> Felizmente não somos iguais. Os discursos das entrevistadas, assim como a minha passagem em espaços feministas, tornaram explícita certa dificuldade na compreensão disso, principalmente quando o marcador social da raça é constantemente silenciado e suprimido. Se a questão da raça não é pautada na maioria dos espaços feministas, e se existe o discurso de que o feminismo negro “segregaria” o

> movimento, é porque o mesmo sistema hegemônico de branquitude que existe socialmente tem sido perpetuado e operado por feministas brancas, propositalmente ou não. (2018, p. 87)

A marca do seu trabalho como ativista trouxe a questão interseccional e o feminismo para a sua prática acadêmica, não só observando grupos feministas, como entrevistando feministas, sendo entrevistada em uma implicação intrínseca ao próprio trabalho genuína e pouco convencional para uma pesquisa acadêmica, bem como escolhendo trabalhar apenas com autoras mulheres e se comprometendo com uma escrita feminista.

Uma das questões que a autora coloca para as pessoas brancas é de como horizontalizar privilégios materiais e simbólicos e desconstruir relações hierarquizadas de poder. Uma das estratégias que a autora apresenta para uma prática antirracista é saber ouvir pessoas negras e dialogar com pessoas brancas.

O ponto comum com os demais pesquisadores é de que se faz necessário racializar pessoas brancas. O ponto específico do trabalho dos feminismos seria desconstruir o modelo dominante de mulher cis, hetero, branca do feminismo hegemônico importado da Europa reproduzido na estrutura de relações de poder intragênero. Romper com a perspectiva universalizantes das mulheres e seus estereótipos abrindo caminho para as múltiplas identidades para se realizar políticas grupais, por meio da descolonização do poder-saber como tarefa prática.

Marcinik foi a única autora a só usar mulheres em sua bibliografia, o que representa um diferencial no trabalho feminista, ainda mais sendo mulheres negras, latinas e caribenhas. Outro diferencial marcante foi ela própria fazer parte da pesquisa como entrevistada, demonstrando cada vez mais as mudanças nos trabalhos acadêmicos e as alterações do modelo positivista entre sujeito e objeto de pesquisa, como já mencionado.

f) Análise da dissertação de mestrado: Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social*:*

A dissertação em psicologia *Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social*, de Luciana Maciel Henriques, foi realizada na área de Psicologia Social, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Amana Rocha Mattos, em 2018.

No resumo a autora se propõe a pesquisar acerca das relações raciais junto à atuação do psicólogo social no combate ao racismo a partir do dispositivo branquitude. Sendo branquitude uma hegemonia branca que potencializa e reproduz o racismo no

Brasil do século XXI. Pretendeu realizar uma análise crítica por meio da revisão histórica das relações raciais no Brasil, como construção social de hierarquia de raças, criada pelos europeus a partir do colonialismo. Discorreu sobre os conceitos de raça, racismo, relações raciais, os estudos críticos da branquitude e as interlocuções com a Psicologia Social. Por meio de uma postura ativa nos estudos e participativa nas lutas contra as desigualdades sociais do Brasil, visando a desconstrução da hegemonia branca na sociedade brasileira. Utilizou as seguintes palavras-chave: Branquitude, Raça, Racismo, Relações raciais e Psicologia Social.

Os autores para fundamentar o conceito de branquitude foram os clássicos Vron Ware, Ruth Frankenberg, Liv Sovik, Edith Piza, Isildinha Nogueira, Lourenço Cardoso, Iray Carone, Maria Aparecida Bento. Cita dois trabalhos que também elencamos: o de Lúcio Oliveira, da Bahia e o de Lia Schucman de São Paulo. Sendo Lia colocada como uma de suas maiores referências.

Sobre negritude, a pesquisadora abordou os clássicos Oracy Nogueira, Neuza Santos, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga, Octavio Ianni, Frantz Fanon, Florestan Fernandes, Petrônio Domingues. Para a bibliografia específica o destaque foi para o clássico da Psicologia Social Maria Helena Souza Patto e para Antônio Gramsci.

A pesquisa buscou entender historicamente tanto a questão das desigualdades sociorraciais brasileiras, quanto o papel da psicologia para combater o racismo estrutural: “por que entender sobre branquitude é importante para a Psicologia atualmente?” (2018, p. 58). Henriques reforça a construção do modo de subjetivação hegemônico: “... o modo de subjetivação que um sujeito constrói através de uma estrutura hegemônica, é um modo de subjetivação bastante sólido e naturalizado, pois são aprendizados culturais, de longa data, e sua desconstrução demanda também um longo prazo” (2018, p. 59).

A autora ressalta a dificuldade, principalmente de psicólogas brancas, de se posicionarem em relação às questões étnico-raciais e os sofrimentos causados à população pela ignorância desses profissionais.

Henriques analisa a história da psicologia, de início, como promotora de uma “adaptação social”, da visão do homem como universalista em termos raciais, da oposição branco sujeito e negro objeto e o descolamento posterior desse campo por meio da atuação junto às comunidades e aos povos latino-americanos ampliando a possibilidade de atuação mais democrática.

Contudo, a autora lembra que está falando sobre o século XXI e que o próprio sistema dos conselho demorou a se pronunciar sobre a questão étnico-racial.

> Pode-se considerar que a atuação do profissional de Psicologia demanda novas posturas em sua prática e, dessa forma, considerar que o imaginário social pode tanto reproduzir exclusões quanto reproduzir uma universalização da humanidade, significa que a formação da Psicologia está também estruturada a partir dessa lógica hegemônica atualmente, demandando mudanças. (2018, p. 63)

A pesquisadora frisa ainda a deficiência na formação acadêmica profissional de psicólogas, visto que o racismo causa inúmeros sofrimentos psíquicos. Destaca a desresponsabilização, principalmente das psicólogas brancas, quanto à implicação étnico-racial, visto a produção acadêmica ainda escassa nessa área.

Considerações Finais:

> Dentro do capitalismo não há solução para a vida; fora do capitalismo há incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior que a certeza da extinção. É tempo de inventar, é tempo de ser livre, é tempo de viver bem.
>
> Ana Esther Ceceña

> “O povo que desconhece sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”.
>
> Marcus Mosiah Garvey

O presente estudo se propôs a realizar o Estado da Arte de produções acadêmicas de psicólogas brasileiras em pós-graduações brasileiras, nos mestrados e doutorados, sobre o conceito de branquitude e o branco brasileiro de 2003 a 2018. O desejo foi compreender como as políticas públicas de ações afirmativas sócio-raciais influenciaram na propagação do estudo e do conceito de branquitude na Psicologia, como as psicólogas brasileiras trabalharam a racialização do branco brasileiro em suas pesquisas acadêmicas, bem como a construção do conceito de branquitude à brasileira como correlato do racismo estrutural no Brasil. Como esse conceito foi assimilado, entendido e reproduzido no Brasil e qual o papel e a contribuição política da psicologia na construção racial do país, no combate às desigualdades raciais e na luta antirracista.

As pós-graduações brasileiras tiveram início no Brasil na década de 1960, expandindo mestrados e doutorados em plena Ditadura Militar. Inicialmente o público era branco das classes médias e elites, com um ensino sob um modelo importado anglo-eurocentrado.

No período de 2003 a 2014, em regime democrático, ocorreu a ampliação dos campus universitários públicos, buscando promover o maior acesso das classes populares e subalternizadas às universidades, por meio de inúmeras políticas públicas de ações afirmativas socio-raciais. A representatividade populacional da diversidade brasileira visa proporcionar uma pluralidade de temas e epistemologias buscando a pluriversidade ou a representatividade mais ampla das populações formadoras da sociedade brasileira.

A psicologia surge e se expande nesse contexto de Ditadura Militar, pautada em teorias norte-americanas e europeias. O conceito de branquitude surge na década de 1990, nos EUA, com Ruth Frankenberg. A introdução do tema no Brasil ocorreu pré-políticas públicas afirmativas étnico-raciais, pela pesquisadora Edith Piza, em 2000, por meio de seus seminários e publicações.

O tema das relações raciais, mesmo sob a especificidade do conceito de branquitude, contou com o protagonismo dos pesquisadores negros. A primeira publicação de referência na área surge em 2002, Psicologia Social do Racismo, coletânea de textos e pesquisa organizada por Maria Aparecida Bento e Iray Carone, da USP, referência até hoje.

O primeiro trabalho acadêmico após as implementações de políticas públicas afirmativas étnico-raciais foi a dissertação de Lúcio Oliveira, um psicólogo negro do Estado auto-declarado mais negro do Brasil, a Bahia, em 2007, cinco anos depois da publicação de Bento e Carone.

Em 2012, mais cinco anos depois, uma psicóloga branca adentra o cenário racial na USP, atravessada por sua vivência de judia. Lia Vainer Schucman é hoje um dos nomes nacionais mais citados, seu trabalho é a maior referência contemporânea, pós políticas afirmativas étnico-raciais. A autora participa de diversas bancas pelo país, inclusive de algumas das pesquisas aqui elencadas e desdobrou seu trabalho em pós doutorado em relações interraciais.

Constatei que até 2018 os estudos sobre psicologia e branquitude ainda são escassos. No geral, a quantidade de trabalhos com o termo branquitude do branco brasileiro vem crescendo a partir da última década, mais especificamente da tese de Lia Vainer Schucman, em 2012. Contudo, a formação de psicólogas ainda não abrange o tema de relações étnico-raciais, embora mais da metade da população brasileira se declare negra e o racismo seja um problema estrutural.

De 2012 a 2017, mais cinco anos de ausência, surge a tese de Gabriela Balaguer, também na USP. As três pesquisas finais foram realizadas em 2018 de Monica Capelasso, da UEM, Georgia Marcinik e Luciana Henriques, na UERJ. Cinco mulheres, psicólogas brancas que convidam psicólogas a pensar sobre um tema fundamental para a construção da cidadania brasileira e trazem a perspectiva de que cada vez mais psicólogas brancas possam refletir sobre os estudos críticos da branquitude e a importância das pessoas brancas no combate ao racismo e à ideologia dominante da branquitude.

Importante destacar a ausência de psicólogos homens brancos sobre o tema da branquitude. A representatividade e o engajamento de homens brancos que trabalhem com a construção das subjetividades, nas lutas e cotidianos antirracistas

são fundamentais, embora homens na psicologia representem apenas 11% dos profissionais da categoria.

O trabalho de escrita representa o recorte de um momento, uma fotografia, um retrato temporal do olhar e bagagem de quem escreve e de como as teorias se apresentaram naquele momento, do lugar do qual escreve. O lugar de onde se escreve reflete o que se conseguiu enxergar do recorte temporal da pesquisa. Não há neutralidade na pesquisa e no tema escolhido que nos atravessa. Esse fato foi destaque em todas as pesquisas apresentadas.

A contribuição da psicologia quanto à branquitude à brasileira representa uma das formas de colaborar no combate ao racismo no Brasil, fruto das desigualdades raciais. O acolhimento à população brasileira, em sua maioria autodeclarada negra, prescinde de psicólogas preparadas para lidar com a diversidade humana, especialmente a racial. Uma formação que pensa um ser humano homogêneo e dominante, como subjaz na maioria das linhas de atuação clínicas, dos trabalhos acadêmicos e demais práticas psicológicas, não representa a diversidade e desigualdade brasileiras.

As seis pesquisas, a maioria baseada na abordagem social, constituem importantes trabalhos políticos de denúncia do racismo à brasileira, refletindo sobre a ausência do tema étnico-racial na psicologia. As psicologias plurais dos saberes instituídos, como psicanálise e demais abordagens, podem e devem contribuir para as questões étnico-raciais. As pesquisas no campo acadêmico estão a cargo de pesquisadores eminentemente de universidades públicas, fato que não destoa do campo das relações étnico-raciais. As universidades públicas constituem em importantes centros de pesquisa técnico-científicas, embora o interesse seja que a questão transcenda o campo acadêmico.

A pesquisa em Estado da Arte representa o olhar temporal do pesquisador sobre o tema, requer a sua continuidade e pode ser comparativo a uma época anterior, portanto, esse levantamento pode servir para futuros pesquisadores no campo das relações étnico-raciais.

Contudo, os resultados apresentados nesta pesquisa correspondem a números aproximados do período selecionado, visto a dinâmica dos sites de busca. Ainda que estejamos empenhados em buscar as fontes mais diversas dos bancos de dados disponíveis não podemos afirmar que esgotamos o assunto. Pode ocorrer de aparecerem novos trabalhos que tenham escapado à nossa pesquisa ou que sejam inseridos posteriormente ao ano de 2019.

O banco de dados da CAPES, por exemplo, discrimina as teses e dissertações que são anteriores ao ano de 2014, quando a plataforma foi inaugurada e não

disponibilizam tais trabalhos. Portanto, acredito que o marco de 2014 facilite a pesquisa para futuros acadêmicos.

Nenhuma ferramenta de busca é totalmente eficaz. O site da CAPES muitas vezes não atende às expectativas de geração de dados específicos, demandando um refinamento na busca, visto que as palavras-chave/conceitos alcançam a literalidade do seu significado. As “palavras-chave” nem sempre nos levam exatamente ao que pretendemos, ao contrário, nem sequer os títulos das obras correspondem às palavras ou correspondem na literalidade que elas representam, ou seja, o branco enquanto cor e não identidade racial. Os sites são atualizados pelas próprias instituições de ensino superior que fornecem os dados e muitas vezes demoram a atualizá-los.

Como vimos, a psicologia possui autoras negras consagradas no campo das relações étnico-raciais: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, embora estejam invisibilizadas nas formações profissionais. Portanto, outra forma de contribuir para uma formação antirracista é ler e divulgar psicólogas que estudam relações raciais, como os seis trabalhos aqui apresentados.

Robin Diangelo (2020) identifica duas formas de resistências ao combate ao racismo: as afirmativas daltônicas, não enxergam raça ou cor, logo, sou imune ao racismo; e a valorização da diversidade ou celebratório da cor, tendo relação de simpatia e afeto com pessoas de cor, portanto, estou livre do racismo. Ambas isentam a pessoa de qualquer responsabilidade ou participação no problema, situando-a como boa, promovem o fim da discussão.

Os sujeitos têm necessidades distintas e as subjetividades e socializações produzem diferenças nas relações: não tratamos todos iguais. Essas diferenças que criam desigualdades devem ser assinaladas e problematizadas. Conforme Djamila Ribeiro (2019) reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo, portanto, não podemos temer as palavras: branco, negro, racismo e racista, visto que a palavra não pode ser um tabu e devemos duvidar do que parece “natural”. A proposta da autora é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, pois a culpa leva à inércia, mas a responsabilidade leva à ação e não recusar enfaticamente a hipótese de ter um comportamento racista: estar atento às nossas próprias atitudes e dispostos a enxergar privilégios, assim como pesquisar, ler o que foi produzido sobre o tema por pessoas negras, do passado e do presente.

O presente trabalho se propôs a rever o passado brasileiro, da psicologia e do termo branquitude visando assinalar os precursores no tema e como se deu a evolução do conceito da branquitude no Brasil e como as psicólogas se apropriaram do conceito e o desenvolveram. O resgate de importantes teóricas nacionais e internacionais como Frantz Fanon, Aimé Cesaire, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura,

Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, Virgínia Bicudo e Lélia Gonzalez, entre outras, visa assinalar a existência pregressa da episteme, quanto as atuais e permanentes autoras contemporâneas como a própria Lia Schucman e Lúcio Oliveira, precursores acadêmicos contemporâneas.

À psicologia, como campo de produção de subjetividades e socialização, compete estar atenta aos movimentos sociais, as interseccionalidades de classe, gênero, raça, sexualidade, capacitista e geracional, entre outros, visando a promoção do Bem Viver.

O racismo é estrutural e estruturante, é um sistema social entranhado na cultura e nas instituições. Todos somos potenciais reprodutores dele. A branquitude brasileira sofre de uma “patologia social” de identificação com o colonizador/agressor. Alteridade é a capacidade de olhar o semelhante como diferente: pindorâmico, ameríndioafricano e acreditar na potência das pluriversidades. Os movimentos sociais e as novas epistemologias decoloniais podem se constituir como instrumentos potentes para o combate ao racismo como desconstrução permanente.

Lélia Gonzalez propõe um olhar amefricano, partindo dos conhecimentos de nós mesmos, enquanto americanos, oriundos de uma Améfrica Ladina. A pindorama, termo que Nego Bispo cunha para sugerir uma linguagem contracolonial, identifica a terra e os moradores antes da chegada dos colonizadores. Aos saberes orgânicos, Bispo denomina aqueles dos povos contracoloniais, sempre forjando uma resistência ao saber sintético hegemônico do colonizador. O autor propõe o resgate dos saberes populares e ancestrais, por meio da biointeratividade, ao longo da vida, conhecimentos muitas vezes desqualificados pela academia anglo-eurocentrada, de conceitos e autores importados. Uma convivência diversificada e um ambiente diverso estimula a criatividade, contribuindo com o exercício da democracia.

A psicologia continua branca, estudando um ser humano único, universal, um currículo hegemônico, com autores homens brancos. Poucas psicólogas pesquisam relações étnico-raciais e contribuem para uma formação acadêmica plural e que reflita a realidade sócio-racial brasileira. O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos. O próprio sistema de conselhos se pronunciou tardiamente sobre o tema.

Como saber politicamente construído, a psicologia precisa atender às demandas locais e regionais com urgência, conectando-se às comunidades e movimentos sociais, trabalhando coletivamente. Os conhecimentos populares, tradicionais, muitas vezes são considerados leigos, por serem indígenas, femininos, negros, camponeses, ribeirinhos, etc. Pensar essas epistemologias fora dos espaços de subalternidade em relação aos conhecimentos hegemônicos: acadêmicos,

científicos, adquiridos de povos estrangeiros é pensar pluriversalmente as psicologias possíveis: negras, africanas, ameríndias, indígenas, amefricanas, brancas, latinas, chicanas, orientais, indianas, pindorâmicas, etc. A compreensão de que viver em uma sociedade mais justa e democrática é um benefício coletivo para o bem-viver é fundamental. Lutar por reparação histórica por meio de políticas públicas tem demonstrado ser o caminho mais eficaz para reduzir as desigualdades sócio-raciais e as psicólogas devem participar da elaboração dessas políticas públicas visando o bem-estar coletivo.

Referências:

ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. **A Pós-graduação No Brasil: História De Uma Tradição Inventada**. **Tese (Doutorado em Educação).** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. 213 p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Viritiana Aparecida de e SOUZA, Nelson Rosário de. **Trajetória dos argumentos sobre as ações afirmativas: Da Marcha Zumbi dos Palmares à Conferência de Durban. Sociologias Plurais.** Curitiba, v. 1, nº 2, p. 271-290, ago., 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64772/37699>. Acesso em: 18/02/2021.

ALVES, Luciana. **Significados de ser branco - a brancura no corpo e para além dele. Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 193 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-153851/publico/LUCIANA_ALVES.pdf>. Acesso em: 18/02/2021.

BALAGUER, Gabriela. **Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento** Humano**).** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. p.

BAPTISTA, Luiz Olavo. A ONU faz 50 anos: e agora?. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 9, n. 25, p. 187–197, set./dez., 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a15.pdf>. Acesso em: 18/02/2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades. **Revista Educação & Sociedade.** Campinas, v. 36, nº 131, p. 361-390, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

BASTOS, Janaina Ribeiro Bueno. **Da história, das subjetividades, dos negros com quem ando": um estudo sobre professores brancos envolvidos com a educação das relações etnicorraciais. Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. 168 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14122015-163310/publico/JANAINA_RIBEIRO_BUENO_BASTOS_rev.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

BBC. **Famílias pobres brasileiras levariam 9 gerações para alcançar renda média, diz OCDE**. 15/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/familias-pobres-brasileiras-levariam-9-geracoes-para-alcancar-renda-media-diz-ocde.ghtml>. Acesso em: 19/02/2021.

BBC. **Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego.** 10/09/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/10/mulheres-

sao-maioria-nas-universidades-brasileiras-mas-tem-mais-dificuldades-em-encontrar-emprego.ghtml>. Acesso em: 19/02/2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos.** Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, p. 247-273, out., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n2/a02v24n2.pdf>. Acesso em: 05/10/2020.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista.** n. 12 Curitiba, nº 12, p. 153–165, jan./dec., 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>. Acesso em: 18/02/2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em: 12/02/2021.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, 1988.

BRIGHENT, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos.** Florianópolis, v. 16, nº 32, p. 103 – 120, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103/pdf_33>. Acesso em: 12/02/2021.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de e FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidências**. Araxá, v. 7, p. 237-250, jan./dez., 2011. Disponível em: <https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

BRYLOWSKI, Laura Rose. **Como a teoria da branquitude influenciou pesquisadoras brancas entre 2012 e 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais)**. Centro Federal de Educação Tecnológico Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2018. 99 p. Disponível em: <http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/115_Laura%20Rose%20Brylowski.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

CAMPOS, Fernando Barbosa. Resistência e Luta: A influência dos Movimentos Negros na Criação de Leis e Políticas Públicas Educacionais no Brasil. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. Centro Universitário do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2018.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias.** Porto Alegre, v. 14, no. 31, p. 94-119, set./dez., 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf. Acesso em: 01/11/2020.

CANÔNICO, Marco Aurélio. **Mulheres, pardas ou negras, com 21 a 30 anos de idade são maioria no Enem 2019.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/enem-e-vestibular/mulheres-pardas-ou-negras-com-21-30-anos-de-idade-sao-maioria-no-enem-2019-23809543>. Acesso em: 19/02/2021.

CAPELASSO, Monica Salci. **A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítca sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Psicologia)**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018. 99 p. Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/arquivos-2019/PPI_2018%20Monica.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações etnicorraciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis.** Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018. 178 p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58134/R%20-%20D%20-%20CINTIA%20CARDOSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01/11/2020.

CARDOSO, Lourenço e MULLER, Tânia Mara Pedroso. (org.) **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**, Curitiba: Appris, 2017.

CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). Dissertação (Mestrado em Sociologia).** Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008. 231p. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão & Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 18, nº 1, p. 46-76, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>. Acesso em: 19/02/2021.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. **O branco diante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2014. Disponível em: <http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3146>. Acesso em: 01/11/2020.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **Conectas Direitos Humanos**. São Paulo, v. 15 nº 28, p. 127 – 137, jul., 2019. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>. Acesso em: 19/10/2020.

CFP. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, 2017.

CHAUVIN, Jean Pierre**.** Bastidores da Conjuração Baiana de 1798. **Topoi.** Rio de Janeiro, v. 20, nº 42, p. 848-854, set./dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v20n42/2237-101X-topoi-20-42-848.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

CONCEICAO, Willian Luiz da. **Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. 215 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180902/349151.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01/11/2020.

COURANT, Ansel Joseph. **Conscientização branca em espaços de capoeira: percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos).** Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. 232 p. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28602/1/Ansel%20Courant_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

CRENSHAW, Kimberle. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

.

CRP 3ª Região. **Guia de Referência Psicologia e Relações Raciais.** Bahia, 2015.

CRUZ, Joice Mari Ferreira da. **"Limpeza, poder e privilégios": marcas da branquitude entre docentes da educação básica. Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade Luterana do Brasil. Canoas, 2018. ___ p. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM258.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ Zudia.** São Paulo, v. 6, nº 2, p. 201-218, abr./jun., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ss/v6n2/04.pdf>. Acesso em: 02/02/2021.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista sejamos antirracistas.** São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 13, nº 39, p.517-596, set./dec., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>. Acesso em: 02/02/2021.

DUARTE, Paulo César. **Os Afro-descentes e as Políticas de Inclusão no Brasil: A Marcha Zumbi dos Palmares e a Lei 10639/03.** Disponível em:< http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/os-afro-descentes-e-as-politicas-de-inclusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03_1418917373.pdf>. Acesso em 27/09/2019.

ECODEBATE. **Racismo e 'branquitude' na sociedade brasileira. Entrevista com Lia Vainer Schucman.** Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/02/06/racismo-e-branquitude-na-sociedade-brasileira-entrevista-com-lia-vainer-schucman/>. Acesso em 28/07/2019.

EL PAIS. **América Latina é a região mais letal para as mulheres.** 27/11/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html>. Acesso em 27/09/2019.

ESPINHA, Tatiana Gomez. **A Temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação. Tese (Doutorado em Educação).** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Hesdras Sérvulo Souto de Siqueira Campos e SOBREIRA, Juazer Caesar Malta Sobreira. **Negro, Escravo e Muçulmano: um Breve Estudo da Influência Islâmica na "revolta dos Malês".** Revista de Teologia e Ciências da Região da UNICAP. Recife, v. 1, nº 1, p. 141 – 152, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/10/53>. Acesso em: 02/02/2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. Curitiba, v. 22, nº 28, p. 17-36, jul./dez., 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

FERNANDES, Danielle Fagundes; BRAGA, Fernanda Archanjo Ferreira; SANTOS, Khener Luian Chaves e LIMA, João Paulo Borges de. A Persistência da Teoria do Criminoso Nato de Lombroso na Sociedade Brasileira. **Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas Vianna Júnior.** Juiz de Fora, v. 10, p. 81–95, ago., 2018. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/jornal2018/Art-4-Lombroso.pdf>. Acesso em: 02/02/2021.

FERNANDES, Florestan, **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas "Estado da Arte". **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, nº p. 257-272, ago., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

FLÁVIO, Ângelo. Abdias Nascimento: uma Utopia Possível - Um artista cuja história revela um agente produtor de sentidos que desloca e desinterioriza o sujeito frente ao espelho do seu tempo. **Repertório**. Salvador, nº 17, p. 190-194, ago./dez., 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5730/1/5740-15725-1-PB%5b1%5d.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** 48ª edição, Pernambuco: Global Editora, 2003.

FIGUEIREDO, Angela. A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado.** Brasília, v. 30, nº 1, p. 11–16, jan/abr., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00011.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

G1. **Brasil tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT.** Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>. Acesso em: 12/02/2021.

G1. **Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU.** 09/12/2019. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 12/02/2021.

GARCIA, Maria Fernanda. **Massacrada, população indígena representa menos de 0,5% do país.** 24/04/2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/populacao-indigena-representa-menos-de-meio-por-cento-do-pais/> Acesso em: 19/02/2021.

GELEDES. **A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: Violências e Violações.** 30/09/2016. <https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/>. Acesso em: 12/02/2019.

GELEDES. **Hoje na história, 1931, 80 anos da frente negra brasileira**. 16/09/2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1931-80-anos-da-frente-negra-brasileira/>. Acesso em: 15/06/2019.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)**. 276 f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/10/2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador.** Belo Horizonte, 2018.

GOMES, Irene e MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. **Retratos. A Revista do IBGE.** Rio de Janeiro., nº 11, p. 14-18, mai.,2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 05/01/2021.

GONCALVES, Marcia Maria Santana. **As alquimias da brancura: análises de performances da branquidade na série de TV breaking Bad. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais).** Centro Federal de Educação Tecnológico Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018. 122 p. Disponível em: <http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/117_M%C3%A1rcia%20Maria%20Santana%20Gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

GONÇALVES, Rosângela Cristina. Quinze anos da lei 10.639/03 Avanços e Retrocessos. **Revista Iberoamericana Patrimônio Histórico-Educativo**. Campinas, v. 4, nº 2, p. 434-439, jul./dez.,2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9762/5161>. Acesso em: 08/10/2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 14, nº 39, p. 103-117, fev./1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

HALL, Stuart. **Raça, o significante flutuante.** Conferência de 1995 (Race, the Floating Signifier) Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 02/03/2019.

HENRIQUES, Luciana Maciel. **Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social).** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 91 f.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional.**

Florianópolis, v. 19, nº 1, p. 7-17, jan./jun., 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 18, nº 50, p. 21-30. jan./jun., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

INEP. **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira.** 08 de Março de 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206#:~:text=Dados%20do%20Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,matriculados%20em%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 19/02/2021.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Balaiada: construção da memória histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-76, jan./jun., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a03v24n1.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

JESUS, Camila Moreira de. **O privilégio da brancura na escola pública: uma etnografia no colégio estadual Edvaldo Brandão Correia em Cachoeira – BA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento).** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2014. 121 p.

KHALFA, Jean e YOUNG, Robert J. C. (org.) **Alienação e Liberdade – escritos psiquiátricos – Frantz Fanon.** Coleção Explosante. Editora Ubu. 2020.

LACERDA, Nara. **Desmatamento na Amazônia em 2020 já é o maior dos últimos 12 anos.** 30/11/020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/30/desmatamento-na-amazonia-e-o-maior-dos-ultimos-12-anos>. Acesso em: 19/02/2021.

LABORNE, Ana Amelia de Paula. **Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. Tese (Doutorado em Educação).** Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. 156 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9TDHHV/1/tese_final_revisada_anadez.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

LOPES, Joyce Souza. **Lugar de branca/o e a/o "branca/o fora do lugar":** Representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre **negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA. Dissertação (Mestrado em Antropologia).** Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016. 254 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/28554726/LUGAR_DE_BRANCA_O_E_A_O_BRANCA_O_FORA_DO_LUGAR_Representa%C3%A7%C3%B5es_sobre_a_branquitude_e_suas_possibilidades_de_antirracismo_entre_negra_os_e_branca_os_do_no_Movimento_Negro_em_Salvador-BA_DISSERTA%C3%87%C3%83O_-_Joyce_Souza_Lopes_> Acesso em: 08/10/2020.

MACHADO, Eliana Sambo. **Branquitude, gênero e performatividade no discurso de mulheres brancas acadêmicas. Dissertação (Mestrado em Letras: estudos da linguagem).** Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2016. 195 p. Disponível em:<https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6569/1/DISSERTA%C3%87

%C3%83O_BranquitudeG%C3%AAneroPerformatividade.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 14, nº 41, p. 141–158, out., 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1756.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

MARCINIK, Georgia Grube. **Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 115 f.

MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos estudos CEBRAP.** São Paulo, n. 74, p. 107-123, mar., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

MATOS, Telma Sara Q. Formação de Professores: **Diálogos entre a Educação Física e a Psicologia. Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2015. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/329/5/Dissert%20Telma%20S%20Q%20Matos.pdf>. Acesso em 19/02/2021.

MENEZES, Celso Viana Bezerra de. Gilberto Freyre: E o mito se faz história. **Revista Mediações**. Londrina, v. 5, nº 2, p. 177-184, jul./dez., 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9187#:~:text=Este%20trabalho%20n%C3%A3o%20pretende%20fazer,primeiras%20d%C3%A9cadas%20do%20s%C3%A9culo%20XX>. Acesso em: 08/10/2020.

MIRANDA, Claudia. **Narrativas Subalternas e Políticas de Branquidade: O Deslocamento de Afrodescendentes como Processo Subversivo e as Estratégias de Negociação na Academia. Tese (Doutorado em Educação)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. 242 p.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. **Perspectivas de rappers brancos/as Brasileiros/as sobre as relações raciais um olhar sobre a branquitude. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade).** Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2015. 180 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/19946731/PERSPECTIVAS_DE_RAPPERS_BRANCOS_AS_BRASILEIROS_AS_SOBRE_AS_RELA%C3%87%C3%95ES_RACIAIS_um_olhar_sobre_a_branquitude>. Acesso em: 08/10/2020.

MOREIRA, Matheus e DIAS, Tatiana. **O que é 'lugar de fala' e como ele é aplicado no debate público.** 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-é-'lugar-de-fala'-e-como-ele-é-aplicado-no-debate-público>. Acesso em: 19/02/2019.

MBEMBE, Achille. **A Era do Humanismo está Terminando.** Revista prosa, verso e arte. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/achille-mbembe-era-do-humanismo-esta-terminando/>. Acesso em:19/02/2019.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. **A Produção Acadêmica sobre a Imagem do Negro no Livro Didático: Estado do Conhecimento (2003-2013).** Relatório Final. Rio de Janeiro: UFF/USP, 2014.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 34, no. 69, p. 77-95, maio/jun., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-77.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. **A Produção Acadêmica sobre a Imagem do Negro no Livro Didático: Estado do Conhecimento (2003-2013).** Anais do 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis, 2015.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o "estado do conhecimento" em relações étnico-raciais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, nº 62, p. 164-183, dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00164.pdf>. Acesso em: 12/03/2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro, 05/11/03.

MUNIZ, Tailane; AMORIM, Gabriel. **Questão de identidade: autodeclarados pretos ultrapassam brancos na Bahia.** Correio 24 Horas. 23/05/2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/questao-de-identidade-autodeclarados-pretos-ultrapassam-brancos-na-bahia/>. Acesso em 19/02/2021.

MUNHOZ, Maria Leticia Puglisi. **Direitos humanos e relações raciais: uma contribuição da teoria da branquidade para a análise da jurisprudência brasileira sobre a conduta da discriminação racial prevista na legislação.** Doutorado em Direito, Orientadora: Gislene Aparecida dos Santos. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-11042016-113657/pt-br.php

NASCIMENTO, Abdias do. **Quilombo, um jornal da imprensa negra das décadas de 1940 e 1950**. 2018. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/306966-1>. Acesso em: 15/06/2019.

NASCIMENTO, Washington Santos. "São Domingos, o grande São Domingos": repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). **Dimensões.** Vitória, v. 21, p. 125–142, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2486>. Acesso em 19/02/2021.

NOGUEIRA, Simone Gibran e GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Africana: Diálogos com o Sul Global **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 1, nº 2, p. 197-218, jul./dez., 2016, Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/66828>. Acesso em: 02/03/2019.

NOVELLI, Daniela. **A branquidade em Vogue (Paris e Brasil): imagens da violência simbólica no século XXI. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas).** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. 345 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123183>. Acesso em: 02/03/2019.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 51, nº 2, p.:133-143, mai./ago., 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.2.03>. Acesso em: 02/03/2019.

OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves. **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos. Dissertação (Mestrado em Psicologia).** Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 345 p. Disponível em: <https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio_oliveira.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza e NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**, v. 10, no. 24, p. 216-240, nov., 2017.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013. Tese (Doutorado em Serviço Social).** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. 197 p. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27454/27454.PDF>. Acesso em: 02/03/2019.

PAIM, Paulo. **Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial.** 01/08/2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/08/01/internas_opiniao,877486/dez-anos-do-estatuto-da-igualdade-racial.shtm>. Acesso em 12/02/2021.

PALHARES, Isabela. **USP propõe reformar pós-graduação e reduzir o tempo para formar doutores.** 28 de julho de 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,usp-propoe-reformular-pos-graduacao-e-reduzir-tempo-para-formar-doutores,70002892659>. Acesso em: 19/02/2021.

PATERNIANI, Stella Zagatto, **Da Branquidade do Estado na Ocupação da Cidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 31, no. 91, p.1-18, jun.,2016. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n91/0102-6909-rbcsoc-3191092016.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

PRADO, Thaís. **Livros de Djamila Ribeiro, Carolina de Jesus e Sueli Carneiro batem recorde de vendas em junho.** 03 de julho de 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/livros-de-djamila-ribeiro-carolina-maria-de-jesus-e-sueli-carneiro-batem-recorde-de-vendas-em-junho/> Acesso em: 19/02/2021.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes em três instituições de ensino superior no sul do país. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).** Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/AdevamirPinheiroCienciasSociais%20(2).pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela Rezende; FONTOURA Natália. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: Reflexões para o Caso Brasileiro a partir dos Dados da Pnad Contínua.** IPEA, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em 19/02/2021.

PINTO, Giselle. **Gênero, Raça e Pós Graduação: Um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de Mestrado da Universidade Federal Fluminense. Dissertação (Mestrado em Política Social).** Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/317.pdf>. Acesso em 19/02/2021.

RAMOS, Viviane Rodrigues Darif Saldanhas de Almeida. **A metamorfose de Cirilo: relações raciais e branquidade normativa na telenovela infantil carrossel. Dissertação (Mestrado em Sociologia).** Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. 191 p. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2016/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Viviane-Rodrigues-Vers%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

REGIS, Kátia. **Relações Etnicorraciais e Currículos Escolares.** São Luis: Edufma, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin e ENS, Romilda Teodora e. As Pesquisas Denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 6, no. 19, p.37-50, set./dez., 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 02/03/2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin e VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional.** Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 02/03/2019.

ROSA, Priscilla Teodosio. **Aspectos da branquidade e os atravessamentos da amabilidade artificiosa na mídia televisiva: o caso do RJ-móvel. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais).** Centro Federal de Educação Tecnológico Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018. 167 p. Disponível em: <http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/99_Priscilla%20Teodosio%20Rosa.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

SALDAÑA, Paulo. **4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml. Acesso em: 12/02/2021.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos, SCHUCMAN, Lia Vainer e MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre

Relações Étnico-Raciais. **Psicologia: ciência e profissão.** Brasília, v. 32, p. 166-175, dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca12.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos e AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, no. 42, set./dez, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos modos e significados.** Brasília: Unb, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer, COSTA, Eliane Silvia e CARDOSO, Lourenço. Quando a Identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.** Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 15-29, jul./out., 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social).** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 160 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1ª ed. – São Paulo: Claro enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco**. História, Ciências, Saúde.** Rio de Janeiro, v. 18, nº 1, p. 225-242, jan./mar., 2011.

SILVA, Deide Fátima da; LORETO, Maria das Dores Saraiva de e BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito.** Piracicaba, v. 17, no. 32, p. 409-438, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

SILVA, Jose Bonifácio Alves da. **Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de licenciatura em história do Paraná. Tese (Doutorado em Educação**. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2018. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1024930-jose-bonifacio-a-da-silva.pdf>. Disponível em: Acesso em: 02/03/2019.

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros (Abpn) e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs): Produções Antirracistas. **Prelúdios.** Salvador, v. 8, no. 8, p. 21-33, jul./dez., 2019.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da, REGIS, Katia e MIRANDA, Shirley Aparecida de. (org.) **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte**. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. **Casa-grande & Senzala e o mito da democracia racial.** 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, Tânia Mara Pedroso e CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

SILVEIRA, Alesson Arantes; SILVA NETA, Ormesinda Candeira da; MONTE, Georgina Moita Vasconcelos; VASCONCELOS, Vanessa Lopes. **Do samba ao funk: Quando ritmo viram casos de polícia.** Anais do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão. Sobral, 2017.

SILVEIRA, Daniel. **População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE.** 24/11/2017. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 19/02/2021.

SIMÕES, Thiago de Oliveira Garcia. "**SOS laboratórios de engenharia genética" - A construção discursiva da branquitude em uma comunidade do site Orkut. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar Linguística Aplicada).** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. 171 p. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/dissert/thiagosimoes.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB. 2003.

SOUTA, Marivete. **"Quando me dei conta de que era negra(o)/branca(o)?": um estudo a partir de relatos autobiográficos de estudantes adolescentes. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem Instituição de Ensino).** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017. 234 f. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2349/1/Marivete%20Souta.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

SOUZA, Joiciana Aparecida de. **Políticas de Acesso à Educação Superior: Flexibilização e democratrização do ingresso na universidade. Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade Federal de Uberlândia. Urberlândia, MG, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14055/1/JASouzaDISPRT.pdf> Acesso em 19/02/2021.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de; SADENBERG, Cecília Maria B. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: Reflexões para o Caso Brasileiro a partir dos Dados da Pnad Contínua.** Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013. Disponível em <https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/46155/mod_resource/content/2/mulher%20espa%C3%A7o%20p%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VEIGA, Edison e BURGARELLI, Rodrigo. **'Faltam' 2,5 milhões de pretas e pardas no Brasil, apontam dados do IBGE**. (2017) Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/03/07/faltam-25-milhoes-de-pretas-e-pardas-no-brasil-apontam-dados-do-ibge.htm, (acesso em 29/07/2019).